ISSN 1677-1362
Exemplar avulso: R$ 8,90
ZEPPELIN editorial comunicação
BRASIL
Edição 27 – ano VI – 2007

filantropia®

Responsabilidade Social & Terceiro Setor

A volta ao mundo do Terceiro Setor

Panorama global aponta bons exemplos para o setor social brasileiro

Lei de Incentivo ao Esporte

Recém-aprovada, legislação visa estimular projetos esportivos por meio do incentivo fiscal, desde que atendam aos requisitos

Captação de recursos

1ª parte: Novas tecnologias ampliam ação do marketing e, por conseqüência, o leque de doadores e parceiros

Comunicação

2ª parte: Nos processos de comunicação assertivos, as campanhas visam marcar presença de alguma forma

Entrevista

Fundador do Instituto ADVB de Responsabilidade Social fala dos projetos desenvolvidos pela entidade e do seu engajamento na área

Lívio Giosa

diálogo social

AGENDA DE CURSOS E WORKSHOPS

TERCEIRO SETOR

Curitiba, 13 de março
Comunicação e Marketing para Organizações do Terceiro Setor

Porto Alegre, 20 de março
Direito do Trabalho - Vínculo Empregatício no Terceiro Setor

São Paulo, 30 de março
Responsabilidade Social Empresarial: Conceitos e Polêmicas

Campinas, 12 de abril
Administração e Gestão de Oscips

EMPRESARIAL

São Paulo, 04 de abril
Direito do Trabalho para profissionais de RH e DP de empresas

Informações e inscrições:

www.dialogosocial.com.br

Consulte outros temas abordados:

- Elaboração de Projetos Sociais
- Administração Financeira de ONGs
- Gestão e Motivação de Voluntariado
- Captação de Recursos e Planejamento de Eventos
- Incentivos Fiscais
- Elaboração de Projetos Culturais
- Voluntariado Empresarial

OUTRAS INFORMAÇÕES

dialogo@dialogosocial.com.br
(11) 6281-9643
(11) 7186-9906

Parceira oficial:
filantropia
Responsabilidade Social | Terceiro Setor

Consulte-nos sobre consultoria e cursos *In Company*

Editorial

Planeta Terra, planeta social

Nos últimos anos, têm-se falado muito em Terceiro Setor no Brasil. É notório o crescimento da área social brasileira e, com ele, resultados positivos foram alcançados. Conseguiu-se minimizar injustiças e exclusões sociais que deveriam ser sanadas pelo poder público, mas que, devido à latente corrupção, burocratização do sistema e precariedade da administração do Primeiro Setor, só amplia cada vez mais o abismo entre o rico e o pobre.

Nesse cenário, destaca-se a atuação das mais de 350 mil ONGs brasileiras, com seu exército de atores sociais, que transforma a vida de mais de 50 milhões de habitantes, assistidos pelos incontáveis programas sociais desenvolvidos.

Mas como está essa humanização ao redor do mundo? Como os demais países deste imenso planeta têm desenvolvido seus programas sociais? As preocupações deles são as mesmas que as nossas? E a pergunta que todos querem saber: o que podemos aprender e aproveitar do Terceiro Setor estrangeiro?

A reportagem de capa da **Revista Filantropia** desta edição responde a essas e a outras questões, além de apresentar dados da filantropia nos quatro cantos do mundo, revelando informações interessantes e úteis para nosso conhecimento como cidadãos e gestores sociais.

Uma coisa é certa: quanto maior é o desenvolvimento de um país, mais bem estruturado se encontra o Terceiro Setor. Nos Estados Unidos são quase um milhão de entidades sociais, que provocam o benefício por meio de educação, saúde, bem-estar, cultura, esporte e lazer.

Por terem um setor social mantido pelo governo e com alicerces mais sólidos, os países desenvolvidos se solidarizam com causas sociais de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, arraigados principalmente nos continentes latino-americano e africano.

Assim, as ONGs brasileiras devem aproveitar os recursos internacionais disponibilizados, e que muitas vezes são desperdiçados. Isso acontece por uma questão simples: a falta de estrutura administrativa do nosso Terceiro Setor que impede o crescimento das organizações.

Portanto, antes de nos beneficiarmos das entidades sociais dos países ricos, é necessário aprendermos uma lição absorvida por eles há muito tempo: não existe espaço para amadorismo no trabalho das entidades sem fins lucrativos.

Sabemos que o caminho para o crescimento e a sustentabilidade do ser humano passa por educação e democratização da informação. De maneira semelhante, a formação de uma empresa sólida só se dará pelo investimento em tecnologia, treinamento e pesquisa a fim de que seja entregue o melhor produto pelo menor custo, aproveitando todas as oportunidades que o mercado oferece.

E o que o Terceiro Setor tem a ver com tudo isso? A formação e o desenvolvimento de projetos sociais sustentáveis e verdadeiramente efetivos somente se darão se os atores envolvidos em todas as fases do projeto estiverem preparados, profissionalizados e estruturados para fazer o melhor com o mínimo possível.

Marcio Zeppelini
editor@revistafilantropia.com.br

"Ninguém pode chegar ao topo armado apenas de talento. Deus dá o talento; o trabalho transforma o talentoso em gênio"
Ana Pavlova
(bailarina russa)

Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

Expediente

ISSN 1677-1362

filantropia
Responsabilidade Social & Terceiro Setor

Zeppelini Editorial Ltda.
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308, Santana
CEP 02013-002 – São Paulo/SP – Brasil
PABX (11) 6978-6686

Editor-chefe
Marcio Zeppelini

Administração
Mauro Zeppelini

Coordenação
Priscila Centin Thuller

Assistente
Taís Fraile

Comercial
Hilton Rocha da Justa

Jornalista responsável
Elaine Cristina Iorio (MTB 43.306/SP)

Coordenação editorial
Paola Martins Viveiros

Revisão
Viviane Rodrigues

Diagramação
Adriano Aguina
Maurício Esquiavoi
Renata Ariane Rosa

Atendimento
Stefany Herrãn Martins

Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br
Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br
Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br
Tel. (11) 6824-3005 / Fax (11) 3151-4500

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta
Anísia Sukadolnik
Antonio Brito
Custódio Pereira
Felipe Mello
Fernando Credidio
Milú Villela
Ricardo Falcão
Roberto Ravagnani

Idealizadores

www.economica.com.br
www.sergiomonello.com.br
www.zeppelini.com.br

Organizações parceiras

www.acaovoluntaria.org.br
www.apaebrasil.org.br
www.cantocidadao.org.br
www.voluntariado.org.br
www.facaparte.org.br
www.sp.senac.br
mcvolunt@terra.com.br

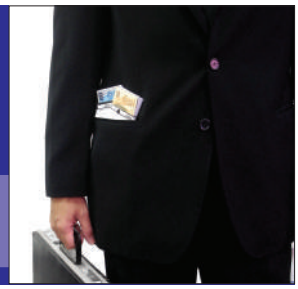
Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.

www.revistafilantropia.com.br

Índice

12 Entrevista
Lívio Giosa
Para o fundador do Ires, responsabilidade social evoluiu no Brasil, mas ainda tem muito a crescer

29 Legislação
Corrupção ou parceira: o limiar da escolha das ONGs
Quando contratadas pelo Estado, algumas entidades acabam seduzidas pela possibilidade de fortalecer o próprio caixa



36 Capa
A volta ao mundo do Terceiro Setor
Apesar das diferenças econômicas, políticas e culturais entre os países, é visível a expansão do setor social, nas diferentes áreas que o compõem

58 Eficiência
Transpondo limites
Inclusão de pessoas com deficiência passa pelas inúmeras adaptações hoje existentes, de espaços físicos ao mundo virtual

Mão dupla 04
06 Acontece
Notícias do Planalto 10
16 Gestão
Especial 24
26 Legislação
Entidade representativa 35
42 Responsabilidade social
Voluntariado 49
54 Reflexão
Assistência social 56
60 Serviços
Vitrine social 64

Errata

Ao contrário do que foi publicado na edição passada, a Federação Nacional das Apaes atende pessoas com todos os tipos de deficiência.
E-mail da entidade: fenapaes@apaebrasil.org.br.

A gestão contábil de sua organização levada a sério

SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- **Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos**
- **Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal**
- **Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro**
- **Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)**
- **Controle e renovação de Certidões Negativas**
- **Consultoria e auditoria preventiva**
- **Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão**
- **Informações pela web com total segurança**

Três décadas de tradição, inovação, informação e agilidade

seteco
CONSULTORIA CONTÁBIL

www.seteco.com.br
seteco@seteco.com.br

Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • CEP 04040-031
Fone +55 11 5908-6800 / Fax +55 11 5908-6802

Organizações que VOCÊ pode ajudar

Por meio de doações, você pode auxiliar essas instituições a seguir sua trajetória de cidadania. Em alguma delas sua solidariedade irá se encaixar!

Federação das Entidades Assistenciais de Santo André (Feasa)

A Feasa foi fundada em dezembro de 1970, a partir da iniciativa de representantes da sociedade andreense e de cinco entidades assistenciais: Associação Lar Menino Jesus, Educandário Espírita e Cristão Simão Pedro, Instituição Assistencial João Ramalho (hoje Instituição Assistencial L. Pollone), Instituição Beneficente Lar de Maria e Somiframeco – Cidade dos Meninos Maria Imaculada.

- Congrega 38 entidades assistenciais na cidade de Santo André, que contemplam 50 unidades de atendimento voltado à crianças, adolescentes, pessoas com deficiências, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade social, compreendendo um montante de 7.457 usuários e 4.795 famílias.
- Para dar conta dessa gama de serviços, a Feasa e suas federadas empregam 1.248 funcionários e acolhem 1.300 voluntários sociais. E para cumprir sua missão, estabelece parcerias e realiza eventos de captação de recursos que oferecem apoio às federadas e à própria sustentabilidade.

Necessidades:
- computador
- roçadeira à gasolina
- material de construção

Doações:
Banco Nossa Caixa
Agência: 0844-3
Conta-corrente: 04.000319-7
CNPJ: 29.644.705/0001-23

Rua Tamarutaca, 250
Santo André /SP – CEP 09071-130
www.feasa.com.br
feasa@terra.com.br
(11) 4436-7477

Programa Rede Jovem / Comunitas

O Programa Rede Jovem, criado em 2000, atua nas periferias das regiões metropolitanas de diversos estados com a missão de fortalecer a juventude de baixa renda por meio das novas tecnologias. Incorporado à Comunitas – Parcerias para o Desenvolvimento Solidário, é responsável pela implantação e animação dos Espaços Jovem – centros de acesso à internet, ambientes de troca e solução coletiva de problemas comuns à juventude.
A metodologia Rede Jovem está à disposição de instituições que já possuam infra-estrutura tecnológica (telecentros) e tenham interesse em implementá-la. O programa oferece capacitação a grupos de jovens para gestão, animação e monitoria de telecentros de acordo com a metodologia. Hoje, a rede conta com mais de 500 voluntários, que atuam nos Espaços Jovem e em atividades virtuais, de apoio à animação da rede: convidados para entrevistas em chats, instrutores virtuais, designers, colaboradores etc.

Necessidades:
- computadores e monitores
- acessórios e peças para computador
- impressoras
- copiadoras
- material de escritório

Doações:
Banco do Brasil
Agência: 1572-5
Conta-corrente: 9497-8
CNPJ: 03.983.242/0001-30

Rua Lópes Quintas, 211
Rio de Janeiro/RJ
CEP 22460-010
www.redejovem.org.br
www.comunitas.org.br
comunicacao@redejovem.org.br
(21) 3874-5544

United Rede Internacional de Direitos Humanos (URIDH)

UNITED
REDE INTERNACIONAL
DE DIREITOS HUMANOS

A URIDH é uma ONG internacional fundada em 2003, filiada à ONU com status consultivo no Conselho Econômico e Social (Ecosoc, na sigla em inglês) – por meio do projeto Anelo Direitos Humanos –, e membro da Coalizão da International Criminal Court (ICC), da ConectaSur Direitos Humanos e do Instituto Educacional Ginga (IEG).
Tem como missão a promoção e defesa dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, civis e políticos no Brasil e no mundo – principalmente África, Ásia e América Latina –, a partir dos programas "Litigância Internacional", "Defensores em Risco", "Educando para os Direitos Humanos" e "International Organizations".
A entidade também busca a criação de mecanismos de estreitamento entre as organizações da sociedade civil internacional com órgãos multilaterais como ONU, Unctad e Banco Mundial.

Necessidades:
- computadores e impressoras
- aparelho datashow
- aparelho de dvd
- aparelho de tv
- telão

Doações:
Caixa Econômica Federal
Pessoa Jurídica: 003
Agência: 1211
Conta-corrente: 279-2
CNPJ: 07.409.115/0001-83

Avenida Hebert de Souza, 1, F14
Jd. Santa Cruz – Campinas/SP
CEP 13051-205
uridh@walla.com
(19) 3227-8959

Associação Santo Antonio dos Pobres de Itaperuna

A Asapi foi constituída sob a razão de Conferência de Santo Antônio dos Pobres em julho de 1949. Seu objetivo inicialmente era de "construção e manutenção de um asilo para os velhos e patronato para menores desamparados". Em 1957, houve uma fusão em favor da Associação Santo Antônio dos Pobres de Itaperuna a qual desenvolvia as mesmas atividades.
Atualmente, a Asapi mantém o Asilo Santo Antônio, um hospital para paciente sob cuidados prolongados e um hospital para portadores do vírus HIV, que abrigam idosos de ambos os sexos em regime de internação, que recebem serviços médicos, odontológicos, fisioterápicos, psicológicos, terapia ocupacional, educacionais e assistência social. Ao todo são 170 idosos (longa permanecia); 12 leitos de portadores de soro positivo; 99 funcionários; e seis voluntários.

Necessidades:
- Alimentos não-perecíveis
- Roupas de cama, mesa e banho

Doações:
Banco do Brasil
Agência: 0074-4
Conta-corrente: 3014-7
CNPJ: 29.644.705/0001-23

Rua Expedicionário Cabo Gama, 494
Itaperuna/RJ
CEP 28300-000
www.asapi.org.br
asapi@asapi.arg.ar
(22) 3824-3215

Associação Paranaense Alegria de Viver

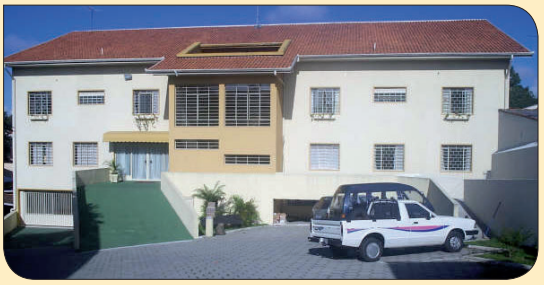
O Instituto da Criança começou suas atividades em 1994, de maneira informal, pela união de um grupo de amigos com a proposta de dar apoio financeiro e consultivo a projetos que atendessem crianças e suas famílias em situação de risco social. Quando a linha simplesmente assistencialista dos projetos já não alcançava os objetivos propostos, decidiu-se por realizar ações mais amplas, que provessem os assistidos não apenas com bens materiais.
Em 2002, o instituto montou, então, uma nova estratégia, visando oportunizar às famílias proteção e oportunidades de desenvolvimento humano, social e econômico, além de ações socioeducativas e terapêuticas, com objetivo de atender às necessidades específicas de cada indivíduo.
Atualmente, a entidade oferece apoio administrativo, financeiro e encaminhamento jurídico a seis obras: Família Flordelis, Lar Santa Catarina, Projeto Recicla Vida, Lar São José, Abrigo Reviver e Vida Real, além de um programa de orientação aos pais, o Espaço Cidadão.

Necessidades:
- Alimentos
- Computador
- Produtos de higiene

Doações:
Banco Bradesco
Agência: 551-7
Conta-corrente: 79943-2
CNPJ: 02.744.697/0001-30

Rua João de Barros, 18
Rio de Janeiro/RJ
CEP 22441-100
www.institutodacrianca.org.br
contato@institutodacrianca.org.br
(21) 2239-9555

Associação Paranaense Alegria de Viver



A Apav foi fundada em setembro de 1993 por um grupo de pessoas que, sensibilizadas com as dificuldades enfrentadas pelas crianças carentes infectadas pelo vírus HIV, uniram-se com o firme propósito de ajudá-las. Procurando parcerias com a comunidade, quer levar o amor, a vida e a informação aos locais onde se encontram pequenos e grandes cidadãos que sofrem com o estigma do medo da discriminação.
O Vigilantes da Vida é o projeto que deu origem à Apav e, atualmente, assiste um grande número de famílias que possuem crianças portadoras do HIV, mas cujos pais ainda possuem condições de atendê-los em seus lares.
O projeto Bola de Neve oferece cursos e palestras de informação e conscientização sobre a problemática do HIV/Aids em empresas, escolas, eventos e na própria associação, visando ainda o incentivo ao trabalho voluntário.
Já o projeto Alegria de Viver consiste na manutenção da Casa de Apoio que possui hoje uma estrutura de organização elaborada de acordo com consenso de voluntários, cuja experiência no convívio diário com as crianças serve como parâmetro para todas as atividades ali existentes.

Necessidades:
- Alimentícios não-perecíveis
- Produtos dietéticos e lights
- Equipamentos de cozinha industrial
- Computadores
- Material de escritório

Doações:
Banco Itaú
Agência: 3835
Conta-corrente: 33388-5
CNPJ: 73.487.563/0001-20

Rua Capiberibe, 1.546
Curitiba/PR
CEP 80330-020
www.apav.org.br
apav@apav.org.br
(41) 3329-4779

Entidades interessadas em participar desta seção devem entrar em contato pelo e-mail imprensa@revistafilantropia.com.br.

Fórum Social Mundial 2007

Entre 20 e 25 de janeiro aconteceu em Nairóbi, no Quênia, a edição 2007 do Fórum Social Mundial (FSM). Depois de ter aprofundado questões latino-americanas e asiáticas nas edições anteriores, o FSM se debruçará sobre Aids, migrações e guerras na África. Mais de 40 mil pessoas participam do evento, que desde a primeira edição, em 2001, configura-se como um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Em consultas realizadas em 2006, foram definidos os objetivos gerais do evento:

- Pela construção de um mundo de paz, justiça, ética e respeito pelas espiritualidades diversas;
- Pela libertação do mundo do domínio das multinacionais e do capital financeiro;
- Pelo acesso universal e sustentável aos bens comuns da humanidade e da natureza;
- Pela democratização do conhecimento e da informação;
- Pela dignidade, diversidade, garantia da igualdade de gênero e eliminação de todas as formas de discriminação;
- Pela garantia dos direitos econômicos, sociais, humanos e culturais, especialmente os direitos à alimentação, saúde, educação, emprego, habitação e trabalho digno;
- Pela construção de uma ordem mundial baseada na soberania, na autodeterminação e nos direitos dos povos;
- Pela construção de uma economia centrada nos povos e na sustentabilidade;
- Pela construção de estruturas políticas realmente democráticas e instituições com a participação da população nas decisões e controle dos negócios e recursos públicos;

No último dia de trabalhos do FSM, 24 de janeiro, centenas de movimentos e entidades se reuniram em 21 frentes de ação, para definir projetos comuns, articular ações e fortalecer redes. Uma das muitas iniciativas nascidas nesse FSM foi o lançamento da Rede Africana da Água, reunindo dezenas de organizaões sob a coordenação de uma rede situada em Ghana, coordenada pelo ativista Al Hassan Adam. A 7ª edição do FSM foi encerrada com uma marcha do povo das favelas de Nairobi, à qual se juntaram milhares de militantes e ativistas.

www.forumsocialmundial.org.br

VALTER CAMPANATO/ABR

Africanos participam de manifestação

VALTER CAMPANATO/ABR

Fachada da tenda do Espaço Brasil

VERENA GLASS/CARTA MAIOR/DIVULGAÇÃO PETROBRAS

Martinho da Vila foi o único artista brasileiro a se apresentar na abertura do FSM

Caminhada marca Dia Internacional do Voluntário

O Movimento Capixaba de Voluntários (MCV) realizou, no dia 3 de dezembro, em parceria com o Dia V, a 6ª caminhada Eu Sou Voluntário, em alusão ao Dia Internacional do Voluntário (5 de dezembro). Cerca de 300 pessoas participaram da prova, que percorreu 4,5 km entre Vila Velha e Vitória (ES), onde foram recebidos por um coral de crianças da Legião da Boa Vontade de Vitória. Em seguida, diversas atividades foram executadas na sede do corpo de bombeiros, como palestra sobre preservação do meio ambiente, doação e plantio de mudas.

www.mcv.org.br

DIVULGAÇÃO

Centenas de pessoas acompanharam a caminhada de 4,5 km

Conferência discute a paz

No dia 8 de dezembro, a Câmara dos Deputados, em Brasília, recebeu a 2ª Conferência da Paz, promovida por várias entidades, entre elas: Conic, Cáritas Brasileira, Amigos da Paz, Defensoria Social, Pastorais Sociais da CNBB, Conselho Indigenista Missionário, Iniciativas das Religiões Unidas (IRU), Fé Bahá`í, Ministério Público Federal e Viva Rio. O objetivo é debater alternativas contra a violência no país, o papel do Estado como agente da paz, segurança pública e reformas política e agrária. Ao final do evento, foi lançada a Defensoria da Paz, que vai auxiliar o poder público a elaborar e executar políticas anti-violência. O secretário-geral da Defensoria será o procurador da República Alexandre Camanho. As denúncias poderão ser feitas pelo telefone (61) 325-7971 e serão encaminhadas às autoridades responsáveis, para que providenciem soluções.

www.camara.gov.br

Responsabilidade social empresarial

A 4ª Conferência Interamericana sobre Responsabilidade Social Empresarial, uma iniciativa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria ao Instituto Ethos e a Federação de Indústrias da Bahia (Fieb), aconteceu no dia 11 de dezembro, em Salvador (BA). O evento abordou o impacto da responsabilidade social empresarial no desenvolvimento econômico e social eqüitativo, visando contribuir para um setor privado responsável por questões sociais e ambientais e que tenha um impacto positivo na geração de riquezas, na criação de empregos e no bem-estar da sociedade.

www.iadb.org

Formatura de novos Doutores Cidadãos

A ONG Canto Cidadão, de São Paulo, promoveu no dia 10 de dezembro a formatura de 82 novos Doutores Cidadãos. A comemoração foi marcada pelo Trote Solidário, em que 79 formandos e pelo menos dois acompanhantes, além dos voluntários que já atuam pela ONG (totalizando cerca de 300 pessoas), foram doadores de sangue em benefício da Fundação Pró-Sangue.

www.cantocidadao.org.br

DIVULGAÇÃO

Roberto Ravagnani, um dos fundadores do Canto Cidadão

Dentista do Bem amplia rede de atendimento

Criado em 2002, o projeto Dentista do Bem atua de forma emergencial e atende gratuitamente crianças e adolescentes de baixa renda com graves problemas bucais, triados conforme o grau de necessidade. Durante o Congresso Internacional de Odontologia, realizado de 27 a 31 de janeiro em São Paulo, 550 profissionais aderiram ao projeto, ampliando a rede de atendimento para 1.300 dentistas em todo o Brasil. Desde a sua criação, o Dentista do Bem já atendeu cerca de 1.500 pessoas.

www.turmadobem.org.br

DIVULGAÇÃO

Fábio Bibancos, criador do projeto Dentista do Bem

Projeto beneficia Comunidade do Dendê, de Fortaleza

O Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida (Coep) e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo (Ibraes) acabam de criar o projeto Coep-Dendê, Desenvolvimento e Cidadania à Comunidade do Dendê. A iniciativa visa propiciar capacitação e atividade profissional, além de condições de lazer aos moradores da comunidade situada nas proximidades do bairro Edson Queiroz, em Fortaleza (CE), que possui de 20 mil habitantes atualmente.

www.coepbrasil.org.br

MARIA JOSÉ IRENE FAGUNDO LIMA

Atividades na Comunidade do Dendê

145 municípios recebem selo do Unicef

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) reconheceu com o Selo Unicef – Município Aprovado (2005/2006), no dia 29 de novembro, o trabalho realizado por 145 municípios do semi-árido brasileiro voltados para a melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes. Foram analisados indicadores relacionados à melhoria do atendimento de saúde e da qualidade e universalização da educação, à redução da desnutrição, à criação de conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes e tutelares, ao estímulo à participação política de adolescentes e à educação ambiental, entre outros.

www.selounicef.org.br

FABIO POZZEBOM/ABR

O ministro da Educação, Fernando Haddad, participa da cerimônia de entrega do Selo Unicef, no Palácio do Planalto

São Silvestre: Fernando Aranha é tetracampeão

O maratonista Fernando Aranha, atleta da Associação Desportiva para Deficientes (ADD), venceu pela quarta vez a Corrida Internacional de São Silvestre, categoria cadeirantes. A prova, tradicionalmente realizada no último dia do ano, em São Paulo, reúne cerca de 15 mil participantes anualmente. Agora, o próximo desafio de Aranha é o Parapan-americano 2007, que será realizado em agosto, no Rio de Janeiro.

www.add.org.br

ERICO HILLER

Fernando Aranha durante a prova de rua

1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente

Dia 29 de janeiro, no Rio de Janeiro, ocorreu a cerimônia de entrega do 1º Prêmio Brasil de Meio Ambiente, organizado pelo Jornal do Brasil em parceria com a Gazeta Mercantil e a revista Forbes, e com patrocínio da Petrobras. A premiação foi criada para valorizar as ações de empresas, ONGs, agências de publicidade, personalidades, governos municipais e estaduais nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Os vencedores foram:

- **Melhor trabalho em Água:** Jardim Ecológico – Tratamento de Esgoto por Zonas de Raízes: Sistema Auto-sustentável, da Ecodamata/RJ Consultoria e Projetos Ambientais.
- **Melhor trabalho em Flora e Fauna:** Programa de Recuperação de Mata Ciliar, Reflorestamento e Fauna, das Indústrias Nucleares do Brasil/RJ.
- **Melhor trabalho em Educação Ambiental:** Centro Integrado de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis, da Entidade Ambientalista Onda Verde/PR.
- **Melhor trabalho em Eficiência Energética:** Eletrosul Procel Hospitalar, da Eletrosul/SC.
- **Melhor trabalho em Resíduos:** Programa Rodando Limpo, do Instituto BS Colway Social/PR.
- **Melhor trabalho no Âmbito Municipal:** Cidade Limpa, da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente do Município de Osório/RS.
- **Melhor trabalho no Âmbito Estadual:** Gestão de Resíduos, do Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro.
- **Melhor Campanha de Comunicação:** Zona Franca Verde, da Saga Publicidade/AM.

Os sete homegeados foram:

- **Melhor Empresa:** Boticário.
- **Melhor Empresário do Ano:** Fábio Barbosa (ABN/Amro).
- **Destaque do Terceiro Setor:** Projeto Baleia Franca.
- **Destaque Federal:** Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal.
- **Destaque Estadual:** Programa de Despoluição do Rio das Velhas – Meta 2010, da Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag), desenvolvido em articulação com o Comitê de Bacia e apoio operacional da Companhia Estadual de Saneamento (Copasa).
- **Destaque Municipal:** Projeto Legal da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde/MT.
- **Personalidade do Ano Meio Ambiente:** Professor Aziz Ab´Saber.

www.petrobras.com.br

STÉFERSON FARIA/DIVULGAÇÃO PETROBRAS

O professor Aziz Ab´Saber foi homenageado como Personalidade do Ano Meio Ambiente

DIVULGAÇÃO

Na embarcação Helena X os participantes navegam 16 km para questionar *in loco* os problemas do local

Educação ambiental em rio poluído

Há seis anos a Associação Barco Escola da Natureza desenvolve programas ambientais no reservatório de Salto Grande, Bacia do Rio Piracicaba, em Americana (SP). O Barco Escola da Natureza surgiu em maio de 2000 de um sonho do então comerciante e ambientalista João Carlos Pinto, atual presidente da associação, de recuperar o reservatório que sofre com desmatamento e alto índice de poluição em suas águas. No ano passado, foram atendidos 12.900 alunos de diversas instituições de ensino dentro do programa Navegando nas Águas do Conhecimento.

www.barcoescola.org.br

Festa de Carnaval para idosos

O Cidadania Participativa, projeto de responsabilidade social das empresas Mude, CTT Brasil, Ainet, B2Bis, PI Componentes e JDTC, promoveu no dia 11 de fevereiro uma comemoração de Carnaval na Instituição Madre Theodora dos Idosos. Com a participação de componentes do Grupo Recreativo Cultural e Social Escola de Samba (G.R.C.S.E.S) da Vai-Vai e componentes da Ala Fuzuê, o evento levou alegria para as 65 pessoas da terceira idade, a maioria portadora de necessidades especiais, atendidas pela entidade.

www.projetocidadania.com.br

DIVULGAÇÃO

Integrantes da Ala Fuzuê da Vai-Vai com os idosos da Associação Madre Theodora

Premiados jornalistas de agrobusiness

A FMC Agricultural Products anunciou no dia 30 de janeiro os vencedores do Prêmio Atuando com Responsabilidade de Jornalismo 2006. O objetivo é incentivar e reconhecer as ações dos profissionais da imprensa que, com suas matérias, levam para formadores de opinião e para o homem do campo exemplos de boas práticas do uso correto e seguro de produtos fitossanitários, visando a produção de alimentos saudáveis, a proteção da saúde humana e do meio ambiente. São eles: 1° lugar: Denise Saueressig, da revista *A Granja* (RS), com a matéria "Segurança é também rentabilidade"; 2° lugar: Ibiapaba Netto, da revista *Panorama Rural* (SP) com a matéria "Por um país mais limpo"; e 3° lugar: Flávio Albim, do programa *Revista Rural do Canal do Boi*, com a matéria "Preservação é obrigação".

DIVULGAÇÃO

Da esquerda para a direita: Flávio Albim; Denise Saueressig; Antonio Carlos Zem, diretor presidente da FMC Latino América; Ibiapaba Netto; e Maria de Lourdes Fustaíno, coordenadora do Programa Atuando com Responsabilidade

Apae SP conquista prêmio Rainha Sofia

A Apae de São Paulo foi agraciada com o prêmio Rainha Sofia de Prevenção à Deficiência 2006, na categoria Ibero-Americana, pelo trabalho desenvolvido junto ao Programa Nacional de Triagem Neonatal, conhecido popularmente como Teste do Pezinho. Desde 1976, quando o programa foi iniciado, a Apae de São Paulo já realizou o exame em mais de 12 milhões de recém-nascidos. O prêmio Rainha Sofia foi criado em 2001 e é uma condecoração do Conselho do Real Patronato sobre Deficiência do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais da Espanha. Essa é a primeira vez que um trabalho brasileiro é agraciado.

www.apaesp.org.br

Fórum recebe diretoria da Workability International

A primeira Plenária do Fórum Permanente de Empresas para a Inclusão Econômica de Pessoas com Deficiência de 2007 – evento que foi criado em junho de 2006 – aconteceu no dia 14 de fevereiro, em parceria com o Comitê de Responsabilidade Social (Cores) da Fiesp. Nesta edição, os principais palestrantes foram do alto comando do Workability International, ONG de atuação global que auxilia empresas em todo o mundo a qualificar e contratar pessoas com deficiência. O tema "Modelos e Experiências de Inclusão Econômica no Âmbito Internacional" pautou o evento. Representando as iniciativas nacionais estava o secretário municipal do Trabalho de São Paulo, Carlos Alexandre Leite Nascimento. Segundo ele, entre junho de 2005 e dezembro de 2006, mais de 4.300 pessoas com deficiência foram cadastradas nos Centro de Apoio ao Trabalho (CAT), e destas 15,4% foram contratadas. Mas, segundo ele, ainda falta uma articulação maior entre a sociedade civil, as instituições e os governos.

www.fiesp.org.br

IVULGAÇÃO FIESP

Participaram da plenária: Frank Flanerry, presidente do Workability e CEO do Rehab Group da Irlanda; George W. Kessinger (EUA), presidente e CEO da Goodwill Industries Internacional; Jim McClelland (EUA), presidente do Goodwill Industries do Central Indiana; e Timothy Pape (Reino Unido), diretor geral da Shaw Trust

Seminário sobre ISO 26000

O seminário Normalização em responsabilidade social e ISO 26000, que acontece em 22 de novembro, na sede da Fiesp, em São Paulo, teve como principal objetivo discutir as normas para a criação de um selo que seja reconhecido internacionalmente pela excelência na condução das ações relacionadas à responsabilidade social. A iniciativa de criar a série 26000 vem da intenção da ISO de criar um marco de referência em responsabilidade social.

www.fiesp.org.br

Arte Despertar registra crescimento de 125%

A Associação Arte Despertar, que trabalha a arte e a cultura em projetos sociais com crianças, jovens e adultos, divulgou em fevereiro seu balanço de 2006. Ao todo, a entidade beneficiou 9.736 pessoas, o que resultou em 37.294 atendimentos. Com relação a 2005, o número de beneficiários teve um aumento de quase 125%. Apesar de manter os locais de atuação, a Arte Despertar ampliou os projetos de capacitação voltados para jovens, educadores e voluntários, o que contribuiu para o crescimento.

www.artedespertar.org.br

Formatura no projeto Nós do Centro

Os 140 alunos dos três cursos de capacitação e qualificação profissional do Projeto de Inclusão Social Urbana Nós do Centro formaram-se no dia 15 de fevereiro, em cerimônia no El Glicério, centro de São Paulo. Com duração de seis meses, os cursos são de Zeladoria Patrimonial Urbana, Paisagismo e Jardinagem e Construção Civil em Instalação Elétrica. O projeto é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), em parceria com as secretarias municipais do Trabalho, da Cultura e de Participação e Parceria.

www.nosdocentro.org.br

Criança em situação de risco social

A Ebape/FGV, em parceria com Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), lançou no dia 15 de fevereiro, no Rio de Janeiro, o 1° Fórum Mundial para Crianças em Risco, que pretende buscar soluções para conflitos com o uso da cultura, da educação, da música, do esporte e da saúde. O produtor musical internacional Quincy Jones, um dos grandes incentivadores do projeto, apresentou os pontos principais do Fórum, que acontecerá em fevereiro de 2008. Quem também esteve presente foi a topmodel internacional Naomi Campbell, embaixadora da cidade do Rio de Janeiro.

www.fgv.br

Japão doa recursos para projeto brasileiro

A Embaixada do Japão e o Grupo Cultural Bagunçaço assinaram, no dia 27 de fevereiro, o contrato para a doação de recursos ao projeto da ONG, no âmbito do Programa de Assistência a Projetos Comunitários e de Segurança Humana (APC) do governo japonês. A doação de US$ 85.900 possibilitará ao Centro de Educação e Treinamento do Bagunçaço a reforma da sede, com o objetivo de ampliar as oportunidades de formação profissional para o mercado de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social. A entidade oferece atividades de arte, cultura e educação para crianças e adolescentes moradores da comunidade de Alagados, em Salvador (BA).

www.bagunsite.org.br

Notícias do Planalto

Diversidade é tema de seminário

Entre 4 e 8 de dezembro, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) realizou o seminário Diferentes Diferenças, em Brasília, com o objetivo de refletir sobre políticas inclusivas de respeito à diversidade e aos direitos humanos. Os temas foram: ensino indígena e sustentabilidade, educação, gênero e diversidade sexual, atuação pedagógica na educação de jovens e adultos (EJA), gravidez na adolescência, educação com foco na diversidade étnico-racial e educação no campo. Participam do seminário diversos segmentos e parceiros institucionais de educação e diversidade nas três esferas de governo e sociedade civil, para debater a implementação de políticas públicas educacionais e analisar os trabalhos da gestão atual.

www.mec.gov.br

Redução da pobreza

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizou nos dias 30 de novembro e 1° de dezembro, em Brasília, o seminário internacional O Desafio da Redução da Desigualdade e da Pobreza, com a participação de ministros brasileiros e representantes de outros países. O evento discutiu, principalmente, o futuro de políticas públicas do Brasil e da América Latina que buscam reduzir a desigualdade. Para um grupo de especialistas, a América Latina ainda tem muito que avançar para superar as desigualdades sociais. Mesmo países que têm obtido sucesso nos últimos anos, caso do Brasil, terão de conciliar crescimento econômico com mecanismos de redistribuição de renda, dando ênfase aos investimentos em educação, saúde e geração de emprego.

www.ipea.gov.br

GERVÁSIO BAPTISTA/ABR

Os ministros Patrus Ananias (MDS) e Paulo Bernardo (Planejamento) participam da abertura do seminário

Evento internacional debate desigualdade

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, participou no dia 4 de dezembro do Seminário Internacional sobre Transferência Condicionada de Renda e Segurança Alimentar: As Alternativas de Portas de Saída da Pobreza Extrema Através do Combate à Fome, em Santiago, no Chile. O evento, que terminou no dia 5, foi promovido pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O ministro apresentou os sistemas Único de Assistência Social (Suas) e de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e afirmou que o MDS atingiu a meta de inclusão da quase totalidade dos pobres no programa Bolsa Família, além de ter formado bases sólidas para promover a autonomia das famílias pobres.

www.mds.gov.br

ROOSEWELT PINHEIRO/ABR

Na abertura do evento, os senadores Tasso Jereissati, Serys Slhessarenko, Renan Calheiros, Efraim Morais e Guilherme Palmeira

Senado debate Terceiro Setor

Nos dias 29 e 30 de novembro, o Senado Federal promoveu o 2° Fórum Senado Debate Brasil, que teve como tema "Terceiro Setor: Cenários e Perspectivas". O foco foi o aperfeiçoamento do marco legal que rege o funcionamento e as relações das instituições do Terceiro Setor, e outros temas afins. O evento recebeu pesquisadores, membros do governo, dirigentes e representantes de organizações, associações e redes do Terceiro Setor, da sociedade civil, de organizações internacionais e agências multilaterais de crédito.

www.senado.gov.br

MDS capacita gestores sociais

No dia 27 de fevereiro foi lançado pelo ministro do MDS, Patrus Ananias, o programa Gestão Social com Qualidade, que visa capacitar 15,6 mil técnicos e gerentes de Estados e Municípios que atuam em programas sociais. O trabalho será realizado pelo MDS em parceria com o Pnud, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além da capacitação, o MDS está estreitando a relação com os governos estaduais, para que assumam mais o seu papel que é coordenar, acompanhar, estimular a capacitação e montar um sistema de informação das ações realizadas nos municípios.

www.enap.gov.br
www.iadb.org
www.mds.gov.br
www.pnud.org.br

Segurança alimentar em foco

Brasília sediou, entre 25 e 27 de janeiro, um dos mais importantes eventos destinados ao debate e à formação de parcerias para o crescimento local e auto-sustentável de municípios brasileiros. O 3° Encontro Nacional dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads), contou com a participação de cerca de 150 representantes de várias regiões, que compartilham uma mesma preocupação: garantia do direito à alimentação segura e saudável de suas populações. O MDS, coordenador do encontro, debateu com os Consads a efetivação de parcerias com ONGs, poderes público e privado, associações da sociedade civil, igrejas, sindicatos e cooperativas.

www.consad.gov.br
www.mds.gov.br

BRUNO SPADA/MDS

Abertura do evento, que teve cerca de 150 participantes

Aprovada norma sobre trabalho em assistência social

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) aprovou no dia 13 de dezembro, em Brasília, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o sistema Único de Assistência Social (NOB/RH/Suas) – instrumento responsável pela definição das responsabilidades na política de trabalho na área. Os princípios contidos na norma engloba todos os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (Suas), órgãos gestores e executores de ações, serviços, programas, projetos e benefícios da área. Refere-se, também, a consórcios públicos e entidades e organizações da assistência social. Considerando a importância dessa NOB para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência social no país, as primeiras diretrizes apresentadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), para a gestão do Suas, objetivam: identificar com clareza os profissionais que atuam na assistência social; propor formas de estímulo e valorização desses trabalhadores; e identificar os pactos necessários entre gestores, servidores, trabalhadores da rede socioassistencial. Além disso, a NOB garante a realização de concursos públicos para a contratação de servidores para a área. Em 2006, O MDS contratou mais de 200 servidores por meio de concurso.

www.mds.gov.br

Mercosul Social

Dirigentes do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela e Chile integraram, em 29 de novembro, a 9ª edição da Reunião do Mercosul Social, que aconteceu em Foz do Iguaçu (PR). Durante o encontro, que é semestral, foram apresentados os documentos elaborados, no início do mês, por grupo técnicos dessas nações. Já nos dias 13 e 14 de dezembro, no Palácio do Itamaraty, ocorreu a Reunião da Cúpula Social do Mercosul. Organizada pela Secretaria-Geral da Presidência, o evento foi uma oportunidade real para a sociedade civil incidir nos rumos da integração, propondo agendas de conteúdo social e fortalecimento da cidadania regional. A Declaração Final da reunião, referendada por mais de 500 representantes de entidades dos cinco países do bloco, foi entregue na ocasião da abertura da 31ª Reunião de Chefes de Estado do Mercosul, realizada no dia 19 de janeiro, no Rio de Janeiro. O documento contém recomendações para o fortalecimento da agenda social e da participação das entidades da sociedade civil no processo decisório do Mercosul.

www.planalto.gov.br
www.somosmercosur.org

FABIO POZZEBOM/ABR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fala na Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, ao lado do chanceler Celso Amorim e do governador do Rio, Sérgio Cabral

MDS e empresários renovam parceria

O ministro do MDS, Patrus Ananias, assinou no dia 13 de fevereiro, em Brasília, a renovação de convênio com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), que visa aperfeiçoar a gestão das políticas públicas. Participam do evento Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau), João Sanches (Merck Sharp) e Irani Varela (Petrobrás), conselheiros do MBC e o presidente da entidade, José Fernando Cesar de Mattos. A parceria começou em 2005 e está contribuindo para agilizar o repasse de recursos dos programas das áreas de segurança alimentar e assistência social a estados e municípios.

www.mbc.org.br
www.mds.gov.br

Requisitos para a Tarifa Social

O MDS divulgou nas primeiras semanas do ano que gestores municipais do Bolsa Família de todo o país estão mobilizados para colaborar com o programa Tarifa Social de Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia (MME), que beneficia cerca de 3,6 milhões de famílias que estão na faixa de consumo entre 80 kWh e 220 kWh/mês. A intenção do cadastramento é localizar as famílias que recebem até meio salário mínimo per capita e que ainda não estão inscritas no Cadastro Único de Programas Sociais, base de dados do Bolsa Família, executado pelo MDS. A partir de agora, só as famílias inscritas no Cadastro Único terão direito ao desconto entre 10% e 65% (ou o limite máximo regional) no consumo de energia. O prazo para o cadastramento destas famílias terminou no dia 28 de fevereiro.

www.caixa.gov.br
www.mds.gov.br
www.mme.gov.br

Inserção de jovens no mercado de trabalho

Coordenadores de 38 programas de geração de trabalho e renda para jovens, realizados por instituições de ensino superior, estiveram em Brasília, entre 5 e 7 de dezembro, para o 1° Encontro Nacional de Inclusão Produtiva de Jovens, cujo objetivo é a troca de experiências que aprimorem as ações de implantação, gestão, acompanhamento e execução dos projetos. Os projetos foram selecionados no ano passado por meio de convênio entre o MDS e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), também responsáveis pela realização do encontro. Ao todo, foram destinados R$ 8 milhões às iniciativas.

www.mds.gov.br
www.pnud.org.br

Comitê pela inclusão de deficientes

No início de janeiro, foi anunciada a integração do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) ao recém criado Comitê de Ajudas Técnicas, coordenado pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde) da Secretaria Especial dos Direito Humanos (SEDH) do governo federal. Previsto pelo decreto n° 5.296/04 (Decreto da Acessibilidade), o comitê irá integrar a experiência de especialistas de diversas organizações do Brasil que atuam e têm serviços relevantes realizados nas diversas áreas de ajuda técnica, como medicina, fonoaudiologia, educação, engenharia e diversas outras áreas de atenção ao deficiente.

www.cpqd.br
www.presidencia.gov.br

GERVÁSIO BAPTISTA/ABR

A coordenadora nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, Izabel Maior, na 1ª reunião do Comitê de Ajudas Técnicas

Lívio Giosa

O fundador do Instituto ADVB de Responsabilidade Social e membro de diversos grupos atuantes na área reconhece que a responsabilidade social evoluiu no Brasil, mas ainda tem muito para crescer

Por Jaqueline Januzzi

Lívio Giosa é vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) e coordenador geral do Instituto ADVB de Responsabilidade Social (Ires). Mas seu envolvimento com a responsabilidade social é bem mais amplo. Ele foi um dos responsáveis pela introdução do tema na pauta de discussão da sociedade brasileira e ajudou a causar grande parte das iniciativas, que hoje integram a realidade da maioria das grandes empresas.

Signatário do iBase – entidade criada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho – e membro da ADVB há 27 anos, Giosa foi um dos fundadores do Ires, cujo trabalho consiste, principalmente, em conscientizar os empresários sobre a importância de posturas cidadãs e políticas éticas; promover ações que repercutam concretamente na construção de valores, para que a responsabilidade social seja encarada como estratégica na atuação das organizações; e desenvolver mecanismos que valorizem essas empresas socialmente responsáveis.

Além do envolvimento com a ADVB e o Ires, Lívio é fundador e coordenador geral do Movimento de Valorização do Administrador (Mova Brasil), coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), presidente do Conselho de Administração da Abaçaí Cultura & Arte, presidente do Conselho da Associação Minha Rua Minha Casa, professor universitário, membro do Grupo de Excelência em Responsabilidade Social e Ética do Conselho Regional de Administração de São Paulo e do Conselho do Instituto São Paulo Contra a Violência.

DIVULGAÇÃO

Sua experiência na área da responsabilidade social está registrada em três obras de sua autoria: *Gestão Corporativa e Responsabilidade Social*; *Terceirização: Uma Abordagem Estratégica*, ambos pela Editora Thonson/Pioneira, e *O Brasil Profissional: A hora e a vez da competência*, pela Editora Meta.

Em entrevista à **Revista Filantropia**, Lívio Giosa fala um pouco mais sobre sua atuação frente ao Ires, os principais projetos desenvolvidos em sete anos de instituto e as iniciativas que o tornaram referência quando o assunto é responsabilidade social.

Revista Filantropia: ***Conte-nos sobre sua formação e carreira profissional.***

Lívio Giosa: Eu sou administrador de empresas com especialização em Business Administration pela New York University. Por estar envolvido com a área de administração, procurei me especializar cada vez mais no emprego das modernas práticas de gestão, buscando exemplos internacionais, tanto privados quanto públicos, e os implementando no Brasil. Por ter formação em marketing, foi natural entrar na ADVB, da qual sou hoje o vice-presidente. Em 1997, fui um dos fundadores do Ires, o Instituto ADVB de Responsabilidade Social, que criamos com a missão de desenvolver a visão socialmente responsável nas mais diversas atividades empresarias.

Filantropia: ***Qual a sua relação pessoal com o Terceiro Setor?***

LG: Eu comecei como um dos signatários da ação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (iBase), fundado pelo Betinho em 1981 e precursor de tudo que hoje se fala sobre responsabilidade social. Além disso, eu era coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e minha responsabilidade era representar as empresas. Com essa experiência, em 1994 desenvolvemos um grande modelo de inclusão social, o projeto Minha Rua Minha Casa, que foi a primeira ação de inclusão de adultos de rua.

Para a execução desse projeto, que buscava resgatar a dignidade de maiores abandonados, tivemos o apoio de empresas ligadas ao PNDE e à Organização de Auxílio Fraterno (OAF). O resultado foi a criação da primeira franquia social do país, a Associação Minha rua Minha Casa, hoje um centro reconhecido por seu trabalho inovador, muito além de uma abordagem assistencialista. Com capacidade para receber diariamente 200 pessoas no espaço que foi cedido em comodato pela prefeitura de São Paulo, a associação tem diversificado suas atividades e ampliado suas parcerias.

Filantropia: ***Como e quando o senhor ingressou no Instituto ADVB de Responsabilidade Social (Ires)?***

LG: Estou na ADVB há 27 anos. Em 1997, a ADVB já se destacava como uma das maiores entidades empresarias brasileiras, congregando empresários de todas as atividades. Como eu estava muito presente na associação, entendi que ela podia ser a grande entidade empresarial que ampliaria a visão sobre a percepção das empresas quanto à questão da responsabilidade social.

FÁBIO FRANCI

Cerimônia de entrega do prêmio Top Social 2006, realizada em junho do ano passado

Então criamos o Ires, que foi um sucesso, tornando-se em uma organização que fez a diferença, transformando, sensibilizando e apresentando o conceito de responsabilidade social a inúmeras empresas no Brasil. As pessoas ainda não tinham conhecimento sobre o assunto, não sabiam o que e nem como fazer.

Filantropia: ***Qual o foco de atuação do Ires?***

LG: O principal objetivo do instituto é sensibilizar as empresas sobre as práticas socialmente responsáveis e gerar conteúdo, como workshops e cursos, para oferecer a esse público. Nós ajudamos muitas empresas a encaminhar suas necessidades ligadas à responsabilidade social. Temos profissionais responsáveis por levar essas práticas às empresas. A intenção do Ires é, principalmente, dar continuidade a esse processo de implementação da responsabilidade social.

Temos diversos modos de atingir nosso público. Podemos, por exemplo, sugerir uma palestra *in company*, identificar a empresa dentro do contexto da responsabilidade social, discutir com as áreas afins qual seria o melhor modelo a ser seguido, interna e externamente, de acordo com o tipo de negócio. Daí em diante, a empresa vai formatando o seu programa específico, e nosso trabalho está concluído.

No fim das contas, nosso principal papel é sensibilizar. Continuamos buscando as empresas, porque existem muitos setores ainda muito mal encaminhados. Algumas empresas, como Banco Real, Natura e Vale do Rio Doce, estão em estágios muito avançados, mas ainda existem dois outros grupos: aquelas que começaram um trabalho, mas têm dúvidas se o caminho que escolheram é o melhor, e as que ainda não despertaram para a causa e não tomaram atitude alguma. Por isso, o papel da ADVB é muito importante, para sensibilizar o grande executivo. Hoje, somos muito bem recebidos nas corporações, mas nem sempre foi assim.

Filantropia: ***Quais os principais projetos do instituto?***

LG: O Ires foi o responsável por fazer, no Brasil, o 1° Seminário Internacional de Responsabilidade Social, em 1997. Já a partir de 1998, passou a promover o Top Social, prêmio que visa reconhecer organizações que tenham demonstrado visão quanto à importância do desenvolvimento social como fator fundamental de crescimento da sociedade. O Top, um dos maiores incentivadores das empresas, teve uma boa recepção da imprensa, tornando-se, hoje, o maior prêmio de responsabilidade social no Brasil.

FÁBIO FRANDI

Grupo Abacaí Cultura & Arte na abertura do Top Social 2006

Eixos de atuação do Ires

INSTITUTO ADVB DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Premiação como exemplaridade

Apoio às premiações Top Social e Top Ecologia da ADVB e às premiações de outros parceiros, visando o destaque e a divulgação de projetos vencedores, que servirão de exemplo e modelo para a comunidade de negócios e parâmetro de escolha para os consumidores.

Conteúdo para aplicação prática

Atuação na coleta e ordenação de informações que, por servirem para a sensibilização de empresários e profissionais, serão divulgadas em eventos, produtos e meios de comunicação utilizados pela ADVB.

Capacitação profissional

Planejamento, preparação e realização de cursos, workshops, seminários, fóruns, palestras e debates que ajudem empresários e profissionais para uma preparação melhor de suas organizações para ações de responsabilidade social.

Produção intelectual

Coordenação de trabalhos de produção intelectual sobre o tema, valendo-se da vivência dos membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo do instituto, das parcerias com o meio acadêmico e do conhecimento de alguns pensadores próximos da entidade.

Um dos nossos projetos de destaque é o Diálogos Sociais, realizado em parceria com a Folha de São Paulo. É uma seqüência de palestras bimestrais, que acontecem há cinco anos, com uma autoridade pública com vivência na área da responsabilidade social, além de estudantes, professores e dirigentes de ONGs envolvidos com o assunto. O que se estabelece é um grande debate, com troca de experiências baseadas no trabalho do convidado.

Outra atividade promovida pelo instituto é a Pesquisa Nacional sobre Responsabilidade Social Corporativa, que há sete anos é a única a divulgar as tendências do setor. O Ires ainda apóia, com conteúdo, os dois únicos programas de TV brasileiros que tratam da responsabilidade social: Ressoar, da TV Record, e Balanço Social, da TV Cultura. Somos chamados semanalmente para discutir a pauta e oferecer sugestões. Seja sobre o novo rumo da responsabilidade social ou a sustentabilidade, oferecemos informações para que o programa tenha o conteúdo apropriado.

Mas o que temos dentro do instituto, principalmente, é uma visão de que não podemos perder de vista a ação local. Como estamos inseridos fisicamente no bairro da Bela Vista, na capital paulista, propusemos uma revitalização da região, à luz da inclusão social, e estamos colocando em prática. O instituto precisa ter vida. Não adianta ter apenas a visão ampla da realidade social, é preciso também fazer a nossa parte nessa história, colocando a mão na massa.

Filantropia: ***Com quais atividades você acredita que o Ires tenha atingido mais sucesso?***

LG: Nós escolhemos grandes blocos de atuação e todos têm tido boa repercussão. Seja no bloco conceitual, com cursos e palestras, seja na iniciativa da área da Pesquisa Nacional, seja no campo da exemplaridade, com a criação do Top Social. Ao que nos propusemos fazer, desde o início fizemos bem, e continuamos a fazer e a ser tratados como modelo a ser seguido. Como referência na área, somos muito procurados para oferecer material e conteúdo para trabalhos acadêmicos.

Outra ação do Ires que está se tornando muito reconhecida é o Dia de Fazer a Diferença, uma prática já bem disseminada nos EUA (*Difference Day*), que nada mais é do que um grande chamado para a solidariedade, uma prática coletiva em que um mutirão de pessoas faz a diferença.

Em 2006, consolidamos uma parceria com a TV Record, que assumiu o projeto como seu mote de responsabilidade social, na mesma linha do Criança Esperança, para a TV Globo, e do Teleton, para o SBT. A diferença é que nesses dois as pessoas contribuem por meio de doações, e no Dia de Fazer a Diferença elas põem a mão na massa,

FÁBIO FRANCI

Grupo Abacaí Cultura & Arte e Orquestra de Violeiros do Estado de São Paulo, no Top Social 2006

adotam uma creche, um asilo, uma praça. Sob todos os aspectos, elas se envolvem, percebem o quanto o trabalho coletivo transforma e se perguntam "Por que só oito horas?". O resultado é que muitos desses envolvidos acabam integrando as práticas socialmente responsáveis ao seu cotidiano.

O evento, que acontece sempre no último domingo do mês de agosto, está na 5ª edição no Brasil, e pelo segundo ano em parceria com a TV Record. Só no ano passado, com esse importante apoio de mídia, tivemos a participação de 5 milhões de pessoas em todo o Brasil. Nossa expectativa para 2007 é, pelo menos, dobrar esse número.

Filantropia: ***Qual a relação do Ires com outras entidades da área de responsabilidade social, como Gife e Ethos?***

LG: Temos relações naturais com o Gife e o Ethos, cada um sabe exatamente qual sua linha de atuação. O Ethos cria conteúdo, discute bastante conteúdo, mas não atua na mesma linha. Já o Gife é mais passivo, congrega e troca experiência entre empresas socialmente responsáveis, entidades criadas à luz da responsabilidade social. E a FGV tem um caráter principalmente de formadora, por meio dos cursos que oferece.

Nós sugerimos, por exemplo, a participação de outros institutos na oferta de informações para a realização do programa Balanço Social, e, com isso, hoje formamos um comitê de subsídio a TV Cultura.

Filantropia: ***Quais os objetivos atuais do instituto?***

LG: Um dos mais importantes é sedimentar o relacionamento com as universidades. Queremos ter um debate mais próximo com os dirigentes e propor a criação de núcleos sociais dentro dessas instituições, com o envolvimento dos corpos docente e discente, dos funcionários e da comunidade envolvida.

Temos um grupo, o Universidade Socialmente Responsável, que leva palestras aos estudantes. Percebemos que o tema despertava muito interesse nos universitários, com uma adesão imediata, e decidimos incentivar a discussão do tema dentro das universidades. Com o passar do tempo, passamos a ser procurados, pois houve a percepção por parte dessas instituições de que estávamos estimulando e reconhecendo o papel deles na difusão do tema responsabilidade social.

Outro objetivo que temos é o de disponibilizar, cada vez mais, ferramentas para pesquisas mais direcionadas. À medida que determinados setores da economia se inserem no contexto da responsabilidade social, começam a praticar ações, querem informações voltadas a suas necessidades. Nós estamos nos preparando para oferecê-las.

Ires

Rua 13 de Maio, 1.413
Bela Vista – São Paulo/SP
CEP 01327-001
www.advbfbm.org.br
ires@advbfbm.org.br
(11) 3284-4044

Links

Abaçaí Cultura & Arte
www.abacai.org.br

ADVB
www.advbfbm.org.br

Associação Minha Rua Minha Casa
www.minharuaminhacasa.hpg.ig.com.br

PNBE
www.pnbe.org.br

PARTE 2

Campanhas de comunicação

É necessário identificar a campanha ideal a ser desenvolvida para melhor atingir o público-alvo a quem se deseja comunicar

Marcio Zeppelini
marcio@zeppelini.com.br

Na edição passada, publicamos a primeira parte desta matéria, em que é mostrada a importância de se definir o tipo de uma campanha, para que o planejamento de comunicação seja elaborado de forma a elencar os tipos de mídia que podem ser utilizados de acordo com a necessidade de comunicação.

Também foi destacado que se adotada a fórmula abaixo, é maior a chance de se atingir o objetivo, pois a comunicação será bem direcionada.

O QUE desejamos comunicar

+

QUEM desejamos que receba nossa mensagem

=

COMO devemos comunicar

*

Para demonstrar as diversas formas de comunicação com os grupos de influência, duas grandes classes diferenciam as campanhas:

- **Processos de comunicação prospectivos:** dos quais se espera algum resultado ou retorno. Geralmente visam captar colaboradores, valores ou algum tipo de apoio, seja material ou não.
- **Processos de comunicação assertivos:** são as campanhas de afirmação, ou seja, processos de comunicação que visam argumentar ou marcar presença de alguma forma.

*

Nesta edição, serão abordadas as campanhas de comunicação assertivas, ou seja, aquelas que têm por objetivo fixar a identidade, a missão e os valores de uma instituição social.

Campanhas institucionais

ADRIANO AGUINA

Visam fixar a marca, firmam uma identidade junto ao público-alvo, tanto identidade visual como conceitual (teorias e práticas defendidas). Trabalha-se muito a logotipia e toda a identidade visual criada sobre ela. Imagens, conceitos e depoimentos ajudam a comprovar a mensagem que se quer transmitir.

É normalmente usada em folheteria promocional (folder, catálogo, cartões), anúncios institucionais, merchandising em eventos com a exposição do logotipo ou da temática da organização. Adesão a outras campanhas de organizações congêneres que defendem a mesma causa também, em geral, são campanhas institucionais.

Marcio Zeppelini. Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor-executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

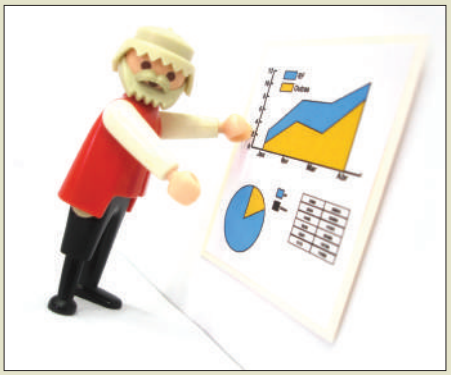
A campanhas de prestação de contas devem conter dados quantitativos e qualitativos do projeto social em questão

Campanhas culturais e de conscientização

São aquelas que objetivam institucionalizar uma idéia ou um conceito na comunidade que se quer atingir. Pode ser por meio de publicidade, eventos, treinamentos ou com textos jornalísticos em que, geralmente, tenta-se transmitir alguma mensagem de conscientização ou de adesão a uma cultura que se queira enraizar.

Campanhas como "Leia um livro", "Se beber, não dirija", "Proteja as nascentes dos rios" são ações comunicativas de cunho cultural e que podem ou não vir regrada com alguma efeméride comemorativa (dia do livro, dia mundial da prevenção de acidentes, semana do meio ambiente etc.).

Campanhas de prestação de contas

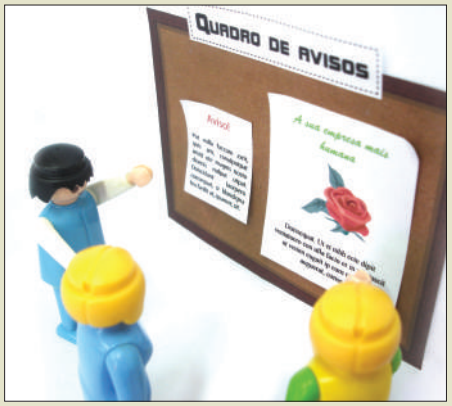


Esse tipo de comunicação – um dos mais importantes de uma organização social – visa mostrar resultados aos colaboradores relacionados àquele programa (sejam doadores ou voluntários) e à comunidade atingida. Ela deve conter dados quantitativos e qualitativos do projeto social em questão. Imprescindível é ter transparência, clareza e concisão, tentando resumir as informações sem omitir nenhuma delas.

Enormes tabelas de valores devem ser evitadas, deixando este montante às prestações de contas acessórias que devem ser entregues ao governo. Neste caso, resumos de receitas e despesas devem se configurar de maneira clara e objetiva, apontando para algum local (o ideal é o site) no qual as informações estejam detalhadas para quem quiser conferir.

Uma prestação de contas bem feita gera credibilidade. Além de os doadores ficarem gratificados com seu investimento, certamente voltarão a investir em sua entidade. Também atrai novos colaboradores, em razão da transparência ofertada.

Campanhas internas



A campanha de comunicação interna visa, entre outros aspectos, organizar toda a comunicação da entidade. O objetivo é universalizar as informações geradas internamente e não gerar conflitos quando essas informações forem para fora da instituição.

Também serve para dinamizar processos organizacionais e minimizar conflitos. Diversos meios de comunicação podem ser utilizados nesse tipo de campanha: e-mail, mural, intranet, circulares, reuniões, entre outras modalidades apresentadas mais adiante.

Campanhas de influência

Associa interesses comuns com o intuito de formar um canal mediador, de maneira que a organização passe a representar a opinião de um grupo de pessoas. Muitas vezes, ela se dá politicamente e face-a-face com o receptor. Sendo bem embasada e não tendo conotação paternalista, tem grandes chances de conquistar adeptos do poder público e privado à causa da instituição.

Pode também servir como ponte de interesse entre a comunidade e o poder público ou os dirigentes de uma empresa. Para exemplificar, imaginemos um bairro que fique entre uma estrada e uma fábrica. Fazendo uma campanha de influência, uma ONG poderá usar sua força institucional para representar os moradores daquele bairro junto à diretoria da empresa e à prefeitura, para que seja construída uma passarela sobre a estrada em questão.

PARTE 1

A internet e a mobilização de recursos

Novas tecnologias ampliam ação do marketing e, por conseqüência, da captação de recursos

Ader Alves de Assis Jr.
aderjr@fundocristao.org.br

Li certa vez, e me marcou de tal forma para não mais esquecer, "que a vida é uma cadeia, não tem cortes, interrupções, nem tempos vazios. É uma continuidade variável, transformações alternativas, permanência dinâmica. Assim, a vida se torna uma maravilhosa espontaneidade (...) Esta espontaneidade dinâmica transforma o saber, o viver, a experiência, e as relações entre as pessoas. Essa dinâmica continuidade evoluiu de tal modo que o mundo se tornou pequeno, e o que acontece em qualquer lugar reflete em toda a civilização de forma quase que instantânea, em virtude da rapidez nas comunicações e da interligação dos países".

Em resposta a essa evolução, o marketing também se transformou. Antigamente, marketing se restringia apenas aos clássicos 4 Ps – Produto, Promoção, Precificação e Praça – que eram apresentados nos livros do Professor Kotler como o processo de desenvolvimento de produtos e serviços, sua comunicação com o mercado, precificação e distribuição física.

Até recentemente, a American Marketing Association classificava marketing como o desempenho das atividades comerciais, que dirigiam o fluxo de bens e serviços do produtor ao consumidor, ou usuário final. Quer dizer, marketing era visto como um elo entre o setor produtivo e o mercado consumidor, visando apenas identificar necessidades que orientassem a produção para que os produtos ou serviços produzidos atendessem às necessidades do mercado.

Atualmente, esse conceito se expandiu para a geração de valor. Marketing é hoje uma função organizacional e um conjunto de processos para criar, comunicar e entregar valor a clientes, administrando relações que beneficiem as organizações e seus *stakeholders*. Portanto, além de cuidar das atividades tradicionais, marketing trabalha uma série de segmentações, relacionamentos e estratégias direcionadas. Hoje, fala-se de marketing off-line e on-line, além, é claro do mais recente conceito incorporado no mercado, o *mobile marketing*, que se refere ao marketing que fazemos por meio da tecnologia sem fio (*wireless*), como celulares, PDAs, entre outros.

Novas oportunidades

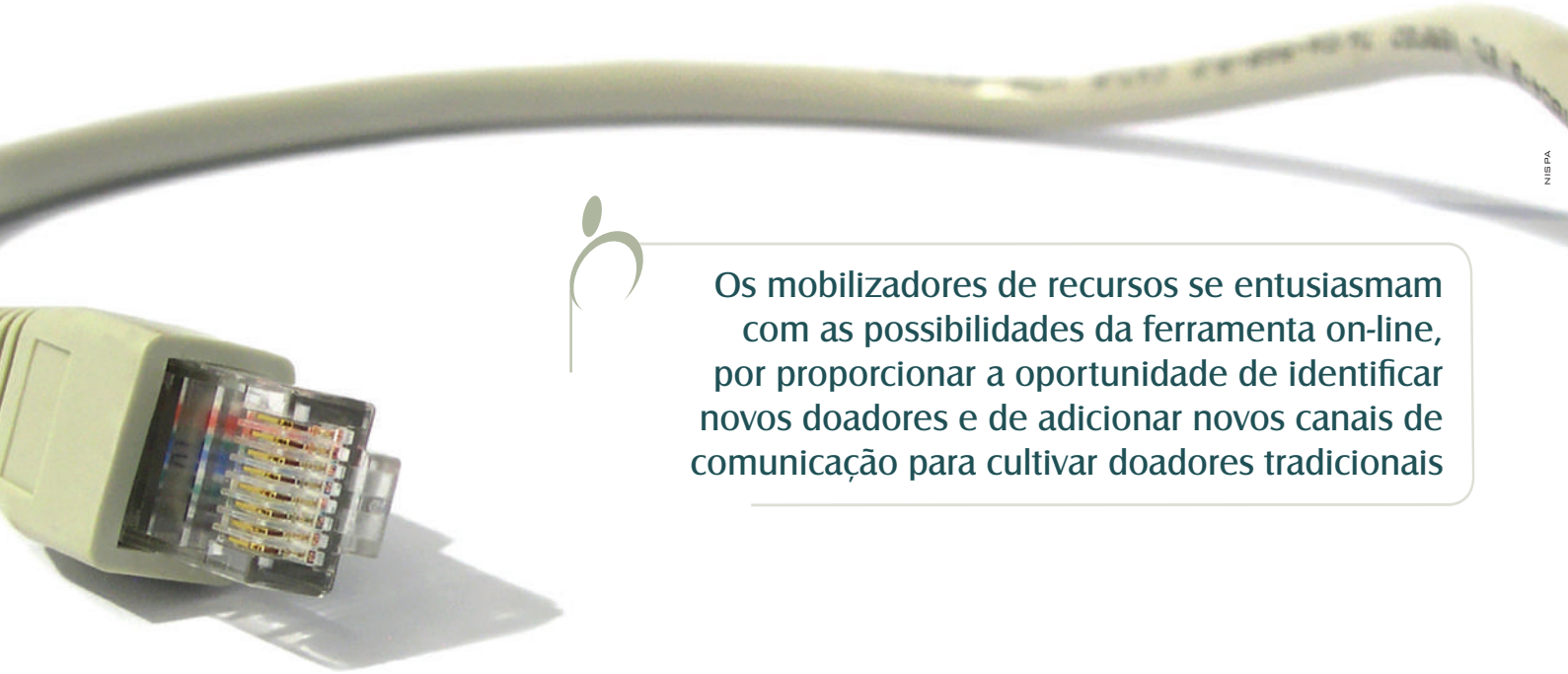
Quando a internet se iniciou na década de 1990, poucos suspeitavam do seu sucesso e da transformação que o mundo teria nos anos seguintes. Embora os computadores sejam o acesso mais comum à internet, temos novas tecnologias que nos conectam à web como PDAs e telefones celulares, que também enviam e recebem e-mails. Muito em breve, certamente, tudo estará conectado a uma rede global, do automóvel ao refrigerador, comunicando entre si pela tecnologia *wireless*.

As novas tecnologias, em especial a internet, abriram um mundo novo de oportunidades para ONGs expandirem o seu universo de influência e apoio. Ainda pouco explorada no Brasil, a internet possibilita até que organizações pequenas ou locais alcancem doadores potenciais ao redor do mundo.

Os mobilizadores de recursos, em especial, se entusiasmam com as possibilidades da ferramenta on-line, por proporcionar a oportunidade de identificar novos doadores e adicionar novos canais de comunicação para cultivar doadores tradicionais, oferecendo a chance de administrar as relações entre doadores e beneficiários, mesmo que estes contribuam por ferramentas tradicionais de captação, como a mala-direta ou eventos.

Área social também se beneficia

Apesar da recessão econômica nos Estados Unidos e o problema da bolha das



NISPA

> Os mobilizadores de recursos se entusiasmam com as possibilidades da ferramenta on-line, por proporcionar a oportunidade de identificar novos doadores e de adicionar novos canais de comunicação para cultivar doadores tradicionais

empresas de internet, que dificultaram a economia nos últimos anos, o uso da internet continua crescendo a uma velocidade tremenda. Com o crescimento da importância, influência e utilização da internet, as organizações do Terceiro Setor têm uma oportunidade de se comunicarem com seus usuários de maneira quase instantânea, facilitando seu trabalho e buscando apoio às suas atividades.

De acordo com o conceito atual de marketing, as organizações do Terceiro Setor deveriam pensar na utilização do e-mail e da internet como parte de suas atividades de mobilização de recursos. Além de construir relações com seus atuais doadores, suas campanhas on-line ajudarão a trazer mais pessoas para seu website, aumentar a sua lista de e-mails e aumentar sua visibilidade e atividade na internet.

No entanto, construir uma presença on-line é mais do que criar um panfleto para sua organização e colocá-lo em algum lugar na rede. É utilizar a internet para construir relações com pessoas de forma que sua organização possa melhor cumprir e apoiar sua missão organizacional. É importante lembrar que, mesmo com a tendência de junção das mídias, a internet não está substituindo outros meios, mas acontecendo paralelamente às demais formas de comunicação. Portanto, mobilizar recursos on-line não pode existir isoladamente em um vazio.

O sucesso de seu programa de mobilização on-line será largamente dependente da presença global de sua organização na internet, como também de suas atividades off-line tradicionais. Assim, a integração das ações de mobilização, sejam elas on ou off-line, é fundamental para o sucesso de sua estratégia de marketing.

Inúmeras possibilidades de ação

As atividades de mobilização de recursos que utilizam estratégias on-line geralmente têm dois componentes fundamentais. O primeiro é um website interativo e informativo, além de uma comunicação via e-mail. Juntos, auxiliam na construção de relações com as pessoas que visitam o website ou que solicitam informações pela *newsletter* eletrônica, ou programa de *advocacy* on-line. Freqüentemente negligenciado, o segundo componente é uma estratégia para atrair as novas pessoas – doadores especialmente potenciais – para seu website, para que você inicie a construção de um relacionamento.

Angariar recursos não é apenas uma das atividades que as organizações do Terceiro Setor poderão fazer na internet. O e-mail tem transformado a capacidade operacional das organizações, criando um mundo novo de comunicação com doadores, colegas, ativistas e disseminando informação. A web também criou inicialmente uma revolução no material gráfico, permitindo que ONGs alcançassem vários apoiadores com um simples site.

Novos serviços propiciaram, até às pequenas organizações, a oportunidade de buscar doadores, utilizar cartões de crédito e muito mais. Como um complemento dos métodos tradicionais, a internet é um meio que finalmente surgiu para um setor que está carente de modernidade e eficiência nas ferramentas e técnicas de mobilização de recursos.

Ader Alves de Assis Jr. Gerente de marketing e mobilização de recursos do Fundo Cristão para Crianças, mestre em Administração e professor de Marketing do Centro Universitário de Belo Horizonte (UniBH).

O que organizações podem fazer on-line além de captar recursos

1. Marketing: Você pode utilizar a internet e o e-mail para complementar e maximizar suas ações de marketing. Seu website pode conter informações sobre sua organização, e estas podem ser enviadas diretamente a outras pessoas.

2. Educação: Seu website pode ter um papel importante de disseminador de informação, mobilizando pessoas em prol de sua causa.

3. *Branding*: Websites e e-mails podem ser importantes no desenvolvimento e na difusão de sua marca. Você poderá criar uma experiência virtual memorável para as pessoas que visitarem o seu site, fazendo com que elas desenvolvam uma referência para a sua organização.

4. Serviço: Algumas organizações podem entregar seu serviço on-line, como informar as pessoas sobre os cuidados com o câncer de mama, ou uma campanha sobre doação de órgãos. Mesmo nas organizações que não prestam serviços on-line, site e e-mail podem servir como instrumento de educação sobre os serviços que prestam à sociedade.

5. Distribuição e venda: Se você está organizando um evento, vendendo um produto ou distribuindo publicações, seu website é um instrumento operacional importante. Você poderá criar catálogos de artesanatos, vender apostilas de materiais educacionais ou até mesmo aceitar doações via cartão de crédito on-line.

6. *Advocacy*: Esta é uma das formas mais eficientes de envolver as pessoas on-line. Você pode enumerar vários tópicos, sugerir maneiras das pessoas se envolverem e chamar a sociedade para um posicionamento.

Admissão, demissão e exclusão de associados segundo o Código Civil Brasileiro

Ações devem estar previstas no estatuto social e registradas em atas, a fim de se evitar nulidade de atos administrativos praticados

Sergio Roberto Monello
sergiomonello@sergiomonello.com.br

A admissão, demissão e exclusão de associado deve se revestir de ato jurídico perfeito, que é comprovado pelo atendimento a todas as normas legais vigentes à época. Assim, abaixo da Constituição Federal e da lei está o estatuto social, que nada mais é que a constituição da associação, a norma maior que deve disciplinar a admissão, demissão e exclusão de associados. Vale destacar que o Código Civil Brasileiro[1] estabelece, sob pena de nulidade, que o estatuto das associações deve conter os requisitos à admissão, demissão e exclusão de associados.

Portanto, para a admissão, demissão e exclusão de associados devem ser observadas, rigorosamente, as normas estatutárias. Para se comprovar juridicamente o cumprimento do estatuto social, a associação deve sempre ter a ata do órgão competente, consoante às disposições estatutárias para tanto. A ata, seja da diretoria ou da assembléia geral, deve ser levada para o Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas em que o estatuto social está inscrito.

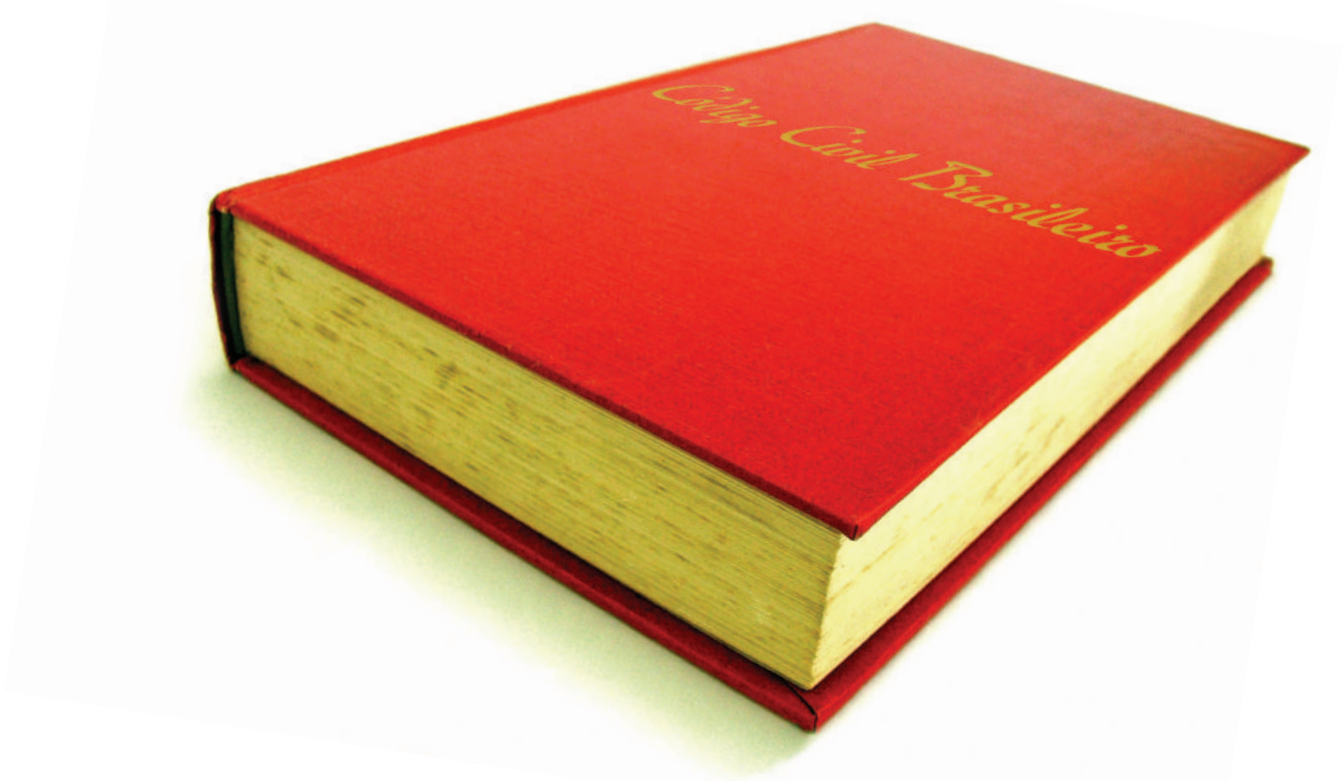
Exigências legais à exclusão de associados

De acordo com o art. 57 do Código Civil Brasileiro, a exclusão de associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto[2]. Todo o procedimento jurídico de exclusão de associado deve ser comprovado mediante ata devidamente registrada em cartório. As provas do procedimento de exclusão de associado devem ser comprovadas de forma inquestionável. As provas, além de documentos, serão comprovadas por meio das atas que relatam o procedimento.

Como bem salienta Sílvio de Salvo Venosa, em sua obra de direito civil[3], "nenhuma decisão de exclusão de associado, ainda que o estatuto permita e ainda que decidida em assembléia geral convocada para tal fim, pode prescindir de procedimento que permita ao indigitado sócio produzir sua defesa e suas provas. O princípio, que poderia estar enfatizado nesse artigo do Código, decorre de princípios individuais e garantias constitucionais em prol do amplo direito de defesa[4]. Processo sumário ou defeituoso para exclusão de sócio não resistirá certamente ao exame do Poder Judiciário. Isso é verdadeiro não somente para a pena de exclusão do quadro social, que é a mais grave, mas também para as demais penalidades que podem ser impostas, como advertência, repreensão, multa ou suspensão. Para que se atenda a esse ditame, é conveniente que o estatuto preveja um procedimento específico para a aplicação de penalidades, utilizando sempre, por analogia, os direitos e as garantias da ciência processual, mormente os básicos constitucionais, quais sejam, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Nesse diapasão, o estatuto e a lei estabelecerão sempre os limites do exercício dos direitos sociais (art. 58)".

Falecimento de associados

Havendo falecimento de associado, a entidade deve consignar em ata o seu falecimento, dando assim, "baixa" no número de membros da associação. O número de associados é sumamente importante para a determinação do *quorum* legal em assembléia geral, conselho deliberativo ou de outro órgão.



Qualquer decisão da assembléia geral, do conselho deliberativo ou de qualquer outro órgão previsto no estatuto social que exija *quorum* determinado deve ser integralmente observada. Importante considerar que qualquer decisão tomada com número inferior de associados ao estabelecido em lei ou no estatuto social pode acarretar a nulidade dos atos praticados. Deve-se entender por norma legal, no caso em questão, as normas estatutárias, as normas previstas em lei e as contidas no Código Civil Brasileiro.

Livro ou registro de associados

Toda entidade deve ter controle adequado de seus associados, tendo em vista aspectos de direito, em especial quanto à validade dos atos jurídicos praticados e referendados pela assembléia geral ou por órgão equivalente. O controle de associados é de suma importância, tendo em vista a comprovação do *quorum* à realização e aprovação de atos de gestão da entidade beneficente, pela sua assembléia geral ou órgão equivalente.

A entidade deve possuir um livro ou ficha de registro de associados, que deve ser previamente registrado e rubricado pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca onde a entidade beneficente tem sua sede e no mesmo cartório onde o estatuto social foi registrado, com a finalidade de revesti-lo das formalidades legais. Todas as folhas desse livro ou ficha devem ser rubricadas pelo cartório, e a inscrição de associados no livro ou ficha deve ser feita de conformidade com o disposto no estatuto social.

No livro ou ficha de registro de associados deve ser ainda anotado o ato jurídico de admissão, demissão e exclusão de associados. Como exemplo: "Admitido ou demitido de acordo com ata da assembléia geral datada de _/_/__". Portanto, todo o ato jurídico referente à vida associativa do associado deve ser consignado no livro ou ficha. Também são assinaladas no livro ou ficha todas as ocorrências concernentes ao associado, desde que tenham como suporte fático uma ata, observada sempre a competência do órgão segundo o estatuto social.

Para participar da assembléia geral com os poderes previstos em estatuto social, a entidade talvez tenha que comprovar que o participante dela é efetivamente associado e se está inscrito no livro ou ficha de registro. Também para ocupar cargos de diretoria e outros, previstos em estatuto social, a entidade pode ser requerida a comprovar a condição do ocupante como associado, se assim for exigido.

Em conclusão, para não ter quaisquer aborrecimentos e questionamentos futuros, inclusive ações judiciais sob o argumento de nulidade de atos administrativos praticados, a entidade deve ser prudente em ter uma efetiva organização jurídica e administrativa, em especial aos seus associados. Hoje, os órgãos fiscalizadores do Estado (União, estado, Distrito Federal e municípios) solicitam e analisam as atas das entidades para comprovar a legalidade dos atos administrativos praticados e o respeito ao estatuto social.

[1] Art. 54, inciso II, da lei nº 10.406/02 – DOU 11/1/02 – Código Civil Brasileiro.
[2] Lei nº 11.127, de 28/6/05 – DOU 29/6/05.
[3] Venosa, Silvio de Salvo. *Direito Civil*. Editora Atlas, 2003.
[4] Art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

O controle de associados é de suma importância, tendo em vista a comprovação do *quorum* à realização e aprovação de atos de gestão da entidade beneficente, pela sua assembléia geral ou órgão equivalente

Sergio Roberto Monello. Professor, advogado e contabilista. Sócio-diretor do Escritório Contábil Dom Bosco.

Captação de recursos e elaboração de projetos pelo Marco Lógico

Metodologia possui rigor científico para a elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos sociais

Eduardo Magalhães
magaedu@uol.com.br

Todos os atores envolvidos terão um compromisso muito maior a partir do momento que tiverem a sua participação garantida

Já sabemos que não basta somente boa vontade, idealismo e amor a uma causa para que se consiga captar recursos e elaborar projetos sociais. As iniciativas informais, mesmo que bem intencionadas, são insuficientes. Muitos projetos não obtêm financiamento por apresentarem objetivos pouco claros, sem coerência lógica com as atividades ou em número excessivo, além de falta de elementos para avaliação entre vários outros tipos de problemas.

Sem a necessidade de sofisticados métodos matemáticos, o Marco Lógico (Logical Framework Approach – LFA) é uma metodologia com rigor científico para a elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos sociais. Foi criado em 1969 pela empresa de consultoria Practical Concepts Inc., especificamente por Leo Rossenberg e Lawrence Posner, a partir de um contrato com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (Usaid, na sigla em inglês).

No começo dos anos 80, a empresa de consultoria Team Technologies, dirigida por Moses Thompson, incorporou novos elementos de análise ao Marco Lógico, a pedido da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ, na sigla em alemão).

Desde então, a metodologia é utilizada pelas principais agências internacionais, como o Bird, BID, bem como por praticamente todas as agências da ONU, como OIT, Pnud, OMS e FAO, além da União Européia.

O que é?

Resumidamente, podemos dizer que o Marco Lógico é dividido em quatro partes.

Primeira: Momento de gestação do projeto. Aqui são propostos os vários níveis de complexidade e a estrutura geral. São feitos a identificação do projeto e o estudo dos problemas que levaram à constituição do mesmo. Nessa fase também é realizado um conjunto de análises que identificam e priorizam os problemas e as possíveis alternativas de solução.

A partir do Enfoque do Marco Lógico (EML) um projeto deve primeiro ter as suas bases estabelecidas e identificadas. Para isso, propõe os seguintes pontos de análise: antecedentes e experiência, análise da participação, análise do problema, análise dos objetivos, identificação dos grupos-meta e análise da estratégia.

Segunda: Com os fundamentos estruturados, causas e efeitos do projeto identificados, a próxima etapa da metodologia visa redigir o projeto propriamente dito. Para esse fim, utiliza uma matriz, geralmente chamada de matriz 4x4, que aborda de maneira lógica e eficaz todos os principais componentes necessários para que um projeto tenha sucesso.

Articula entre si e com rigor, de maneira clara e funcional, o objetivo de desenvolvimento (objetivo geral), os objetivos do projeto (objetivos específicos), os resultados esperados, as atividades, as hipóteses e pré-condições (situações externas que podem facilitar ou dificultar o projeto), os indicadores de resultado e as fontes de verificação.

A segunda fase também planifica as operações de um modo preciso, com todos os

Exemplo de matriz 4X4 do Marco Lógico:

Objetivo de Desenvolvimento	Indicadores de resultado	Fontes de verificação	Hipóteses e pré-condições
Objetivos do projeto			
Resultados esperados			
Atividades			

recursos necessários para a sua efetividade. É nesse momento que ainda são quantificados e estabelecidos orçamento, plano de trabalho e cronograma de execução.

Terceira: A execução do projeto é a ação prática daquilo que foi pensado e redigido nas duas primeiras fases. Durante toda a execução, realiza-se o monitoramento, e nesse momento é possível que alguns caminhos sejam alterados, caso não estejam satisfazendo o cumprimento das metas.

Quarta: A avaliação final passa a ser, a bem da verdade, um coroamento e conclusão de todas as avaliações parciais (monitoramentos). Ambos tornam-se possíveis na medida em que todas as fases do projeto apresentam indicadores e fontes de verificação.

Outros pontos fundamentais no EML são: planejamento participativo do projeto, abordagem na questão de gênero e redação sob o critério *Smart*.

Planejamento participativo

Erroneamente, as metodologias tradicionais não incluem o planejamento participativo em seu processo de planificação. Ele é importante não só por uma questão de democracia, transparência e respeito a todos os envolvidos diretos e indiretos no projeto, mas também porque é essencial para a eficiência e obtenção de melhores resultados.

Todos os atores envolvidos terão um compromisso muito maior a partir do momento que tiverem a sua participação garantida. A situação com índice adequado de participação possibilita um controle melhor de tudo o que ocorre, além de decisões de maior qualidade.

É claro que nem todos os atores possuem o mesmo nível de participação. Há aqueles que somente participam das informações sobre o projeto. Em um segundo nível, os atores já emitem opiniões, e o nível mais alto é o da tomada de decisões. Entretanto, deve ser garantido espaço a todos, seja à população referida, às organizações governamentais e privadas, ao público local, entre outros. Ou seja, o planejamento não é monopólio de um só ator. Todos participam.

Questão de gênero

Por óbvio, nenhum projeto social pode ser contra os direitos humanos, de justiça e democracia. São pré-requisitos que garantem um projeto justo e sustentável. Lutar pela eqüidade de gênero é lutar por uma eqüidade de toda a sociedade. Como os projetos normalmente são destinados a uma população referida neutra, a tendência é que o preconceito contra a mulher seja encoberto e, assim, a iniqüidade continue.

Dessa forma, estabeleceu-se que mesmo se o projeto não tiver as mulheres diretamente como escopo, não deve perder a perspectiva e a referência das questões pertinentes ao tema em todas as suas fases.

Critério *Smart*

Tanto no momento em que se pensa o projeto como durante sua redação recomenda-se a utilização do critério *Smart*. Esse termo é uma abreviação do inglês que significa:

- **Specific (específico):** Não se deve esperar resolver todos os problemas do mundo. Ao fazer isso, acaba-se não resolvendo nada, inclusive a situação específica que se deseja mudar.
- **Measurable (mensurável):** Tudo o que se pretende atingir deve necessariamente poder ser medido. Para isso, temos os indicadores e as fontes de verificação.
- **Acceptable (aceitável):** Um projeto não pode estar em contradição, por exemplo, com a comunidade próxima à população referida. Seria resolver um problema e criar outro.
- **Realistic (realista):** Expressa-se de maneira realista o que se pode realizar, considerando-se as hipóteses e pré-condições.
- **Time-bound (limite no tempo):** Indica o prazo em que se deve cumprir o objetivo.

O Marco Lógico, por fim, é uma das principais metodologias de uso internacional para que as ONGs passem a se profissionalizar e a racionalizar a elaboração de projetos sociais, atingindo nível de detalhamento e excelência que nada fica a dever a outros tipos de projetos.

Eduardo Magalhães. Sociólogo, professor e consultor para o Terceiro Setor, diretor da organização Saúde e Cidadania e do Grupo Assistencial Toninho Souto (Gats).

Fernando Credidio fala sobre Terceiro Setor, Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Faça como milhares de gestores sociais em todo o Brasil! Assista às palestras de Fernando Credídio sobre os temas que estão forjando as organizações do futuro!

PARA ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR:
1. Comunicação, Relacionamento com a Mídia e Marketing na Área Social
2. Como Elaborar Projetos Sociais
3. Sustentabilidade e Mobilização de Recursos

PARA EMPRESAS:
1. Responsabilidade Social Empresarial - Definindo Conceitos e Papéis
2. Gestão dos Primeiros Passos em Responsabilidade Social Empresarial
3. Ação e Responsabilidade Social como Estratégia de Marca
4. Marketing Relacionado a Causas Sociais
5. Como Estruturar Programas de Investimento Social e de Voluntariado Corporativo

palestras in company

Para conhecer um pouco mais do trabalho de Fernando Credidio, acesse o *blog* Cidadania.corp: http://rsempresarial.spaces.live.com

*Outros temas sob consulta

tel/fax: (55 11) 3477-4699 • **cel:** (55 11) 8200-7159 • **e-mail:** fecredidio@gmail.com • **msn:** fecredidio@hotmail.com • **skype:** fecredidio

Lei de Incentivo ao Esporte: solução ou elefante branco?

Entre promessas e incertezas, legislação tem o objetivo de mudar a face do esporte brasileiro por meio do direcionamento de parte do Imposto de Renda devido pelas empresas

Por Luciano Guimarães

> "A lei deveria ser desvinculada de qualquer interesse político, pois estamos lidando com algo muito mais importante do que isto: a vida e o futuro de milhares de atletas que almejam ter uma vida mais digna"
>
> Branca, ex-jogadora de basquete e técnica do Unimep/Amhpla/Selam

A ex-jogadora de Basquete Branca, diretora do projeto Passe de Mágica: incredulidade

DIVULGAÇÃO

Quais as chances que uma criança ou um adolescente tem de se tornar um atleta "de ponta"? Qual a possibilidade de o esporte amador ser uma importante ferramenta de inclusão social? Os atletas terão mais facilidades na obtenção de patrocínios e viverão apenas para e pelo esporte? São perguntas difíceis de responder, pois ainda é cedo para avaliar os impactos que a lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006 (Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte) terá sobre o esporte brasileiro.

De acordo com a lei, as empresas tributadas pelo lucro real – 7% do total das companhias brasileiras – poderão direcionar até 4% do Imposto de Renda devido para projetos ou entidades desportivas e paradesportivas. Somente se beneficiarão as organizações com fins não-econômicos e de natureza esportiva.

Como havia um impasse entre os setores ligados à cultura e ao esporte até pouco antes da aprovação, o governo editou uma medida provisória determinando que a dedução não poderá ultrapassar 1% de todo o imposto arrecadado pelo governo com as empresas que declaram o IR pelo lucro real, percentual equivalente a algo entre R$ 300 e 350 milhões.

No meio caminho entre a legislação e os possíveis beneficiados – atletas e sociedade – há quem esteja otimista e até acredite em mudanças, e aqueles que crêem em poucas alterações no atual cenário desportivo que valham o esforço. Ambos os pontos de vista, entretanto, mesmo sendo conflitantes, não deixam de ter sua parcela de razão. Afinal, o Brasil é repleto de exemplos que dão substância a qualquer argumento pró ou contra tentativas de "fazer" do país um admirável mundo novo.

Obviamente, e não poderia ser diferente, os mais otimistas em relação à lei são os membros do governo e os dirigentes desportivos, que têm interesses mais políticos e econômicos do que propriamente sociais. Os atletas também estão confiantes, pois nunca perderam as esperanças de que tudo um dia melhorará para a classe.

"A nova lei beneficiará atletas que não têm patrocínio, modalidades desportivas pouco difundidas e projetos sociais e educacionais", disse o ministro do Esporte, Orlando Silva, após a aprovação da legislação. Atletas que recebem salário ou patrocínio – como os jogadores de futebol –, entretanto, não serão contemplados. "Esse é um incentivo suficiente para as demandas do esporte brasileiro. Essa lei vai ajudar nosso esforço de democratizar o acesso ao esporte e ao lazer", completa Silva.

Pé atrás

Se muitos estão otimistas, há ainda muita desconfiança por parte dos atletas e ex-atletas. O pé atrás vem de quem se acostumou a receber promessas do poder público sem que quase nenhuma se cumprisse. "No Brasil, os beneficiados com as leis de incentivos, como a própria Lei Rouanet [de Incentivo à Cultura], são sempre as mesmas pessoas", desabafa a ex-jogadora de basquete Maria

Angélica Gonçalves, a Branca, atual técnica da equipe feminina do Unimep/Amhpla/Selam, de Piracicaba (SP).

Branca diz isso porque conhece a dura realidade do esporte amador brasileiro, que forma grandes atletas em meio às dificuldades, como a falta de um par de tênis para treinar, por exemplo. Basicamente, é o mesmo que acontece com o basquete feminino, que luta sem parar em busca de patrocínios. "A legislação beneficiará poucos, não surtindo o efeito esperado", frisa.

Coordenadora técnica do projeto social Passe de Mágica, presidido por sua irmã, Magic Paula, Branca gostaria que a realidade fosse diferente. "A lei deveria ser desvinculada de qualquer interesse político, pois estamos lidando com algo muito mais importante do que isto: a vida e o futuro de milhares de atletas que almejam ter uma vida mais digna", salienta ela.

O Passe de Mágica, que não conta com recursos advindos de quaisquer esferas governamentais nem de leis de incentivos fiscais, mas exclusivamente da iniciativa privada, beneficia cerca de 300 crianças. São três núcleos – dois em Piracicaba, sediados no Tiro de Guerra e no Sesi Piracicaba, e outro em Diadema, no Sesi local. São atendidas cem crianças por núcleo, que têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades esportivas, por meio da prática do basquete. Os patrocinadores do projeto são a Cooperativa de Consumo (Coop) e a Farnell-Newark InOne.

O ex-velocista Robson Caetano é outro que vê a nova legislação com certa desconfiança: "Trata-se de um passo importante, embora o setor precise de mais investimentos. São valores bons, mas ainda irrisórios. O esporte precisa de muito mais".

Salvação

Caso dê certo, a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte pode ser a salvação de muitas entidades do Terceiro Setor, como a Associação Desportiva para Deficientes (ADD), que atualmente obtém cerca de 40% dos recursos por campanhas de patrocínios e doações que utilizam incentivos fiscais (Leis das Oscips).

"Com a nova legislação, esperamos aumentar esse percentual e, no mínimo, duplicar o número de crianças e adolescentes beneficiados", diz a diretora de gestão da ADD, Eliane Miada. "Pretendemos criar conjuntamente uma campanha que estimule as empresas a patrocinarem projetos paradesportivos, pois a grande maioria das pessoas ainda desconhece o forte potencial do paradesporto no Brasil. A tendência é investir em projetos geridos por grandes ícones do esporte brasileiro."

A ADD oferece diversas modalidades e atividades esportivas para crianças a partir de cinco anos, com deficiência física, mental, visual ou auditiva. Além do esporte de rendimento, a entidade desenvolve atividades de formação e iniciação esportiva para adolescentes. "O esporte adaptado é utilizado como uma importante ferramenta no desenvolvimento físico, psicológico, social, educacional e de saúde das crianças, adolescentes e adultos com deficiência", ressalta Eliane.

Incógnita

Até entre quem desenvolve e capta recursos no mercado, a Lei de Incentivo ao Esporte ainda é uma incógnita quanto aos seus efeitos benéficos no curto, no médio e no longo prazo, apesar de haver forte dose de otimismo neste segmento do Terceiro Setor.

Michel Freller, consultor da Criando Atividades Alternativas e vice-presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), afirma que como ainda não são conhecidos os limites da legislação, especula-se que este ano seja aprovada uma verba de R$ 350 milhões, que deverá ser destinada aos Jogos Pan-americanos. "É possível que com o caminhar dos anos e o acúmulo de boas experiências estes limites aumentem, e cada vez mais haja a inclusão social pelo esporte", completa ele.

Já Maurício Fragata, proprietário da Fragatamkt, acredita que a legislação incrementará o faturamento do setor em cerca de 15% a partir do ano que vem. "Leis como esta já vigoram em países recordistas de medalhas, como a China. É por isso que o Brasil só tem a ganhar com ela", ressalta.

O ponto de interrogação sobre a Lei de Incentivo ao Esporte só deverá desaparecer quando os primeiros resultados positivos surgirem. Pode ser mais rápido do que o imaginado ou mais demorado do que o pretendido. Ninguém sabe ao certo. Existe também a possibilidade de a legislação se tornar mais um grande elefante branco, juntando-se à imensa população de leis estéreis que habitam o Brasil.

WILSON DIAS/ABR

O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, a atriz Marília Pêra, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a atriz Fernanda Montenegro posam para foto depois de anunciado que o projeto da Lei de Incentivo ao Esporte seria sancionado

WILSON DIAS/ABR

Ministros da Cultura, Gilberto Gil, e dos Esportes, Orlando Silva, anunciam que o projeto da Lei Federal de Incentivo ao Esporte será sancionado

Ministério do Esporte
www.esporte.gov.br

Links
www.add.org.br
www.criando.net
www.casavida.org.br
www.magicpaula.com.br

Captação de recursos para projetos na área esportiva e a utilização de incentivos fiscais

Para solicitar o recurso, entidades precisa estar atentas às regras estabelecidas, similares a outros incentivos já praticados

Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes
lais@figueiredolopes.com.br

MAÍRA SOARES

Marcela Oliveira Scotti de Moraes
marcela@flgadv.com.br

Paula Raccanello Storto
paula@storto.com.br

Para a execução da Política Nacional de Esporte, o Ministério do Esporte desenvolveu uma série de programas que prevêem o repasse direto de recursos a atletas ou a projetos de organizações não-governamentais, por meio da transferência de verbas orçamentárias do próprio ministério. É o caso do programa Bolsa-Atleta, que visa garantir manutenção pessoal mínima aos atletas de alto rendimento que não possuem patrocínio, buscando dar condições para que eles se dediquem integralmente ao treinamento esportivo e à participação em competições. Há requisitos e valores diferenciados para atletas de categoria nacional, internacional, olímpicos e paraolímpicos. O site do Ministério do Esporte traz informações detalhadas sobre este e outros programas existentes.

Outro mecanismo utilizado para fomentar o investimento em áreas de interesse público é o dos incentivos fiscais. Nesta sistemática, o Estado estimula o contribuinte a colaborar financeiramente com as atividades, abrindo mão do recebimento de determinados tributos, sob a condição de que os valores sejam diretamente aplicados em ações da iniciativa privada consideradas de relevância social.

Um exemplo bastante conhecido de incentivo fiscal é o instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê a possibilidade dos contribuintes deduzirem do Imposto de Renda as doações realizadas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2004, uma parceria entre o Ministério do Esporte, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)[1] possibilitou que este incentivo pudesse também contemplar projetos em que o esporte é o principal instrumento para inclusão social de crianças e adolescentes.

Requisitos

A grande novidade na área do esporte é a lei federal nº. 11.438/06, que criou um estímulo especifico para projetos desportivos e paradesportivos. Para usufruir do incentivo, os projetos devem promover a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social, podendo voltar-se a qualquer uma das formas de manifestação do desporto[2]. São elas:

a) **Desporto educacional:** Praticado de forma a complementar as atividades educacionais e com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;
b) **Desporto de participação:** Praticado de modo voluntário, com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde, educação e preservação do meio ambiente;
c) **Desporto de rendimento:** Praticado segundo as regras desportivas, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do país, e estas com as de outras nações.

O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado de modo profissional e não-profissional. O modo profissional caracteriza-se pela existência de remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de prática desportiva, ao passo que no modo não-profissional inexiste

contrato de trabalho com o atleta, sendo permitido, no entanto, o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio.

O recurso captado pela via do incentivo criado pela lei nº 11.438/06 pode ser aplicado no desenvolvimento de atividades do desporto de rendimento, não sendo permitida, todavia, a remuneração de atletas profissionais com os recursos advindos deste mecanismo. A lei veda, ainda, a destinação de recursos incentivados a pessoa jurídica ligada ao doador ou patrocinador – da qual este seja administrador, gerente, acionista ou sócio, na data da doação ou nos 12 meses anteriores –, bem como a cônjuge ou parente até o terceiro grau.

O incentivo segue a mesma lógica do estabelecido pelo ECA. As pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real podem deduzir até 1% do Imposto de Renda devido e as pessoas físicas que apresentem modelo de declaração completa, até 6%. Inicialmente, a lei previa um percentual maior de dedução paras as pessoas jurídicas (4%), mas ele foi reduzido após forte pressão da classe artística, que temia a migração para a área esportiva de grande parte dos recursos hoje destinados à área da cultura, via o incentivo fiscal estabelecido pela Lei Rouanet.

Possibilidades

Na sistemática da nova Lei de Incentivo ao Esporte, os investimentos podem ocorrer por meio de patrocínio ou doação. O patrocínio permite a transferência gratuita de numerário com finalidade promocional e institucional de publicidade, bem como a cobertura de gastos ou a utilização de bens sem transferência de domínio para o proponente do projeto. Já a doação é a transferência gratuita de numerário, bens ou serviços, desde que não empregados em publicidade. A lei também define como doação a distribuição gratuita de ingressos para eventos de caráter desportivo ou paradesportivo por pessoa jurídica a empregados e seus dependentes legais ou a integrantes de comunidades de vulnerabilidade social.

Vale dizer que os proponentes dos projetos são responsáveis pela administração e uso dos recursos, nos termos nele descritos, sendo vedado empregá-los em atividades não aprovadas pelo ministério, ou mesmo utilizarem da dedução fiscal valor superior àquele constante do orçamento aprovado.

Algumas organizações não-governamentais já estão se preparando para apresentar projetos para o Ministério do Esporte com vistas à utilização do incentivo. A ONG 3IN – Inclusão, Integridade e Independência, por exemplo, que atua com esporte, cultura, turismo e lazer para a inclusão social de pessoas com deficiência, pretende também aproveitar a oportunidade do Parapanamericano, que será realizado em agosto de 2007 na cidade do Rio de Janeiro. "Quanto mais mecanismos tivermos para a captação de recursos, melhor será a nossa atuação. O mercado ainda não está habituado a destinar verbas para atletas com deficiência, e essa lei poderá ajudar a convencer alguns empresários, criando a cultura de também investir no desenvolvimento de paraatletas", diz Bárbara Kirchner, presidente da 3IN.

O incentivo fiscal criado pela lei nº 11.438/06 tem validade prevista até 2015, mas, para ser aplicado, a lei ainda depende de regulamentação pelo Poder Executivo, o que, segundo o Ministério do Esporte, deve acontecer em breve. Esperamos que a regulamentação atenda as expectativas e prazos anunciados, a fim de possibilitar a necessária agilidade e credibilidade na implementação desta nova forma de captação de recursos, já há tanto esperada pela área do esporte.

Colaborou: Márcia Golfieri

ZIL *

[1] Esta parceria também existe em âmbito estadual e municipal, como é o caso do Estado e Município de São Paulo.
[2] Segundo estabelece a lei nº 9615/98, que institui as normas gerais sobre o desporto.

Laís Vanessa C. de Figueirêdo Lopes. Advogada e sócia da Figueirêdo Lopes e Golfieri Advogados Associados. Mestranda em direito na PUC/SP, professora de pós-graduação da Unisantos e do Senac/SP. Integrante da International Society for Third Sector Research (ISTR), do Neats – PUC/SP, das Comissões de Direito do Terceiro Setor e dos Direitos das Pessoas com Deficiência da OAB/SP, além de conselheira suplente representante da OAB Federal no Conade.

Marcela Oliveira Scotti de Moraes. Advogada da Figueirêdo Lopes e Golfieri Advogados Associados. Atuou anteriormente na Abong e na Ação Educativa. É co-autora da publicação *Ação das ONGs no Brasil – perguntas e respostas*, pela Abong, participou da elaboração do *Manual de administração jurídica, contábil e financeira para organizações não-governamentais* e do caderno *Organizações não-governamentais: um debate sobre a identidade política das associadas à Abong.*

Paula Raccanello Storto. Advogada, consultora jurídica de ONGs em São Paulo. É professora nos cursos de pós-graduação em gestão do Terceiro Setor da PUC/SP, integrante do Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (Neats) da PUC/SP e da Comissão do Direito do Terceiro Setor da OAB/SP.

Links

www.esporte.gov.br
www.brasilnopan.com.br
www.3in.org.br

É hora de exigir a imunidade do PIS

Direito garantido pelo Constituição Federal passa a ter precedentes favoráveis para entidades o requererem na Justiça

Tatiana Magosso Evangelista
tatiana@mbiasioli.com.br

O Programa de Integração Social (PIS) "foi instituído com a finalidade de promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas, viabilizando melhor distribuição da renda nacional". Entretanto, apesar de ser essa a definição que consta no site da Caixa Econômica Federal, que é a administradora desta contribuição social, muitas vezes as entidades sem fins econômicos se encontram a margem da distribuição da renda nacional. Uma vez que, como aquela que vem a colaborar com o Estado, se vê onerada em pagamentos de contribuições indevidas e alheia à distribuição de recursos que deveriam ser dirigidos a elas.

Imunidade

O art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal prevê a isenção das contribuições sociais destinadas à seguridade social. Não obstante a palavra isenção estar mencionada impropriamente na Constituição Federal, é certo que o Supremo Tribunal Federal (STF) já pacificou o entendimento de que se trata de imunidade, desde que por elas preenchidos os requisitos fixados em lei, conforme o precedente RTJ 137/965.

Entretanto, apesar de as entidades beneficentes de assistência social e educação estarem contempladas com o favor constitucional da imunidade tributária, é certo que a autoridade executiva, por meio de leis esparsas, pretende restringir a imunidade conferida às entidades, se sobrepondo à Carta Maior, o que é inadmissível.

Outrossim, destaca-se que o PIS, por força do art. 239 da Constituição Federal, possui destinação previdenciária e, portanto, feição de contribuição de seguridade social, como pode ser constatado no julgamento do RE nº 138.284 – CE.

Recentes decisões

Apesar de toda a discussão em torno da imunidade do PIS, atualmente o tributo é recolhido pelas entidades, mesmo quando preenchidos os requisitos constitucionais, com a benesse de "apenas" incidir sobre a folha de salário, conforme determina a resolução expedida pelo Conselho Monetário Nacional.

Certamente, não deveria incidir sobre nenhum valor, ante a imunidade que recai sobre as entidades, razão pela qual, inconformadas, muitas entidades socorreram-se judicialmente para ver seu direito constitucional garantido.

Após anos em trâmite perante os tribunais, a situação atual é muito favorável às entidades, uma vez que diversas decisões estão sendo favoráveis a elas, conforme observa-se abaixo, no voto do Min. Celso de Mello (RTJ 185/900-901, Rel):

"Tratando-se de imunidade – que decorre em função de sua natureza mesma, do próprio texto constitucional – revela-se evidente a absoluta impossibilidade jurídica de a autoridade executiva, mediante deliberação de índole administrativa, restringir a eficácia do preceito inscrito no art. 195, parágrafo 7º, da Carta Política, para, em função de exegese que claramente distorce a teleologia da prerrogativa fundamental em referência, negar, à entidade beneficente de assistência social que satisfaz os requisitos da lei, o benefício que lhe é assegurado no mais elevado plano normativo."

A matéria já fora também abordada, com concessão de liminar, em controle concentrado de constitucionalidade (Adin 2028), tendo o pleno do tribunal entendido que entidades como as Santas Casas gozam de imunidade em relação àquelas contribuições sociais. Há ainda outros precedentes favoráveis, como a Ação Cautelar 271 – STF, RE n.º 147.928-SC, entre outros. Pende também de decisão, naquela Corte, outra ação em que a imunidade é discutida (Adin 3330), agora com relação às instituições de educação, o que certamente virá colaborar com o entendimento acima transcrito.

Poder Judiciário

O certo é que o recente posicionamento da 2ª Turma do STF reforça a interpretação de que as imunidades não podem ser reduzidas por leis das esferas legislativas federativas, sob pena de ferirem o princípio da estrita legalidade e do disposto no art. 97 do Código Tributário Nacional. A Constituição Federal impõe às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei, sendo que meras portarias ou resoluções não são suficientes para instituir qualquer exigência.

Sem aprofundar em toda a discussão que o tema gera, nossa intenção é alertar as entidades de que é possível ter seu direito garantido. Não com a almejada facilidade, mas por meio do Poder Judiciário a imunidade poderá ser reconhecida e usufruída.

Tatiana Magosso Evangelista. Advogada da M. Biasioli Advogados Associados, graduada pela PUC/SP, especialização em direito do Terceiro Setor pela FGV/SP e pós-graduanda em direito processual tributário na PUC/SP.

Parceria ou corrupção: o limiar da escolha das ONGs

Cuidados indispensáveis para entidades que pretendam trabalhar em cooperação com o Poder Público

Marcos Biasioli
marcos@mbiasioli.com.br

Alessandro Rodrigues Melo
alessandro@mbiasioli.com.br

Mesmo nos tempos atuais, ainda encontramos nos países tidos como de Primeiro Mundo situação caótica de desenvolvimento humano. Segundo o relatório encomendado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), constatou-se que, na totalidade, as nações mais ricas do mundo albergam mais de 100 milhões de pessoas com rendimentos abaixo do nível da pobreza; além disso, 37 milhões estão desempregadas, 100 milhões não têm abrigo e 200 milhões têm uma expectativa de vida inferior aos 60 anos.

No Brasil, um outro dado histórico também merece amplo destaque, com relação a rendimentos abaixo da pobreza. Foi apontado no Relatório sobre a Situação dos Direitos da Criança e do Adolescente, entregue no Comitê da ONU, que cerca de 2,9 milhões de crianças e adolescentes trabalham como domésticos e em lixões, com ínfima remuneração, o que provoca o uso desenfreado de entorpecentes para enganar a falta de comida.

Em face de tal dado, entre outros, o Pnud estima que somente em 2015 o Brasil reunirá condições de minorar, ao menos pela metade, a proporção da população com renda inferior a um dólar per capita por dia, e, por conseqüência, erradicar a população que sofre de fome em igual proporção.

A expectativa vislumbrada pelo Pnud traz consigo ícone implícito de relação econômica. Coincidência ou não, nos últimos 26 anos, o Brasil teve um crescimento pífio do PIB per capita, de apenas 0,6% ao ano, muito inferior à média nos países subdesenvolvidos. Dado este que o levou a cair no ranking econômico mundial – ocupava a posição de oitava economia do mundo na década de 1980 e, agora, ocupa a desconfortável 14ª posição. Assim, não há como dissociar a economia do desenvolvimento humano.

Partindo desse diapasão, as vozes da população são uníssonas no sentido que o crescimento econômico é a principal vitamina que a sociedade necessita para minimizar as desigualdades, dados os reflexos na oferta de emprego, a exemplo do enriquecimento dos cofres públicos, ante a sua política predatória de arrecadação, o que gera, em tese, a otimização por conseqüência das políticas públicas de desenvolvimento.

Política pública social e a porta da corrupção

É cediço que o mero crescimento econômico não é o bastante para erradicar nossas desigualdades e até mesmo a fome. É indispensável, entre outras ações: a) adoção de políticas públicas austeras, mormente no enxugamento do custo da máquina estatal; b) combate da corrupção que assalta os cofres do Estado em proporções incalculáveis; c) ajuste da política fiscal à guisa de minorar a carga tributária; d) redução do excesso de burocracia; e) que haja, em especial, a interface com a sociedade civil organizada, principalmente quando o assunto é política social.

Adentrando apenas no tema relacionado às políticas sociais, é certo que o Estado, no seu moroso processo de amadurecimento, já vem identificando que é incapaz resolver sozinho as causas e os efeitos das desigualdades. E, em face de a sociedade estar legitimada na formulação de políticas e controle das ações em todos os níveis, ele está buscando outorgar a ela a responsabilidade indireta na administração dos problemas sociais, até mesmo por determinação da Constituição Federal[1] e a da Loas[2].

A medida é extremamente salutar, visto que indiretamente está se processando uma desestatização parcial das políticas públicas, em especial de assistência social, cedendo espaço à iniciativa privada, que, em regra, é muito mais eficaz, profissional e econômica que a máquina administrativa estatal.

Todavia, tal política de cooperação implica também na dicotomia do orçamento público, descentralizando recursos do Estado em prol das ONGs para que elas promovam a direta aplicação nas finalidades constantes dos limites da parcerias. Detalhe: a cifra entre 2001 até 2005, em âmbito federal, alcançou a monta de aproximadamente R$ 2 bilhões[3] por ano[4], sendo que, na média, metade dos repasses não guarneceram de licitação. Para tanto, solenizam entre si instrumentos jurídicos capazes de justificar a mútua participação por meio de variados modelos, entre eles: termos de parcerias, convênios, subvenções e contratos.

Eis, então, a porta da possibilidade concreta de se imperar a corrupção, que já tem sido frontalmente atacada, em especial pelo Ministério Público, ante ao novo modismo de se esvaziar o erário em prol de interesse privados, por intermédio de ONGs fabricadas apenas para recepcionar leviandades desta natureza, que acabam contaminando a boa relação das entidades sérias com o Estado.

Limites sinuosos da cooperação social com o Estado

Quando contratadas pelo Estado para consecução de fins de interesse público, muitas ONGS acabam seduzidas pela possibilidade de fortalecer o caixa tão acostumado com o eco do vazio, esquecendo-se que a parceria pública também lhe insere nos quadrantes da co-responsabilidade estatal, e o que parece a "salvação da lavoura" se materializa, em alguns casos, em um pesar.

Para que as ONGs não embarquem nesta toada, assumimos aqui o desafio de contribuir com a exacerbação da lisura de muitas instituições que obram com muito mais propriedade e fidelidade que o próprio Estado. Recomendamos que, a fim de evitarem maiores e futuras seqüelas, promovam prioritariamente o seguinte *check-list* antes de recepcionarem o recurso público em seus caixas:

- O ente público donatário obedeceu os princípios basilares que regem a administração pública, tais como: legalidade (o repasse deve decorrer de lei que o autorize), impessoalidade (deve possuir finalidade pública e não relacionada com interesse privado), moralidade (lícito / honesto), publicidade (a sociedade tenha acesso a todos os parâmetros da contratação) e eficiência (presteza / resultado)?
- Há contrapartida exigida pelo donatário que contrarie os princípios acima enaltecidos?
- O recurso está relacionado com os seus fins sociais?
- Há limitações impostas para o dispêndio do recurso?
- Está investida de *expertise* capaz de autorizar a parceria em detrimento de outras?
- Os valores envolvidos estão paritários com os de mercado?
- Observar se o ente público contratante atendeu aos ditames da Lei 8.666/93, que impõe requisitos a contratação de ONGs sem licitação, ou seja: a) ter em seu estatuto ou regimento ao menos uma das seguintes finalidades: pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional, recuperação social do preso ou ofereça serviços de pessoas portadores de deficiência física; b) praticar preço de mercado; c) possuir reputação ilibada; d) possuir natureza singular e notória especialização[5] na atividade.

Realizado o referido *check-list*, e aceito o recurso, a sugestão é que a orgnização promova a contabilização e o controle financeiro totalmente segregado das demais receitas, a fim de se facilitar a prestação de contas públicas. No entanto, há franca necessidade de se redobrar os cuidados quando há ligação da ONG com o Estado, principalmente quando não estiver provido de processo licitatório, pauta esta que debatemos a seguir.

Prestação de contas

A prestação de contas é outro ponto que deve ser realizado com a máxima acuidade. Por muitas vezes a organização utiliza corretamente o recurso público, porém, cai na "malha fina" por não atender às minúcias da lei.

Embasamento legal da prestação de contas

Primeiramente, deve-se identificar a forma correta de prestação de contas em relação ao instrumento jurídico que autorizou o repasse do dinheiro público. Foi um convênio? Então deverão ser atendidas

todas as exigências da instrução normativa nº 1/97, da Secretaria do Tesouro Nacional. Foi um termo de parceria? Busque então seguir as normas da lei nº 9790/99 e do decreto nº 3100/99.

Independente dos formulários, siga sempre precauções básicas, como solicitar notas fiscais ou recibos; se preocupar para que estes documentos fiscais contenham informações específicas que possam comprovar o uso do recurso na sua finalidade; manter os recursos recebidos em conta bancária específica etc.

Terceirização

Sugere-se, ainda, que a ONG tomadora do recurso público não terceirize os serviços essenciais. Se assim o fizer, estará descaracterizando a sua contratação pelo Estado, o que pode consumar em um desvio de finalidade e ocasionar na obrigatoriedade da devolução dos recursos recebidos, sem falar na responsabilização pessoal dos dirigentes, inclusive de cunho criminal.

Todavia, caso haja no instrumento jurídico firmado, ainda que de forma implícita, permissão de subcontratação de serviços com guardada especificidade, recomenda-se que a organização promova ao menos tomadas de preços, para fins de tornar público o ato, e aplique no que couber a todos os referidos princípios da administração pública.

Tomada de preços

Nas compras e serviços, a ONG deverá observar as determinações do termo de parceria e/ou convênio para não incorrer em problemas no momento da prestação de contas. O contrato obriga que se sigam as normas da lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações)? É obrigatória alguma modalidade específica de licitação?

Lembramos que, na ausência de previsão contratual, não se presume obrigatória à realização de licitação nos exatos moldes da lei. Deve-se, sim, prezar pela comprovação do uso do recurso público com eficiência e economicidade, buscando realizar sempre uma tomada de preços e uma verificação da qualidade dos fornecedores que vier a contratar.

É de se ressaltar que essas providências têm sido consideradas como suficientes por nossos tribunais, que não enxergam nas ONGS obrigatoriedade legal para se aterem a todos ditames da Lei das Licitações, já que esta tem como sujeitos apenas entes que de alguma forma tenham natureza pública[6].

Ônus da renúncia fiscal

As ONGs imunes de contribuições sociais também terão que se atentar ao comando do contrato celebrado. Se o recurso visa albergar toda a folha de pagamento dos contratados para o programa social financiado, é recomendável que se defina com acuidade, quando da solenização, se o recurso liberado alcança o pagamento dos encargos sociais. Apesar de inusitado, mesmo sendo imune a organização estará compelida a promover o cabal recolhimento, sob pena de se caracterizar desvio de finalidade, exceto se promover a sua devolução residual ao donatário.

Conclusão

Enfim, a tomada do recurso público pelas ONGs, para fins da consecução das políticas sociais, é um direito e não um favor do Estado, dada sua investidura constitucional. Entretanto, sua aplicação disforme dos limites da parceria e longe dos princípios da administração pública – privilegiando, por exemplo, ideologias ou partidos políticas, apadrinhando partidários, remunerando dirigentes, financiando campanhas, distribuindo resultados, desviando a finalidade das verbas, entre outros –, será caracterizada como um verdadeiro *dèjá vu* da famosa corrupção, o que a levará sozinha diretamente ao banco dos réus.

Marcos Biasioli. Advogado em São Paulo, mestrado em Direito – PUC/SP, pós-graduado em Direito Empresarial – The European University, administrador de empresas pela Universidade Mackenzie, professor do curso de pós-graduação de gestão do Terceiro Setor na Universidade Federal do Espírito Santo, membro do conselho científico da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP e do conselho editorial da Revista Filantropia.

Alessandro Rodrigues Melo. Advogado em São Paulo e no Rio de Janeiro, graduado pela Universidade Federal Fluminense (RJ), especializado em prática no Terceiro Setor pela Escola Superior de Advocacia – OAB/SP e membro da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP.

[1] Art.: 199, 204, 213, entre outros.
[2] Lei nº 8.742/93, art. 5º, II.
[3] Sem considerar o montante derivado da renúncia fiscal.
[4] Informação constante do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do Tesouro Federal.
[5] Neste caso, a associação deve estar preparada para comprovar tecnicamente e documentalmente a especificidade do serviço prestado, além de indiscutível *know how* e *expertise* no assunto envolvido, para que não seja futuramente questionada.
[6] Conforme seguinte entendimento do STJ: *Economia Mista. Sociedade Civil. Licitação. Dispensa.* A sociedade civil sem fins lucrativos que congrega, em associação, servidores de sociedade de economia mista, não está sob o foco de incidência do parágrafo 1º do art. 1º da lei nº 8.666/93. Recurso conhecido e provido. (STJ – 4ª Turma – Relator Min. César Asfor Rocha, j. 21/06/2001; DJ 22/04/2002, p. 211) (g.n).

Rápidas legais e contábeis

Isenção a portadores de enfisema pulmonar

As pessoas acometidas por pneumopatia grave (enfisema pulmonar) poderão ser isentadas do recolhimento de Imposto de Renda sobre seus proventos de aposentadoria ou reforma. O projeto de lei nº 37/06, do senador Romeu Tuma, muda a lei nº 7.713/88, que altera a legislação do Imposto de Renda. A enfisema entraria em uma lista em que já constam, entre outras moléstias, tuberculose, câncer maligno, hanseníase e Aids. Até o fechamento desta coluna, o projeto estava sendo examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

www.senado.gov.br

JONATHAN NATIUK

CNAE alterado

A nova estrutura de códigos de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), estabelecida pela Comissão Nacional de Classificação (Concla), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, entrou em vigor no último dia 1º de janeiro, e pode trazer mudanças nos prazos de recolhimento do ICMS, constantes do Anexo IV do Regulamento do imposto. Essa alteração nos prazos pode decorrer da conversão automática das inscrições ativas constantes no cadastro de contribuintes do ICMS. O resultado da conversão será divulgado pelo endereço do Posto Fiscal Eletrônico, no site:

www.pfe.fazenda.sp.gov.br.

Princípio da Entidade

O art. 4º da resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – Princípio da Entidade – reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, ou seja, a necessidade da diferenciação de um patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. O texto também reafirma que o patrimônio da pessoa jurídica (entidade) não se confunde com o dos seus sócios ou proprietários.

www.cfc.org.br

Revisão do Fundeb

A Consultoria em Administração Municipal (Conam) propôs nova redação à medida provisória nº 339/96, editada em dezembro de 2006, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A sugestão, que será encaminhada ao governo federal, ao Congresso Nacional e às prefeituras, tem o objetivo de corrigir proposta relacionada ao salário-educação, que trata do repasse de recursos federais para o financiamento de programas, projetos e ações voltadas à educação. O dinheiro, que anteriormente era destinado exclusivamente à educação fundamental, agora passa a ser usado também nas demais etapas de ensino. O salário-educação não pode ser utilizado para outros tipos de pagamento, exceto no caso de ações destinadas a jovens e adultos.

www.conam.com.br

CND: prazo prorrogado

O prazo de validade da Certidão Negativa de Débito (CND) e da Certidão Positiva de Débito, com Efeito de Negativa (CPD-EN) passou de 90 para 180 dias, contados da data de sua emissão. A mudança foi possível graças à instrução normativa nº 20, de 11 de janeiro de 2007. A CND será exigida nas seguintes hipóteses: averbação de obra de construção civil no registro de imóveis; registro ou arquivamento, em órgão próprio, de ato relativo à baixa de firma individual; quaisquer outras finalidades, especificadas na lei nº 8.212/91, exceto as previstas nos incisos I e III.

www.dataprev.gov.br

Poupança penhorada

A Justiça apertou o cerco aos devedores. Com a entrada em vigor da lei nº 11.382/06 no dia 20 de janeiro de 2007, será possível a penhora da caderneta de poupança de um devedor, mas somente as contas que tiverem mais de 40 salários mínimos (R$ 14 mil). As mudanças do Código de Processo Civil têm como objetivo agilizar os processos de cobrança e garantir mais rapidez no pagamento aos credores de dívidas em títulos. Outra importante mudança que pretende evitar que os devedores ocultem seus bens é a penhora on-line, que passa a ser reconhecida como procedimento legal nos processos de execução de dívidas.

www.mj.gov.br

MARCELO MOURA

JACQUE STENGEL

Benefício do INSS - 1

O segurado do INSS, aposentado por invalidez ou por acidente de trabalho que necessite de assistência permanente de outra pessoa, tem direito a receber um acréscimo de 25%, calculado sobre o valor de seu benefício. Essa determinação, em vigor desde o dia 5 de abril de 1991, ainda é desconhecida por muitas pessoas. Mesmo que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo previdenciário, o acréscimo é devido. O valor será sempre recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado.

Benefício do INSS - 2

A legislação previdenciária define as situações em que o auxílio é devido: quando o segurado for acometido de cegueira total, perda de nove dedos das mãos ou paralisia de dois membros superiores ou inferiores, perda dos membros inferiores, quando não for possível o uso de prótese, perda de uma das mãos e de dois pés, ainda que a prótese seja possível, e a perda de um membro superior e outro inferior, quando a prótese for impossível, alteração das faculdades mentais com grave perturbação da vida orgânica e social, doença que exija permanência contínua no leito e incapacidade permanente para as atividades da vida diária completam a lista prevista pela legislação.

Benefício do INSS - 3

O benefício é cessado com a morte do aposentado e o seu valor não é incorporado ao valor da pensão deixada aos dependentes. O acréscimo é muito importante para as pessoas que se enquadram nessa situação, pois com ele o aposentado pode pagar pela assistência que necessita.

www.mpas.gov.br

Plano de ação - 1

As entidades que já possuem o "ato declaratório" de isenção da cota patronal no INSS devem ficar atentas quanto à apresentação do Plano de Ação das atividades que serão desenvolvidas em 2007. É importante destacar que a apresentação do Plano de Ação é obrigatória e deverá ser feita na Gerência Executiva jurisdicionante da sede ao INSS. Não há um modelo padrão, sendo que a forma de apresentação não é o principal, mas, sim, a estimativa de atividades que serão desenvolvidas em 2007, como serviços prestados, custos previstos, o número de assistidos etc.

Plano de ação - 2

Deverão, ainda, consignar as ações a serem implementadas em cada área, seus objetivos, suas metas, seu cronograma, os recursos financeiros alocados e os servidores responsáveis pelo gerenciamento e operacionalização de cada ação. Estes apresentarão obrigatoriamente ao final de cada exercício, ou a qualquer tempo, quando solicitado, relatório sucinto sobre a implementação das ações a seu cargo e, quando for o caso, justificação pelo não cumprimento do plano de ação ou pela insuficiência de desempenho.

www.mpas.gov.br

SANJA GJENERO

Cadastro de ONGs

Foi apresentado no dia 4 de janeiro, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, o parecer do relator do projeto de lei nº 3.877/04, do deputado José Santana de Vasconcellos, que dispõe sobre o registro, a fiscalização e o controle das ONGs. Caso o PL seja aprovado, será criado o Cadastro Nacional de ONGs (CNO), e o Ministério da Justiça será o responsável pelo registro de ONGs nacionais e estrangeiras. As instituições deverão ainda informar semestralmente aos cartórios de Registro Civil de Pessoa Jurídica, dados pertinentes ao CNO.

www.camara.gov.br
www.mj.gov.br

Pacto de Aprimoramento

A resolução nº 5/06 tem o objetivo de implantar o Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e do Distrito Federal no contexto do Siste ma Único de Assistência Social (Suas). Também constitui a celebração de compromissos entre o gestor estadual e do Distrito Federal com o gestor federal, visando à adequação dos órgãos executivos estaduais e do DF ao pleno exercício da gestão da assistência social no seu âmbito de competência. Entre os elementos considerados estão: as metas estabelecidas pela 5ª Conferência Nacional de Assistência Social e pelas conferências estaduais e do Distrito Federal, respeitado o princípio da gradualidade que fundamenta o Suas e o estágio de organização da gestão e da implementação do respectivo Sistema Estadual e do Distrito Federal de Assistência Social, entre outros.

www.saude.gov.br

Vagas para deficientes

A 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) confirmou o direito de um trabalhador portador de deficiência física à reintegração no emprego. O TST negou agravo de instrumento à Telemar Norte Leste S/A e, assim, confirmou manifestação do TRT da 1ª Região (Rio de Janeiro), que determinou o retorno do empregado aos quadros da empresa telefônica. A conduta da empresa resultou em violação da lei nº 8.213/91, que, dentre outros temas, prevê a porcentagem mínima de cargos para deficientes físicos em empresas com mais de cem empregados e restringe a possibilidade de dispensa.

www.tst.gov.br

TERI HOLZMANN

Tempo de serviço

O período gasto na condição de aspirante à vida religiosa para custeio de sua formação deve ser computado como tempo de serviço para fins de aposentadoria. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou recurso movido pelo INSS contra a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF) favorável ao pedido de Leoni Jacob Becker, para que o tempo em que foi noviça e juvenista pudesse ser contado para sua aposentadoria. O TRF havia considerado que o trabalho realizado como juvenista, por ser de caráter não-eventual, subordinado a uma hierarquia e com uma contraprestação, poderia ser averbado para a aposentadoria.

IAN SMITH

Contribuições previdenciárias

A instrução normativa nº 20/07 alterou a IN MPS/SRP nº 3/05, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais à previdência. O art. 5º da IN nº 3/05 alterou o parágrafo terceiro, uma vez que o segurado afastado temporariamente de suas atividades poderá contribuir como segurado facultativo, desde que não receba remuneração no período de afastamento e não exerça outra atividade que o vincule ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ou a regime próprio. O art. 6º também sofreu alterações em seus parágrafos, em especial no tocante à idade dos aprendizes, que antes era de 14 a 18 anos e, agora, de 14 a 24 anos, ressalvado o portador de deficiência, ao qual não se aplica o limite máximo de idade.

www.mpas.gov.br

Produção: Luciano Guimarães (jornalista).
Fonte: Marcos Biasioli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M.Biasioli Advogados Associados.

Calendário contábil 2007

	DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
MARÇO	2	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência fevereiro/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em fevereiro/07
		FGTS	Depósitos relativos à remuneração de fevereiro/07
		DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em janeiro/07
		Dacon Mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF mensal referente a janeiro/07
	9	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência fevereiro/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
		IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro/07
	15	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em fevereiro/07
		PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em fevereiro/07
		Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência fevereiro/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
		CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 28/2/07
	16	Rais	Entrega da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ano-base 2006. Devem declarar a Rais todo estabelecimento inscrito no CNPJ, com ou sem empregados, além do estabelecimento de pessoa física com empregados
	30	Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa	Entrega da Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica Inativa, relativa ao ano-calendário de 2006
		DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em Dezembro/2006.
		CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1° a 15/3/07

	DIA	OBRIGAÇÃO	FATO GERADOR
ABRIL	2	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência março/07 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa
	5	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) - 1ª via	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em março/07
		FGTS	Depósitos relativos à remuneração de março/07
		DCTF Mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em fevereiro/07
		Dacon Mensal	Dacon de pessoa jurídica obrigada à entrega da DCTF mensal referente a fevereiro/07
	9	DCTF Semestral	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente ao 2° semestre de 2006
	10	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS), relativa à competência março/07, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
		IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em março/07
	13	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em março/07
		PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em março/07
		Previdência Social	Recolhimento em GPS, da competência março/07, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial, que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
		CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 31/3/07
	28	IRPF - declaração de ajuste anual	Entrega da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física do ano de 2006
	30	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo), correspondente aos fatos geradores ocorridos em Janeiro/2006.
		CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1° a 15/4/07
		Relatório anual	Apresentação, pela pessoa jurídica de direito privado beneficente de assistência social, do relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior à Gerência Regional do INSS jurisdicionante de sua sede

TABELAS PRÁTICAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (INSS)

1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF
de	até	-	-
-	R$ 840,55	7,65%	8%
R$ 840,56	R$ 1.050	8,65%	9%
R$ 1.050,01	R$ 1.400,91	9%	9%
R$ 1.400,92	R$ 2.801,82	11%	11%

2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)

Salário de contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	empregado	empregador	total
-	R$ 840,55	7,65%	12%	19,65%
R$ 840,56	R$ 1.050	8,65%	12%	20,65%
R$ 1.050,01	R$ 1.400,91	9%	12%	21%
R$ 1.400,92	R$ 2.801,82	11%	12%	23%

3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo

A partir da competência abril/03, para os segurados contribuinte (individual e facultativo) o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição

4 – Salário Mínimo

Período	Valor
abril/02 a março/03	R$ 200
abril/03 a abril/04	R$ 240
maio/04 a abril/05	R$ 260
maio/05 a março/06	R$ 300
a partir de abril/06	R$ 350

5 – Salário Família

Remuneração	Valor
até R$ 435,56	R$ 22,34
de R$ 435,56 até R$ 654,67	R$ 15,74

IR – Fonte e Carnê Leão (2006)

Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R$ 1.313,69		isento
acima de R$ 1.313,70 até R$ 2.625,12	15%	R$ 197,05
acima de R$ 2.625,12	27,50%	R$ 525,19

* Tabelas sujeitas a alterações.

Deduções admitidas:

a) Por dependente, o valor de R$ 132,05 por mês.

b) Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R$ 1.313,69 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.

c) As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.

d) As contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

e) As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

Cálculo do imposto:

a) Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.

b) Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

Elaborado por Marcelo Teixeira, CRC TC – 1SP224511/O-6, bacharel em direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.

Instituto Ayrton Senna

Desafio é vencer a distância entre a nação bem-sucedida e aquela que não oferece as condições mínimas de desenvolvimento humano

Por Jaqueline Januzzi

Pouco tempo antes de morrer, em meados de 1994, Ayrton Senna compartilhou com sua irmã, Viviane Senna, o desejo de realizar algo pelas novas gerações do país que ele tanto amava. A conversa parou por aí, mas depois do trágico acidente que vitimaria um dos maiores ídolos nacionais, Viviane, com o apoio da família, resolveu realizar o sonho do irmão e fundou o Instituto Ayrton Senna (IAS) naquele mesmo ano.

A iniciativa tinha como principal objetivo ajudar crianças e jovens – os quais ele considerava as principais vítimas de nossa sociedade desigual – a se desenvolverem integralmente. Se por um lado o Brasil desponta como a 12ª economia mundial em Produto Interno Bruto (PIB), do outro, amarga a 69ª posição em desenvolvimento humano. Essa diferença faz com que o Brasil seja um país onde uma pequena parcela da população pode usufruir as oportunidades que, na verdade, deveriam ser garantidas a todos.

Resultados

Segundo Viviane, "o grande desafio que o instituto enxerga é vencer essa distância entre a nação bem-sucedida e aquela que não oferece as condições mínimas de desenvolvimento humano para seus cidadãos".

Em 12 anos de atuação, pode-se dizer, seguramente, que a meta do instituto está sendo alcançada. A cada ano, cerca de 1,5 milhão de atendidos têm suas vidas transformadas, totalizando, desde a fundação do instituto, 6.545.794 crianças e jovens, além da capacitação de 343.420 educadores de 12.035 ONGs, escolas e universidades parceiras de 1.368 municípios e em 25 estados. Nesse período, foram investidos mais de R$ 146 milhões em programas sociais.

JUAN GUERRA

Viviane Senna, presidente do IAS

A presidente completa: "Conseguimos implementar mudanças radicais na cultura educacional de municípios e estados inteiros. Nossas crianças e jovens superam suas dificuldades de aprendizagem, recuperam o tempo perdido em repetências e avançam na vida escolar com êxito, podendo vislumbrar um futuro diferente."

Atuação consciente

As soluções educacionais são desenvolvidas pelo instituto em grande escala, dentro e fora da escola. Na educação formal, destacam-se os programas Acelera Brasil, que trabalha a aceleração de aprendizagem; Se Liga, que combate o analfabetismo; Gestão Nota 10, que atua na área de gestão escolar; Circuito Campeão, que acompanha os resultados nas séries iniciais do ensino fundamental; e Sua Escola a 2000 por Hora, que trabalha o uso criativo da tecnologia. Na educação complementar, estão os programas Educação pelo Esporte, Educação pela Arte e SuperAção Jovem, que utilizam, respectivamente, o esporte, a arte e o trabalho diferenciado com a juventude para oferecer oportunidades de desenvolvimento a meninos e meninas.

Fonte de recursos

Todos esses anos de realizações fizeram com que o instituto fosse reconhecido por seu trabalho, inclusive internacionalmente. "A nossa atuação é positivamente avaliada em nosso país e fora dele. A Unesco nos concedeu, em 2003, a Cátedra em Educação e Desenvolvimento Humano, posicionando o instituto como uma referência mundial nessa área, como um centro de reflexão, pesquisa e produção de conhecimento. O IAS é a primeira organização não-governamental em todo o mundo a receber este título, normalmente concedido a universidades e centros de excelência em determinado campo do conhecimento", orgulha-se Viviane.

ROBERTO FULGENCIO

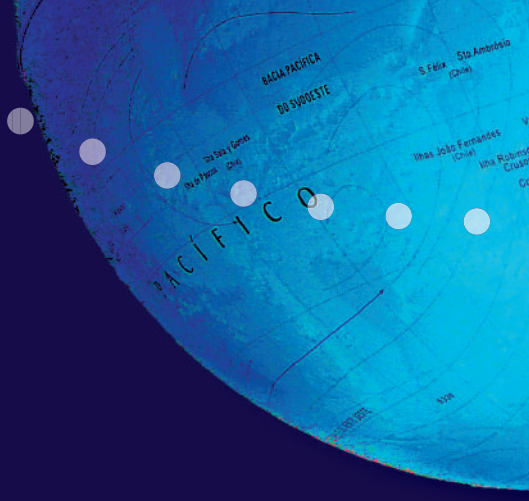
Alunos do programa Acelera Brasil

Para realizar esse trabalho, além de contar com uma equipe técnica e com parceiros comprometidos com a causa, o instituto recebe os resultados dos 100% dos royalties obtidos com o licenciamento da imagem de Ayrton e do personagem Senninha, doados pela família. Outra fonte de renda são as alianças estratégicas junto a grandes empresas socialmente responsáveis que querem investir na viabilização das novas gerações. Atualmente, são cerca de 80 empresas aliadas. Além disso, colaboradores colocam sua expertise em favor da causa infanto-juvenil, pequenas e médias empresas parceiras investem recursos em suas ações e pessoas físicas fazem doações pelo site.

"O Instituto é a realização do sonho de Ayrton, por isso cito uma frase dele: 'Eu penso muito sobre tudo, não posso evitar, vou de uma idéia para outra. E todos esses planos viram um sonho, que vejo crescer, progredir, vejo pessoas felizes através deles. Principalmente crianças.'", finaliza a presidente do IAS.

Instituto Ayrton Senna

Rua Dr. Olavo Egídio, 287, 16° andar
Santana – São Paulo/SP
CEP 02037-000
www.senna.org.br
ias@ias.org.br
(11) 6974-3000



A volta ao mundo

Independentemente do credo, raça, condição financeira pessoas que apóia as causas do Terceiro Setor em t

Por Rigeria Salado

Apesar das diferenças econômicas, políticas e culturais entre os países, algo é senso comum entre os diversos povos: é visível a expansão do Terceiro Setor, também conhecido como setor social, em todos os lugares. Seja para suprir a carência de serviços de qualidade em determinada área, como educacional, de saúde, ambiental e outras, ou até mesmo para agregar mais às atividades já existentes, é notório o crescimento do segmento social não somente no Brasil como no resto do mundo.

Pessoas, impulsionadas por suas crenças ou ideologias, estão buscando se unir cada vez mais para defender suas causas e colaborar para a melhoria de sua rua, comunidade, bairro, cidade, estado e país. Hoje em dia, mesmo com o descaso dos governantes para muitos assuntos ligados à sociedade, a população não está ficando de braços cruzados. São cada vez mais os voluntários e doadores, os programas sociais têm mais e mais coordenadores especializados em gestão do Terceiro Setor, cresce a quantidade de entidades sociais legalizadas e as ações de responsabilidade social das empresas, e, como resultado, o número de beneficiados aumenta a cada dia.

Entretanto, quais serão as peculiaridades do Terceiro Setor ao redor do globo? Há mais semelhanças ou diferenças?

Terceiro Setor em várias línguas

Third sector, *tercero sector*, *terzo settore*, terceiro setor... são muitas as denominações para este segmento social, o que não depende exclusivamente das diferenças lingüísticas entre o idioma de cada país.

É lógico que podemos afirmar, literalmente, que o nome varia de acordo com os limites de cada fronteira nacional, mas este é apenas um detalhe. Por trás de cada palavra há muito mais do que uma rápida consulta ao dicionário. Em cada país, o conceito de Terceiro Setor possui um significado próprio que, apesar de estar relacionado à área social, está também diretamente ligado às questões históricas, políticas, financeiras e culturais, que são, em geral, muito peculiares.

Desde 2002, funciona na Universidade Federal do Paraná (UFPR) o Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre o Terceiro Setor (Nits), que realizou, em 2003, o 1º Encontro da UFPR sobre o Terceiro Setor, tendo como tema central o debate sobre os conceitos e objetos de estudo das linhas de pensamento do setor social no mundo: o anglo-americano, o canadense-europeu e a análise do caso brasileiro.

De acordo com os resultados destas discussões, constatou-se que a experiência anglo-americana formou-se tal qual o tipo de desenvolvimento social

do Terceiro Setor

ou preferência política, é cada vez maior o número de do o mundo, ultrapassando as fronteiras geográficas

que originou a nação americana: independente, autônoma, coletivista, onde a sociedade colonial, especialmente aquela constituída ao norte, de caráter mais industrial, aprendeu a buscar as soluções para as questões sociais na própria comunidade, sem esperar ou depender do Estado. Razão pela qual toda *non profit organization* (entidade sem fins lucrativos) é entendida como benéfica à sociedade.

É o que afirma a professora Ana Lúcia Jansen de Mello, coordenadora do Nits: "As organizações são reconhecidas como úteis à sociedade e são naturalmente imunes a tributos, inclusive contam com auxilio financeiro do Estado para suas ações. Com o Novo Mundo em formação, os Estados Unidos receberam influências anglo-saxônicas e também desenvolveram uma forte linha de atuação da filantropia empresarial".

E já com relação à corrente canadense-européia, inspirada na experiência francesa, Ana de Mello destaca que suas características são diferentes, pois esta linha de pensamento "enaltece o associativismo, a cooperação (cooperativismo), o coletivismo. Vem daí a economia social e a economia solidária, que buscam reconhecer as organizações sociais como esteio do desenvolvimento local sustentável".

Estes estudos indicam ainda que, no que se refere ao Brasil, é cada vez mais freqüente a experiência das fundações e institutos empresariais, que constituem as ações de responsabilidade social empresarial como investimento social privado, e ainda a filantropia empresarial, como é o caso, por exemplo, do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e do Instituto Ethos.

Grandes cifras

Estimativas indicam que o setor social é o segmento que mais cresce em todo o mundo. Desta mesma forma, movimenta grande quantidade de recursos financeiros devido ao montante de doações e investimentos privados destinados ao desenvolvimento de projetos solidários em benefício de diversos povos.

No Brasil, pesquisadores acreditam que os investimentos sociais provenientes de outros países devem alcançar a quantia de US$ 150 milhões, aproximadamente. "O maior volume de recursos vai para o meio ambiente, geração de renda e crianças e jovens", afirma Ricardo Falcão, economista e consultor na área de captação de recursos. "As poucas estatísticas concretas só falam dos valores oficiais, enquanto que os valores não-oficiais aplicados para estes fins no país são muito maiores", completa.

Por outro lado, nos Estados Unidos é bastante comum a cultura da doação de verbas

Você sabia?

- Há 161 mil organizações voluntárias no Canadá, que possuem uma receita anual de US$112 bilhões.
- Do total das receitas das entidades canadenses do Terceiro Setor, 51% advém do governo.
- Em 2003, já havia mais de 837 mil organizações sociais nos Estados Unidos, excluindo as congregações e fundações.
- O total das despesas de todas as associações sem fins lucrativos americanas era US$ 945 bilhões em 2003.
- Hoje, existem cerca de 1,4 milhão de entidades sociais americanas.
- Existem mais de 66 mil fundações nos Estados Unidos.
- 34% das organizações sociais americanas atuavam na área de serviços sociais em 2003.
- 77% das organizações sociais brasileiras não têm funcionários (2002).
- 62% das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos do Brasil (Fasfil) foram criadas a partir dos anos 1990.
- Mais de 70 Fasfil estavam ligadas à religião e apenas pouco mais de 300 defendiam questões relacionadas à habitação em 2002.
- O número de entidades sociais cresceu 157% no Brasil entre 1996 e 2002.
- Já são mais de 19 milhões os brasileiros voluntários.

Fonte: National Survey of Nonprofit and Voluntary Organizations, National Council of Nonprofit Association, IBGE – Cadastro Central de Empresas 2002 (in As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil), The Johns Hopkins University.

para projetos sociais de escolas e universidades, enquanto que aqui as contribuições, em geral, destinam-se às ONGs.

"Todas as instituições de ensino, que eu tive a oportunidade de visitar nos Estados Unidos, possuem um departamento especializado em obter recursos e interagir com os ex-alunos e a sociedade, visando desenvolver programas e projetos que venham contribuir para o crescimento das mesmas", destaca Custódio Pereira, reitor da Faculdade Rio Branco, em São Paulo.

Dados da entidade americana Giving USA Foundation mostram que, em 2005, foram arrecadados US$ 260,28 bilhões no país para o Terceiro Setor. E as áreas que mais receberam donativos para seus projetos foram religião, educação e serviço social, com os respectivos valores de US$ 93,18 bi, US$ 38,56 bi e US$ 25,36 bi. Os gráficos revelam também que desde 1966 mais de 75% de todo valor arrecadado foi adquirido devido à contribuição da população.

Em 1996, as organizações voluntárias americanas movimentaram cerca de 6,3% do PIB, ou o mesmo que US$ 320 bilhões. Hoje, estima-se que US$ 600 bilhões sejam movimentados pelo setor naquele país.

Para Ricardo Falcão, a legislação adequada e a captação de recursos profissional contribuem para que o Terceiro Setor americano arrecade mais verbas. "Captar não é apenas buscar recursos, mas conquistar e manter parceiros. E isto só se consegue com projetos bem elaborados, metas alcançadas, cronograma e orçamento cumpridos, prestação de contas correta, fidelização do parceiro e, acima de tudo, com resultados e marketing. Tanto aqui como no exterior, captar recursos muitas vezes é mais devido ao gerenciamento do que à própria captação", explica.

O Terceiro Setor no Canadá gera uma contribuição líquida de US$ 61,8 bilhões ou 6,8% do PIB. Se contarmos o trabalho voluntário realizado, há um acréscimo de US$ 14 bilhões ou 1,4% do PIB, gerando um total de contribuição do Terceiro Setor para a economia de 8,2% do PIB, segundo dados da Imagine Canada.

Segundo um estudo preliminar feito em 2002 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em parceria com a The Johns Hopkins Center for Civil Society Studies, instituição americana que estuda entidades sem fins lucrativos no mundo, o setor social é responsável por 5% do PIB brasileiro. A pesquisa foi realizada para o *Manual sobre a contribuição da sociedade civil para o desenvolvimento humano*, projeto do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV).

Estes dados também mostram que, de 1995 a 2002, o segmento apresentou um aumento de 71%, ou seja, o país passou de aproximadamente 190 mil ONGs para cerca de 326 mil.

Novos profissionais

Segundo pesquisadores da The Johns Hopkins University, o Terceiro Setor é a oitava força econômica mundial, movimentando US$ 1,1 trilhão por ano. Considerando os resultados de 35 países, incluindo o Brasil, já são 39,5 milhões de pessoas que trabalham na área ou cerca de 6,8% da população em idade de trabalhar não ligada à agricultura. As organizações sem fins lucrativos já empregam 46% das vagas oferecidas pelo setor público no mundo.

Somente no mercado de trabalho brasileiro, o número de contratações no setor social passou de 1,5 milhão em 1995 para 3 milhões, em 2002 – mais da metade deles com carteira assinada. Algumas correntes de pesquisadores afirmam que este número já chega a 5 milhões de trabalhadores.

O estudo *National Survey of Nonprofit and Voluntary Organizations* (NSNVP), desenvolvido pelo Statistics Canadá, revela que do total de entidades sociais canadenses, 46% têm pessoal pago e empregam quase 2 bilhões de pessoas. Deste total de empregados remunerados, quase metade deles trabalha em apenas 1% das organizações, as que possuem receita superior a US$ 10 milhões. Sendo assim, 54% do setor conta apenas com trabalho voluntário para o seu funcionamento.

Estas estatísticas comprovam que o setor está em constante expansão e, por outro lado, começa a exigir cada vez mais qualificação profissional adequada para seus colaboradores. Devido à demanda, estão sendo criados cursos de extensão, graduação, pós-graduação e até MBAs com ênfase em Terceiro Setor, tanto nas fundações, escolas especializadas e universidades brasileiras como no exterior.

No que se refere à captação de recursos, Custódio Pereira destaca que nos Estados Unidos a profissão de *fundraiser* (captador de recursos) é bastante prestigiada e reconhecida. "Em 1963, foi constituída a Association of Fundrasing Professionals (AFP), que congrega os captadores de recursos e realiza congressos internacionais todos os anos. Esta associação tem um código de ética que todo captador, para se associar, precisa atender", explica. "Nos Estados Unidos existem inúmeros cursos de especialização, de mestrado e de doutorado em captação de recursos, no Brasil ainda são

escassos os cursos que atendam a capacitação de pessoas para realizar esse trabalho", conta.

Como um exemplo de instituição de ensino brasileira que busca firmar parcerias internacionais para discutir temas ligados à área social, o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (Ceats), de São Paulo, participou da elaboração do livro *Parcerias Sociais na América Latina – Lições da colaboração entre empresas e organizações da sociedade civil*, um dos produtos da Social Enterprise Knowledge Network (SEKN), uma rede formada por 10 universidades ibero-americanas por iniciativa da Harvard Business School.

Assuntos como empreendedorismo social, alianças estratégicas intersetoriais e gestão do Terceiro Setor fizeram parte destes estudos e são discutidos nos grupos de pesquisas desde 2001. "Representando a FEA/USP, o Ceats foi a primeira instituição convidada pela Harvard para iniciar esse programa, que hoje abrange escolas de administração de primeira linha da Espanha, Venezuela, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru", destaca Mônica Bose, coordenadora de projetos e pesquisadora da instituição.

Leis diferentes

No Brasil, segundo definição da Abong, "uma ONG é constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promover objetivos comuns de forma não lucrativa". A legislação prevê quatro formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos, com essas características: associação, fundação, organização religiosa e partido político. E, por não ter objetivos confessionais ou eleitorais, juridicamente toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada.

Já no cenário americano, a perspectiva legal do setor filantrópico é outra. Diversas formas jurídicas podem ser assumidas durante o processo de constituição de uma associação sem fins lucrativos nos Estados Unidos, o que depende também da escolha de qual estado irá sediar a entidade, já que os estados americanos possuem regras distintas entre si para esta questão devido à sua independência administrativa.

Segundo Márcia Golfieri, co-correspondente brasileira da International Center for Non-profit Law (ICNL) para o projeto United States International Grantmaking (Usig) e integrante da International Society for Third Sector Research (ISTR), "independentemente da localidade onde se pretende constituir a organização, a mesma pode se revestir das seguintes formas jurídicas: corporation (corporação), trust e associação não-personificada".

A corporação tem personalidade jurídica própria e isto quer dizer que seus dirigentes não serão pessoalmente responsáveis pelas ações da entidade. Já o trust não é uma prática muito adotada pelas associações filantrópicas. Trust corresponde a uma relação jurídica em que uma pessoa (trustor) transfere algo de valor para outra pessoa (trustee). O trustee gerencia e controla esse valor ou bem em benefício de uma terceira pessoa, chamada de beneficiário, explica Márcia. E associação não personificada caracteriza-se por não ter personalidade jurídica própria, o que determina que os seus membros, inclusive dirigentes, não estão livres de serem responsabilizados por todas as obrigações assumidas pela associação.

O Código Tributário Federal Americano prevê a isenção de imposto de renda às associações sem fins lucrativos e também a possibilidade de receberem doações isentas de impostos. No Brasil, porém, há ressalvas, como destaca Márcia Golfieri: "embora seja possível deduzir impostos das contribuições efetuadas por pessoas físicas ou jurídicas norte-americanas para organizações sem fins lucrativos também americanas, o mesmo não ocorre quanto às organizações sem fins lucrativos brasileiras, porque tais contribuições não podem ser deduzidas como 'contribuições de caridade' (charitable deductions). A dedução de impostos nas contribuições a organizações estrangeiras só ocorre em alguns casos, como organizações canadenses, israelitas e mexicanas".

Todos estes detalhes acabam trazendo questões um tanto quanto burocráticas para a filantropia, mas revelam que a burocracia apresenta níveis diferentes de exigência de nação para nação. "Para criar uma ONG na Alemanha, você deve abrir um instituto e apresentar os documentos. Depois, você recebe um oficial de justiça, assina a papelada e, em duas semanas, a entidade filantrópica está aberta. Depois de um ano, há uma fiscalização maior e a entidade se torna realmente filantrópica e é considerada de utilidade pública federal", explica o alemão Stefan Siemons, fundador da Associação Comunitária Clave de Sol, de Itapecerica da Serra/SP.

"Aqui você precisa provar o tempo todo que é filantrópico. Há muitas leis, códigos, registro municipal, estadual e federal, entrega de documentos e renovação anual deles. A fiscalização é necessária, mas isso tudo dificulta muito. Lá eles atuam com menos burocracia", enfatiza.

O verdadeiro banco do povo

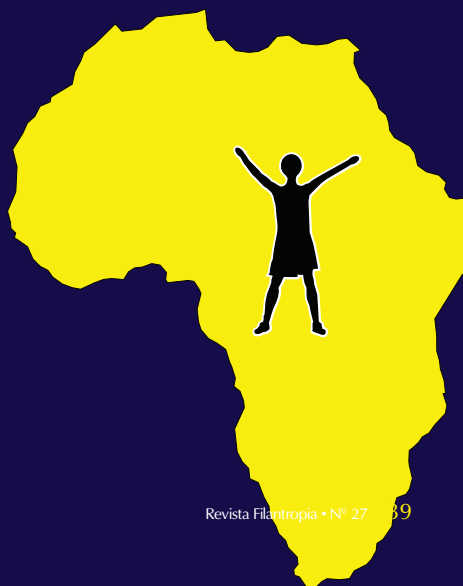
A sua presença em 22 nações comprova que este é um grande exemplo de projeto social que deu certo além das fronteiras de seu país de origem, Bangladesh.

O Banco Grameen beneficia hoje cerca de 6,7 milhões de pessoas em todo o mundo pelo microcrédito, ou seja, oferta de empréstimos a juros baixos às pessoas com poucos recursos financeiros que, na maioria dos casos, por não terem comprovação de renda, não conseguiriam nenhum tipo de crédito em um banco convencional.

Mais de US$ 800 milhões são emprestados anualmente aos necessitados, representados em 97% dos casos pelas mulheres. Seu fundador, o bengalês Muhammad Yunus, começou com as atividades do banco em 1976, emprestando US$ 27 de seu próprio bolso a um grupo de 42 mulheres de seu país. Segundo dados da própria instituição, 100 milhões de famílias já receberam seus empréstimos, sendo que 85% se concentram na Ásia, 10% estão na África e 5% ficam na América Latina.

Devido ao sucesso deste programa social – que tem como missão contribuir para a erradicação da pobreza mundial, já que a verba emprestada deve ser destinada à compra de matéria-prima e manutenção do negócio da família, ou seja, geração de renda –, Yunus e o Banco receberam o Prêmio Nobel da Paz no ano passado.

O projeto também possui o apoio da Fundação Grameen, criada em 1997, que tem como função dar suporte aos beneficiados por meio do acesso à informação e a serviços financeiros.



CONCEIÇÃO ROCHA

ANA PAULA MOTA

Casa Taiguara: À esquerda, atividades artísticas no Parque Ibirapuera, em parceria com o Projeto Oásis. À direita, oficina sobre o Modernismo na Pinacoteca do Estado

Voluntários em ação

Uma das forças que impulsiona o setor social por todo o mundo é, com certeza, a dedicação dos voluntários. Muitos passam anos e anos ajudando organizações filantrópicas e cultivando a sensação de missão cumprida, já que têm a consciência tranqüila de que estão contribuindo para uma sociedade melhor, cada um a seu modo.

Das entidades mais ricas e com mais parceiros às menores e com menos verbas, pode-se atuar como profissional voluntário em centenas de atividades. Em geral, todos são sempre bem-vindos e, para felicidade dos beneficiados, estão se multiplicando por todo o globo. Dados do Programa dos Voluntários das Nações Unidas, administrado desde 1971 pelo Pnud, revelam que todos os anos cerca de 7.500 pessoas de 150 diferentes países trabalham como voluntários internacionais das Nações Unidas. E dois terços deles trabalham nas duas principais regiões de atividades, que são a África e a Ásia.

Em 2004, 12 milhões de canadenses, ou 45% da população, declarou ter realizado algum tipo de trabalho voluntário. Mas vale frisar também que 83% das pessoas declararam ter ajudado outros diretamente, sem o intermédio de uma organização sem fins lucrativos – é o chamado voluntariado informal, segundo uma pesquisa da Canada Survey of Giving, Volunteering and Participating – Caring Involved (CSGVP).

No Chile, em dezembro de 2006, ocorreu a oficina Participación Ciudadana en Políticas Publicas y Promoción del Asociacionismo, promovida pelo governo chileno, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Programa Nacional de Voluntariado. "A oficina reuniu 60 especialistas ibero-americanos em voluntariado para apresentar iniciativas de sucesso e discutir conceitos e perspectivas. Nossa apresentação sobre o histórico do voluntariado no Brasil, com a experiência do Centro de Voluntariado de São Paulo (CVSP) e demais 61 centros de voluntariado, mostrou que, mesmo em um país com nossas dimensões, é possível promover o voluntariado organizado e integrado", relata Maria Lúcia Meirelles Reis, diretora do CVSP e do Instituto Faça Parte.

Ajuda sem fronteiras

Cooperação internacional. Essa é, não raras vezes, a chave para a sobrevivência de projetos sociais de entidades que atuam em países com menor poder aquisitivo. E a ajuda pode ser de todo tipo e espécie: dinheiro, alimentos, roupas etc., além de profissionais qualificados como voluntários e consultores de gestão.

Mas para que uma ONG consiga firmar estas parcerias com entidades de ajuda humanitária, fundos sociais e fundações internacionais, é necessário que seus administradores tenham uma visão empreendedora. Informação, contatos e divulgação de seus trabalhos são fundamentais para uma organização social neste caso.

Localizada em São Paulo, a Casa Taiguara, que conta com duas casas-abrigo para menores de rua, conseguiu apoiadores de vários países da Europa. "Na França, temos ajuda da ONG Secours Populaire Français (Socorro Popular Francês) e da Associação

DIVULGAÇÃO

DIVULGAÇÃO

Clave de Sol: À esquerda, crianças e jovens integrantes do grupo de capoeira. À direita, aula de percussão integra atividades em educação musical

Federativa La Voix de L'Enfant (A Voz da Criança), formada pela união de entidades que ajudam crianças em vários países. Da Alemanha, recebemos o apoio da Fundação Oberle e da ONG Brasilieninitiative Freiburg, além da contribuição financeira de alunos do Ginásio Anne Frank de Erding. Já a Fundação Porticus da Holanda, ligada à igreja católica, está nos ajudando a comprar a nossa terceira casa, que será um centro de referência da criança e do adolescente para os maiores de 18 anos", explica o francês Daniel Fresnot, fundador da entidade, que já mora no Brasil há cerca de 40 anos.

Neste intercâmbio social, exemplos que dão certo em alguns países servem de inspiração em outras nações. O trabalho da Casa Taiguara existe desde 1996 e foi baseado na entidade Enda Bolívia, que existe desde 1988 e, hoje, possui nove abrigos para crianças e adolescentes em situação de risco em quatro regiões do país.

Cerca de 300 crianças diferentes são acolhidas por ano nas duas unidades da casa, mas o número ainda não é suficiente. "Se não tiver uma política pública para tirar as crianças da rua, nós não vamos conseguir resolver isso. Na Europa Ocidental não tem criança dormindo na rua porque o Estado não deixa", conta Fresnot. "A nossa experiência mostra que muitas vezes os europeus se importam mais com as crianças de rua de São Paulo do que os próprios paulistanos", desabafa.

Como resultado do sonho de um alemão luthier e músico, envolvido com trabalhos sociais voluntários por intermédio dos Salesianos Dom Bosco, a Associação Comunitária Clave de Sol surgiu em Itapecerica da Serra, na grande São Paulo, em 2002. A entidade oferece reforço escolar, aulas de música, artesanato, alimentação e recreação a 175 crianças e jovens de 6 a 17 anos. Além do apoio dos parceiros nacionais, tem a colaboração de uma entidade alemã criada especialmente para arrecadar fundos para seus projetos junto ao governo e apoiadores sociais daquele país.

"Existem vários programas sociais de incentivo do governo alemão para entidades do Terceiro Setor no terceiro mundo, mas quem faz o pedido é uma entidade lá na Alemanha", explica Stefan Siemons, coordenador geral e fundador da associação no Brasil. "Vários amigos meus se uniram e criaram lá uma ONG com nome igual, a Kulturwerkstatt für Kinder – Clave de Sol Brasilien e.V., para assumir o compromisso de nos conseguir doadores. Assim, eles fazem feiras e divulgam o nosso trabalho ao participar até de eventos de grandes organizações como Cáritas, Unicef e Unesco, a fim de arrecadar mais fundos", acrescenta.

Depois de atuar por sete anos como voluntário no Brasil e de fundar a Clave de Sol, Siemons tem dois sonhos: melhorar a estrutura da oficina profissionalizante de confecção de instrumentos de sopro para adolescentes e ampliar o projeto. "Quero ir para a África fazer um trabalho assim. Quando vim para cá há oito anos, estava na dúvida entre América Latina e África, mas tenho o sonho de ir lá ainda. De repente a gente implanta uma sede deste projeto lá em Angola, por exemplo", conta.

Links

- www.abong.org.br
- www.afpnet.org
- www.brasilieninitiative.de
- www.casataiguara.org
- www.ceats.org.br
- www.endabolivia.org
- www.facaparte.org.br
- www.givingandvolunteering.ca
- www.givingusa.org
- www.grameenfoundation.org
- www.ibge.gov.br
- www.icnl.org
- www.imaginecanada.ca
- www.istr.org
- www.jhu.edu
- www.kulturwerkstattfuerkinder.de
- www.lavoixdelenfant.org
- www.ncna.org
- www.pnud.org.br
- www.secourspopulaire.fr
- www.sekn.org
- www.statcan.ca
- www.unv.org
- www.voluntariado.org.br

Ética e responsabilidade social: prática ou discurso empresarial?

Práticas socioambientais não substituem comportamento antiético

Fernando Credidio
fecredidio@gmail.com

As questões éticas que envolvem empresas, imprensa, governos e organizações da sociedade civil estão cada vez mais na pauta do dia. Fruto do avanço na gestão empresarial ou simples retórica? Infelizmente, na grande maioria das vezes, o discurso ético e de empresa socialmente responsável se atém mais às estratégias de comunicação, de marketing e promocionais das corporações do que, propriamente, a mudanças comportamentais.

Não é preciso ser especialista no assunto para identificar que muitas das pretensas condutas éticas e práticas socioambientais alardeadas, principalmente pela mídia, não passam de hábeis estratagemas com o objetivo de encobrir as próprias mazelas e deslizes, camuflando práticas não-recomendáveis, na clara intenção de confundir as partes interessadas.

As organizações agem dessa forma porque sabem que a globalização, a comunicação de massa e a internet aprofundaram os problemas do capitalismo e as tornaram mais expostas. Por isso tentam, a todo custo, vender uma imagem positiva à sociedade, ainda que irreal. Parecem desconhecer que o único meio de controlar o modo como são vistas é serem honestas o tempo todo.

Exemplos não faltam

A líder mundial na "fabricação" de hambúrgueres volta e meia é citada nas manchetes de jornais e revistas, envolta com denúncias de sonegação e pagamento de propinas. A mais famosa produtora de laticínios da Itália, que está presente igualmente no Brasil, quase encerrou suas atividades há pouco tempo por ter se envolvido em um grave caso de corrupção. Sem falar da principal montadora de veículos alemã, que recentemente promoveu demissões em sua cúpula mundial, em razão do envolvimento do presidente do conselho com uma conhecida apresentadora brasileira de TV.

A lista é extensa. Desde o mais badalado templo paulistano do luxo – cuja proprietária, uma conhecida socialite, foi detida juntamente com seu irmão por formação de quadrilha, contrabando e falsidade ideológica –; passando pelas gigantes do fumo, acusadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de impedir a entrada de concorrentes no mercado de cigarros; e chegando até à principal companhia aérea do Brasil, que além de costumeiramente praticar preços predatórios com o intuito de impedir que empresas menores se tornem concorrentes efetivas, provocou, no final de 2006, verdadeiro caos nos aeroportos do país. Pior do que isso, na tentativa de se eximir da responsabilidade pelos atrasos dos vôos, provocados pela prática de *overbooking*, tentou, levianamente, transferir e imputar a terceiros a culpa que cabia só a ela.

Não poderia finalizar a relação sem deixar de citar a famigerada fabricante de cervejas, que investe milhões de dólares em propaganda e que tem como garoto-propaganda um renomado jogador de futebol, mas que não demonstra a mesma preocupação por suas ações e condutas. Ou alguém se esquece do episódio envolvendo a empresa, uma de suas principais concorrentes e um afamado pagodeiro carioca?

O que essas empresas – e outras não citadas pela limitação de espaço – têm em comum? Todas se anunciam éticas e apóiam projetos socioambientais. Mera farsa! Os exemplos citados reforçam minha convicção quando afirmo que ética e responsabilidade social são conceitos distintos, ainda que se

inter-relacionem. Haja vista que a primeira é a base da segunda, bem como de todas as demais atividades e condutas, corporativas ou pessoais, se expressando por meio dos princípios e valores adotados por uma organização ou indivíduo.

Falta de ética

Portanto, não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa, por um lado, pagar mal seus colaboradores, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscais do governo e, por outro, desenvolver programas socioambientais. Essa postura não condiz com uma organização que quer trilhar um caminho de responsabilidade social. É importante seguir uma linha de coerência entre ação e discurso.

Ainda que a palavra ética possua algumas nuances, ela não comporta adjetivos. Por isso não há empresa ou indivíduo meio ético, como não há mulher meio grávida. Uma organização e uma pessoa são éticas ou não são. Não existe meio termo.

Conceitualmente, ética pode ser definida como a indagação sobre a natureza e fundamentos da moralidade, sendo o termo moralidade entendido como juízos morais, padrões e regras de conduta. É explicada também como o estudo e a filosofia da conduta humana, com ênfase na determinação do que é certo e do que é errado, podendo ser entendida, por essa razão, como a ciência da moral.

Uma das melhores definições para ética, entretanto, é traduzida pela palavra "bem". O bem é a finalidade da ética, ou seja, como disciplina, a ética procura determinar os meios para atingir o bem. Particularmente, considero que ética seja distinguir o certo do errado, agindo com os outros como gostaríamos que agissem conosco. É ter harmonia entre o que pensamos, o que dizemos e o que praticamos.

Mais do que isso, ética é uma obrigação tanto individual quanto corporativa e é como água: corre de cima para baixo. Dessa maneira, se a alta administração de uma organização não estiver comprometida com seus preceitos, conseqüentemente os demais escalões estarão contaminados pela prática de comportamentos condenáveis.

Ao contrário do que pensa a maioria, ética não abrange apenas o aspecto honestidade. Ela é um conjunto de atitudes e inclui, entre outras virtudes, elegância no trato, nobreza de caráter, justiça nas decisões, respeito nos relacionamentos amorosos, de amizade e profissionais. Ética pressupõe, principalmente, equilíbrio, generosidade e lealdade, mesmo nas divergências.

Ética, enfim, são normas de conduta que valem tanto para o profissional quanto para o pessoal, uma vez que quem não é ético na vida não o será em nenhuma profissão. Assim, é preciso que a sociedade fique atenta às práticas empresariais e dos indivíduos, em especial das pessoas públicas, denunciando as más condutas, sempre que constatadas. Afinal, ao não agir dessa maneira, estaremos poupando os lobos e sacrificando as ovelhas.

> Não adianta uma empresa, por um lado, pagar mal seus colaboradores, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscais do governo e, por outro, desenvolver programas socioambientais

Fernando Credidio. Palestrante, articulista, gestor e consultor organizacional em Terceiro Setor, sustentabilidade e responsabilidade social empresarial.

CANTO CIDADÃO

Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou www.cantocidadao.org.br

A responsabilidade social, o sapo e o escorpião

Busca por resultados imediatos prejudica a formação de um futuro sustentável no meio empresarial

Marcelo Linguitte
marcelo.linguitte@ig.com.br

> Muitos executivos queixam-se por se sentirem como um Dom Quixote dentro da empresa, já que nem sempre seus pares e o presidente da organização aderiram à idéia

A fábula do sapo e do escorpião é bem conhecida. Nessa história, um escorpião precisava atravessar um rio, mas como não conseguia, pediu a um sapo que estava por ali que o levasse para a outra margem. O sapo respondeu que nunca faria isso, pois conhecia os escorpiões e temia que ele lhe desse uma ferroada durante o percurso.

O escorpião disse ao sapo que isso nunca iria acontecer, pois, se assim o fizesse, os dois iriam morrer. O sapo se convenceu do argumento do escorpião e o colocou em suas costas. Durante a travessia, no entanto, o escorpião deu uma ferroada no sapo, que, agonizando, perguntou: "Mas você não disse que não iria fazer isso? Agora vamos morrer os dois!". No que o escorpião responde: "Desculpe, é meu instinto!".

Essa história ilustra muito bem um ponto que é fundamental quando se fala de incorporação da responsabilidade social empresarial (RSE) na gestão das empresas: para a maioria delas, o instinto natural é de uma gestão focada em seus próprios interesses e resultados, sem que aspectos sociais e ambientais mais amplos sejam levados em conta.

Esse instinto, que busca a satisfação de resultados restritos ao trimestre, tem dificuldade em reconhecer que, no longo prazo, é importante preservar e promover a sociedade e o meio ambiente, até para que os próprios resultados da empresa possam se manter no futuro.

Com certeza, caso o escorpião decidisse não ferroar o sapo, ele poderia continuar sua vida depois que chegasse à outra margem. Em vez disso, olhou para a satisfação imediata, seguiu cegamente seus instintos, e acabou perecendo.

Visão ampliada

O que vemos hoje no mundo (pobreza e desigualdade insustentáveis, aquecimento global, corrupção etc.) também é fruto de práticas gerenciais míopes, focadas no curto prazo. Para reverter esse cenário, e fazer com que toda a comunidade global possa vislumbrar um futuro mais sustentável e justo, a RSE torna-se não apenas importante mas fundamental.

Esse instinto empresarial não aparece por acaso, pois a própria lógica de mercado impulsiona as empresas no sentido contrário ao da RSE. Competição, carga tributária excessiva, globalização, cobrança dos acionistas: tudo isso cria um ambiente que desestimula estratégias de negócio baseadas na RSE, que são, normalmente, mais demoradas para maturar e, portanto, não-perceptíveis na avaliação dos resultados do negócio no trimestre seguinte.

Nesse contexto difícil, uma gestão socialmente responsável somente pode ser conseguida com esforços firmes e coordenados para esse fim. A geração espontânea não existe aqui, e a empresa deve buscar de forma intencional incorporar em suas análises ingredientes sociais e ambientais, ampliando seus parâmetros de sucesso para além da componente econômica – sem, é claro, desconsiderá-la. Afinal de contas, se não existir meio ambiente saudável e cidadãos com renda para comprar produtos e serviços, também não existirão empresas lucrativas.

Mal de Dom Quixote

Para se atingir consistência em termos de RSE, um aspecto é absolutamente fundamental: o comprometimento da alta administração da empresa com o tema. Sem compromisso e envolvimento genuínos, a RSE ficará no

discurso, sem maiores impactos nos negócios. Muitos executivos queixam-se por se sentirem como um Dom Quixote dentro da empresa, já que nem sempre seus pares e o presidente da organização aderiram à idéia.

Eles se percebem lutando sozinhos, sem a adesão do restante da alta gestão. O que ocorre em casos assim é que a RSE não avança na cultura da organização, ficando restrita a um número pequeno de pessoas. Por não estar no DNA da empresa, a RSE acaba não produzindo os resultados esperados, o que termina por frustrar a empresa, já que ela investiu recursos valiosos em algumas ações, sem obter o retorno esperado. Porém, se não há compromisso com o tema, como haverá resultado?

A falta de compromisso com o tema na organização demonstra, infelizmente, uma falta de compromisso da alta gestão. Se ela não aderiu à idéia, ninguém mais na empresa irá aderir. Em uma empresa, acontece o mesmo que em uma família: os filhos aprendem com o exemplo dos pais.

Não adianta nada os pais discursarem para os filhos sobre a forma correta de agir, se eles mesmos não agem dessa forma. Os colaboradores de uma empresa observam o que fazem seus executivos e repetem como eles atuam. Dizer que RSE é importante, sem agir nesse sentido, não funciona. Assim, a adesão do presidente e de diretores é fundamental.

Comprometimento

É bastante comum a rotatividade em cargos mais altos dentro das empresas. Muitas vezes, um CEO (sigla em inglês para chefe do setor executivo) é contratado e vê sua nova empresa como um trampolim para uma outra posição que considera mais interessante. A partir dessa idéia, desenvolve todo um conjunto de estratégias de curto prazo, para valorizar a empresa e seu próprio passe. Normalmente, essas estratégias não estão alinhadas com a RSE.

Em um cenário desse tipo, fica realmente difícil pensar em incorporar o tema na empresa. O que muitos CEOs não percebem – pois não estão acostumados a enxergar a situação dessa forma – é que a RSE, diferentemente do que pensam, não é algo que está aí para atrapalhar suas metas e as da empresa. Se bem trabalhada, a RSE pode ser uma ferramenta muito útil para o sucesso empresarial – e profissional.

Há, assim, espaços importantes para que um CEO possa contribuir para a melhoria do desempenho de sua empresa por meio das premissas da RSE. Esse tipo de comportamento seria certamente inovador e valorizaria muito mais o executivo perante o mercado, já que as questões da RSE e do desenvolvimento sustentável estão se tornando temas centrais no mundo, e quem está apto a lidar com eles, ganhará pontos importantes.

A questão do aquecimento global é um ótimo exemplo. Esse assunto, presente em praticamente todos os veículos de comunicação, desafia o mundo e a capacidade gerencial dos executivos das organizações, que começam a ser cobrados pelos acionistas e proprietários a tomar ações que tornem a empresa mais "ecológica".

Um CEO que consegue ampliar a competitividade de uma empresa ao mesmo tempo em que diminui suas emissões de dióxido de carbono terá destaque garantido. É importante que se perceba que inteligência, informação e acesso a tecnologias não faltam. O que falta é, muitas vezes, vontade política para implantar determinadas medidas.

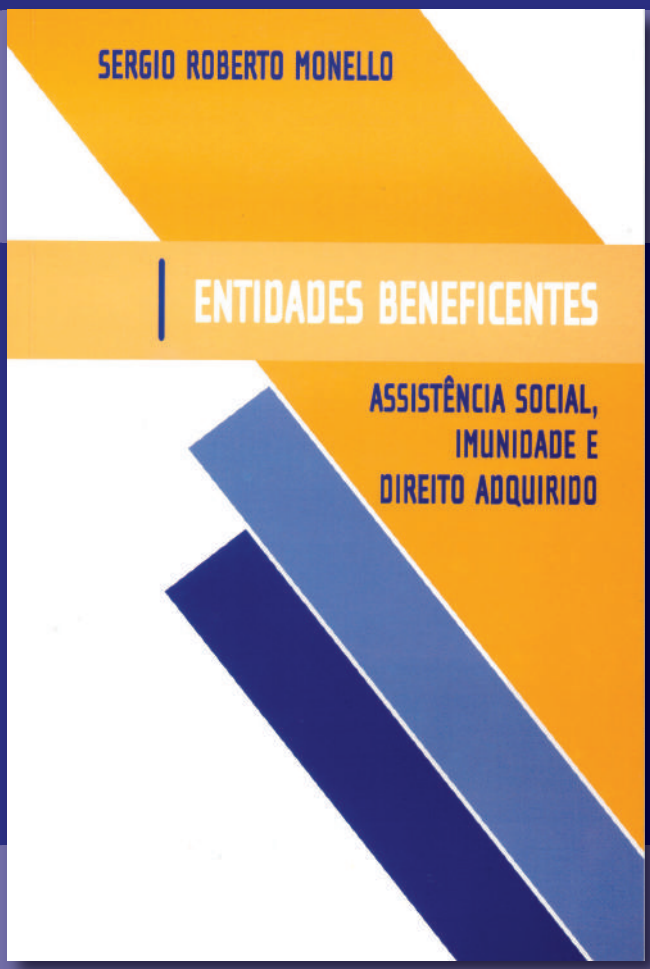
Chegou a hora de os executivos das empresas, principalmente seus CEOs, perceberem a sua responsabilidade nesse processo e darem sua parcela de contribuição.

Marcelo Linguitte. Diretor-gerente da Terra Mater Empreendimentos Sustentáveis.

Você quer conhecer ainda mais sobre as entidades beneficentes de assistência social?

Então leia o novo livro do Prof. Sergio Roberto Monello

O presente livro tem por objetivo levar advogados, contadores, administradores e pessoas dedicadas ao trabalho nas entidades beneficentes de assistência social a refletirem sobre a assistência social, gratuidades e imunidade de contribuições sociais para a seguridade social e ainda, quanto ao "Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEAS/CEBAS)" concedido pelo "Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)" em decorrência do reconhecimento do "Direito Adquirido" a essa imunidade e à manutenção desse Certificado, levando-se em consideração às decisões do Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ)



Pedidos:

com Srta. Adriana
Avenida General Olímpio da Silveira, 655 – Perdizes
CEP: 01150-001 – São Paulo/SP
Telefone: (11) 3872-1195
www.sergiomonello.com.br

As três ondas da gestão socialmente responsável

Alguns modelos de gestão socialmente responsável mesclam características de mais de uma linha conceitual

Fabio Rocha
fabio@damicos.com.br

Podemos afirmar, com base em pesquisas que realizamos, nossa atuação acadêmica e de mercado, que a gestão socialmente responsável no Brasil tem avançado de forma muita acelerada nos últimos oito anos nos seus aspectos conceituais e de forma muito mais lenta nas práticas de gestão das empresas.

Quanto ao primeiro aspecto, temos uma diversidade absurda de termos e conceitos que se confundem no dia-a-dia das empresas e até em produções acadêmicas. Filantropia, cidadania empresarial, filantropia estratégica, investimento social privado, cidadania corporativa, responsabilidade social empresarial, responsabilidade social corporativa, responsabilidade socioambiental, entre outros, são alguns dos vocábulos usados quando se trata da gestão socialmente responsável.

Na maioria das vezes, esses termos ganham conotações completamente diferentes e bastante distantes do verdadeiro conceito da gestão socialmente responsável. Apesar da diversidade conceitual, três linhas se destacam por suas grandes diferenças ou, como o artigo irá tratar, pelas três "ondas" da gestão socialmente responsável.

> As ações sociais de uma empresa só podem ser consideradas responsabilidade social empresarial se fizerem parte de uma série de outras iniciativas

Primeira onda: Filantropia

A filantropia é conceituada como ações sociais externas que a empresa realiza e/ou apóia; situações, causas, projetos, comunidades e/ou movimentos sociais, geralmente por meio da doação de recursos financeiros, produtos, serviços, como também da cessão de instalações da empresa.

Essa primeira linha conceitual e/ou onda apresenta quase sempre as seguintes características:

- Nenhum vínculo com o negócio da empresa;
- Desprovida de qualquer interesse empresarial;
- Presença marcante do amadorismo na sua gestão;
- Caráter assistencialista.
- Emergencial;
- Descontinuada;
- Nenhum envolvimento da empresa na gestão das ações a serem operacionalizadas com este apoio;
- Nenhuma utilização de deduções e/ou benefícios legais;
- Gerenciada por quem estiver mais próximo do item e/ou itens envolvidos no apoio da empresa e/ou beneficiário da ação;
- Nenhuma identificação da empresa como apoiadora;
- Nenhum tipo de registro formal dos resultados e/ou avaliação das ações.

Segunda onda: Investimento social privado

O investimento social privado é conceituado como ações sociais externas que a empresa realiza, investe e/ou apóia para melhoria social de um segmento, comunidade e/ou área de atuação, geralmente por meio do repasse de recursos financeiros para outras organizações formais, na grande maioria sem fins lucrativos, e/ou para projetos próprios.

Essa segunda linha conceitual e/ou onda apresenta quase sempre as seguintes características:

- Algum vínculo com o negócio da empresa;
- Provida de algum interesse empresarial;
- Presença maior do profissionalismo na sua gestão;
- Caráter mais estruturante e menos assistencialista;
- Planejado;
- Continuado e até com prazos definidos (duração determinada);
- Algum envolvimento da empresa na gestão das ações a serem operacionalizadas com este apoio;
- Alguma utilização de deduções e/ou benefícios legais;
- Gerenciada por equipe da própria empresa, por fundação e/ou instituto ligado à empresa e/ou por outra organização formal: a beneficiária da ação, sistema "S", universidades, consultoria, poder público, conselhos, entre outros;
- Maior ou total identificação da empresa como apoiadora;
- Algum tipo de registro formal dos resultados e/ou avaliação das ações.

Terceira onda: Responsabilidade social empresarial

A responsabilidade social empresarial é conceituada como práticas de gestão, ações sociais internas e externas que a empresa gerencia, realiza, investe e/ou apóia para aproximar seu modelo de gestão de um modelo de gestão socialmente responsável, envolvendo um ou mais públicos que são impactados pela atividade da empresa.

Essa terceira linha conceitual e/ou onda apresenta quase sempre as seguintes características:

- Total vínculo com o negócio da empresa;
- Provida de todo e exclusivo interesse empresarial;
- Presença marcante do profissionalismo na sua gestão;
- Caráter mais mercadológico.
- Estratégico;
- Permanente, enquanto a empresa existir;
- Total envolvimento da empresa na gestão das ações a serem operacionalizadas com este apoio;
- Total utilização de deduções e/ou benefícios legais;
- Gerenciada por uma liderança formal da empresa e com envolvimento formal de todos os gestores;
- Total identificação da empresa como apoiadora;
- Registro formal dos resultados e/ou avaliação das ações.

É perfeitamente compreensível que existem empresas, e não são poucas, nas quais essas três ondas podem estar presentes, talvez não em uma mesma unidade de negócio, mas na empresa como um todo ou até no grupo empresarial.

Devemos ressaltar também que existem áreas de "sombras" entre uma linha conceitual e outra, ou seja, encontram-se modelos de gestão socialmente responsável que mesclam características de mais de uma onda.

Em que onda encontra-se sua empresa?

Essa é a primeira distinção que os gestores de responsabilidade social devem ser capazes de fazerem e que serão balizadores das suas tomadas de decisão e da sua estratégia de atuação.

Vale destacar que a gestão socialmente responsável abrange temas que vão desde códigos de ética, práticas de boa governança corporativa, compromissos públicos assumidos pela empresa, gestão e prevenção de riscos, até mecanismos anticorrupção, diversidade, apoio às mulheres e aos não-brancos, bem como a extensão desses compromissos por toda a cadeia produtiva envolvida na relação com os fornecedores.

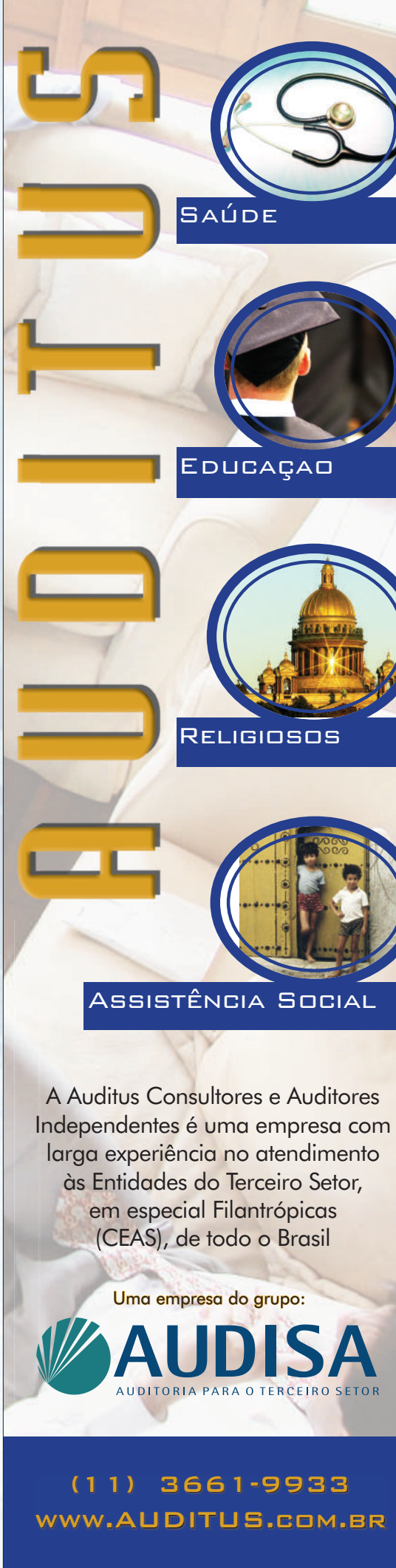
As ações sociais de uma empresa só podem ser consideradas responsabilidade social empresarial se fizerem parte de uma série de outras iniciativas que abordem todos os aspectos acima levantados e até formalizados em ferramentas de gestão já utilizadas no mercado, como os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

Responsabilidade social empresarial (RSE), segundo conceito adotado por uma série de instituições, como Business for Social Responsibility (BSR), Corporate Social Responsibility (CSR-Europe), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, International Finance Corporation (IFC), Sustainability Institute, Institute of Social and Ethical Accountability, organizações pelo desenvolvimento sustentável etc., é definida pela relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (*stakeholders*) no curto e no longo prazo.

Os públicos de relacionamento da empresa envolvem inúmeras organizações de interesse civil, social ou ambiental, além daqueles usualmente reconhecidos pelos gestores, como público interno, acionistas e consumidores/clientes.

Portanto, cabe uma última reflexão: quanto essas linhas conceituais (ondas) afetam ou direcionam a atuação da empresa e/ou do gestor da responsabilidade social?

Fábio Rocha. Sócio-diretor da Damicos Consultoria e Negócios.



Fábrica da Amanco é modelo de ecoeficiência

A unidade fabril da Amanco localizada em Suape (PE) foi projetada a partir de modernos conceitos de sustentabilidade, ecoeficiência e eco-design, destacando-se a utilização de fontes alternativas de energia, como a biomassa, fornecida por uma fazenda produtora de açúcar que gera e vende energia elétrica obtida pela combustão de resíduos da cana de açúcar. Possui ainda um sistema compacto e integrado de tratamento de efluentes sanitários, que permite sua reutilização para regar jardins, lavar pisos e equipamentos, cisternas e vasos.

www.amanco.com.br

DIVULGAÇÃO

Fábrica da Amanco em Suape (PE)

Puras promove projeto de alimentação

Em parceria com 45 empresas/clientes, a Puras promove o projeto Alimentação Solidária, que atende atualmente cerca de 900 pessoas de comunidade de baixa renda de vários estados brasileiros. A ação busca o não-desperdício e a distribuição de excedentes de produção alimentar ocasionados nos restaurantes empresariais. Já o projeto Prato Popular, idealizado em parceria com a Vonpar (fabricante e distribuidora da Coca-Cola), serve mais de 7.200 refeições diariamente ao preço simbólico de R$ 1. De Manaus ao interior do Rio Grande do Sul, a Puras distribui o total de 2 milhões de refeições por ano a organizações sociais.

www.puras.com.br

MATHIAS DRAMER

Profissionais da Puras servem refeições ao preço de R$ 1

Playcenter recebe mais de 5.000 crianças

No dia 13 de dezembro, o Playcenter realizou a 6ª edição do projeto Feliz de Quem Faz Gente Feliz, que contou com a presença de mais de 5.000 crianças e jovens carentes de 60 entidades cadastradas da cidade de São Paulo. O projeto é realizado desde 2001, tendo recebido mais de 50 mil pessoas. Já no Dia Especial, criado em 1973, o parque é aberto exclusivamente para crianças e adolescentes com deficiência. E no âmbito da geração de empregos, o Playcenter firmou parceria com a Ação Comunitária e oferece, desde 2004, estágio para jovens participantes do Programa de Preparação para o Trabalho da ONG.

www.playcenter.com.br

Escola do Grupo Produquímica promove inclusão

O Grupo Produquímica implantou em Suzano (SP) a Escola de Inclusão Digital Carlos Anraku, que permite aos moradores carentes do bairro Boa Vista conhecer e explorar o mundo digital. No total, a escola beneficia 1.355 pessoas da comunidade, sendo 1.262 crianças, 69 jovens a partir de 15 anos matriculados em cursos de capacitação profissional e 24 alunos dos cursos de informática para terceira idade. O investimento inicial do Grupo Produquímica foi de R$ 95 mil, e o valor do custeio para manutenção geral, provedor de internet, banda larga e seguro está estimado em R$ 40 mil.

www.produquimica.com.br

DIVULGAÇÃO

Crianças têm primeiros contatos com informática

Oracle Education amplia projeto

A Adobe Systems Incorporated anunciou a doação de mais de 5.100 cópias e licenças de seus softwares para o programa ThinkQuest, ampliando o seu alcance. Promovido pela Oracle Education, o ThinkQuest é uma competição educativa on-line, adotada por educadores do mundo inteiro, cujo objetivo é fazer com que os alunos se envolvam, de maneira eficaz, com o aprendizado colaborativo on-line.

www.oraclefoundation.org
www.thinkquest.org

Ampla promove inclusão social em Magé (RJ)

Cerca de 80 jovens de 15 a 21 anos participam do projeto Ampla Digital, patrocinado pela empresa Ampla Energia e Serviços. Presente nas comunidades de Nova Marília, Novo Horizonte, Maurimarcia e Japonês Guarani, em Magé (RJ), o projeto oferece capacitação profissional no uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) por meio de aulas de informática, vídeo, fotografia, oficina da palavra, direitos humanos, ética e cidadania. Os alunos ainda recebem uma bolsa auxílio de R$ 60 mensais, lanche diário, material didático completo e uniforme.

www.ampla.com

DIVULGAÇÃO

Alunos do projeto Ampla Digital

Acessibilidade é tema de projeto da BS Colway

O Instituto BS Colway Social (IBS) construiu em Piraquara, região metropolitana de Curitiba (PR), a Vila da Cidadania, uma mini cidade voltada para a educação de crianças de sete a dez anos de idade a respeito da acessibilidade. A vila toda possui rampas de acesso e calçamento especial anti-derrapante, atuando como um complemento na educação escolar das crianças. Assim, elas encarem de modo natural a presença dos deficientes e idosos na sociedade, para que, no futuro, procurem solucionar as dificuldades existentes nas cidades de hoje.

www.ibscolwaysocial.org.br

DIVULGAÇÃO/ENFOQUE

Vista geral da Vila da Cidadania

Rápidas voluntárias

Instituto Arte Geral

O sonho da bacharela em dança Andrea Gianini em fomentar os mais diversos tipos de arte para crianças e adolescentes de baixa renda surgiu quando Andrea estudava na Bahia. Lá, ela realizou um trabalho voluntário em que proporcionava às crianças pobres de Salvador contato com a cultura por meio da arte. Assim que voltou para Curitiba, sua terra natal, Andrea criou o Instituto Arte Geral, ONG que promove cidadania, cultura e educação por meio da dança, música, artes marciais, artes plásticas e artes cênicas. No início, as aulas eram realizadas na garagem de sua casa. Em 2003, a organização cresceu e adquiriu duas salas. Atualmente, a organização atende mais de 100 crianças e adolescentes com idade entre 5 e 18 anos.

www.artegeral.org.br

Escolha Certa – Esporte Sem Álcool

O Instituto Compartilhar, fundado pelo técnico da seleção brasileira de vôlei, Bernardinho, elaborou, em parceria com o Centro de Informações Sobre Saúde e Álcool (Cisa), o guia de prevenção ao uso de álcool entre crianças e adolescentes *Escolha Certa – Esporte Sem Álcool*. Com linguagem moderna, o guia aborda temas ligados à realidade do jovem e apresenta o esporte como uma opção de vida saudável, informações desenvolvidas pelos especialistas do Cisa. Atletas de diversas modalidades, "tribos" e regiões, como o skatista Sandro Dias e o maratonista paraolímpico Clodoaldo Silva, participaram com seus depoimentos, buscando motivar e inspirar os jovens. A tiragem inicial de 10 mil exemplares tem o apoio do Instituto de Prevenção e Atenção às Drogas (Ipad) da PUC-PR.

www.compartilhar.org.br

Elo – Agência de Apoio Social e Ambiental

Fundada em junho de 2001, a agência Elo é responsável pela execução do projeto Plantando o Futuro, que prepara adolescentes entre 14 e 18 anos em situação de vulnerabilidade para a inserção no mercado de trabalho em Curitiba e Região Metropolitana. O projeto é fundamentado na lei nº 10.097/00, que determina a estabelecimentos de qualquer natureza empregarem e matricularem aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem. Por ser uma organização social que não visa o lucro, a Elo mantém sua sustentabilidade graças às parcerias e aos recursos financeiros conquistados por meio dos serviços que presta, como consultoria na área de gestão ambiental e, na área de comunicação social, criação, produção e apresentação de seminários e palestras, além da elaboração de materiais institucionais e de cartilhas sobre responsabilidade social e educação ambiental.

www.eloagencia.org.br

Revista Viração

Projeto social de educomunicação, a Revista Viração é uma publicação impressa mensal criada em março de 2003 por um grupo de jornalistas independentes e educadores sociais. Sua missão é promover práticas de comunicação, educação e mobilização entre jovens e adolescentes. A iniciativa conta com um Conselho Editorial Jovem, composto por representantes de escolas públicas, privadas, organizações sociais e fundações de vários estados do país. Além da produção da revista mensal e da alimentação do site, os jovens participam de oficinas sobre cidadania e direitos humanos, para que se tornem protagonistas nas comunidades onde vivem. O projeto também é um canal democrático de participação da comunidade escolar e de segmentos da sociedade que têm interface com a educação e a cidadania: Terceiro Setor, setor produtivo, políticos, instituições públicas, universidades e meios de comunicação.

www.revistaviracao.com.br

Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência

Fundada em 1998 por estudantes de jornalismo de Curitiba, a Ciranda nasceu com o objetivo de fazer a cobertura e análise das notícias e textos publicados sobre infância e adolescência na imprensa paranaense. Nos dois primeiros anos, publicou o boletim impresso *Ciranda no Papel*, distribuído aos veículos de comunicação e organizações sociais. Hoje o boletim é eletrônico e se chama *Prioridade Absoluta*. A ONG trabalha com adolescentes em conflito com a lei e estudantes de escolas públicas da Região Metropolitana de Curitiba temas como cidadania, construção de uma cultura de paz e protagonismo juvenil. A Ciranda faz parte, com outras dez organizações, da Rede Andi Brasil.

www.ciranda.org.br

Fonte: Centro de Ação Voluntária de Curitiba (CAV).
Participe: acao@acaovoluntaria.org.br.

Fundeb: Novos rumos da educação

Mozart Neves Ramos
mozart@todospelaeducacao.org.br

JP GERRIM

A década de 90 foi marcada, na área de educação, pela implantação de alguns instrumentos estruturadores que pudessem levar o país a ampliar a oferta e a qualidade do ensino público. Dentre estes, destacam-se o Plano Nacional de Educação (PNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Bolsa Escola Federal e o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Este último teve um impacto importante em pelo menos dois aspectos: a universalização das matrículas no ensino fundamental, passando de 88% para 97% de crianças matriculadas, e a melhoria salarial dos professores dos estados e municípios mais pobres da federação, já que pelo menos 60% dos recursos deste fundo poderiam ser aplicados para o pagamento de professores em efetivo exercício no ensino fundamental. Apesar destes avanços, o Fundef foi dirigido apenas para esta etapa da educação básica, deixando de fora a educação infantil e o ensino médio.

Outro aspecto restritivo do Fundef foi a não-atualização regular do custo-aluno por parte do governo federal, fazendo com que sua participação no fundo fosse simplesmente irrisória ao longo dos últimos oito anos. Para se ter uma idéia, dos 35 bilhões de reais que compõem hoje o Fundef, o governo federal entra com apenas 1,5%! Uma das conseqüências é a baixa qualidade do ensino, apesar de sua universalização, no que se refere ao ensino fundamental.

Novo plano

De fato, o Brasil ainda investe muito pouco na sua educação pública, mesmo quando comparado com os países vizinhos da América Latina, como Chile, Argentina e México, que

Voluntariado eficiente

Visão Mundial Quem somos e como trabalhamos

A Visão Mundial é uma organização não-governamental humanitária cristã que promove o desenvolvimento sustentável e o socorro em situações de emergência. Está presente no Brasil há 31 anos, beneficiando 1 milhão de pessoas diretamente e mais de 3,87 milhões indiretamente.

Por meio de seu trabalho, presta suporte técnico, social, cultural e econômico-financeiro aos beneficiados, trazendo esperança às crianças empobrecidas e às comunidades onde elas vivem com suas famílias.

No Brasil, são desenvolvidos e apoiados 62 projetos em regiões empobrecidas (nordeste, norte de Minas Gerais, Amazonas, Tocantins e grandes centros urbanos de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), dos quais 57 são Programas de Desenvolvimento de Área (PDAs) nas áreas de saúde, educação, desenvolvimento comunitário, agroecologia, desenvolvimento econômico, direitos humanos e emergência/reabilitação.

Os PDAs são instrumentos para a promoção de um tipo de desenvolvimento comunitário integrado, com ações planejadas, proporcionando mudanças sociais efetivas. A participação dos beneficiários no planejamento, na execução e na gestão dos projetos sociais, aliada aos aspectos técnicos, são fatores relevantes para seu sucesso.

Em 2006, a instituição foi agraciada com o Prêmio Bem Eficiente da Década, concedido às organizações que mais se destacaram em ações sociais em dez anos, e em 2002 recebeu o Prêmio de Excelência em Serviços de Desenvolvimento Empresarial, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por seu programa de Comércio Solidário.

DIVULGAÇÃO

Aula de capacitação em informática

Visão Mundial
www.visaomundial.org.br

investem duas vezes mais por aluno/ano na educação básica. O Brasil gasta menos de mil dólares por aluno/ano, enquanto que esses países investem em torno de dois mil dólares.

Felizmente, para corrigir as limitações do Fundef, não obstante a sua grande contribuição à educação brasileira, mas já esgotado em sua concepção, surge agora uma nova esperança para toda a educação básica. No apagar das luzes de 2006 foi aprovado, pelo Congresso Nacional, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Este novo fundo, que terá vigência de 14 anos, será constituído por 20% das receitas de impostos e transferências dos estados e municípios e de uma parcela complementar da União, que, por sua vez, será de no mínimo 10% do valor total do fundo.

A partir do quarto ano, espera-se que o Fundeb esteja plenamente implantado, alcançando um aporte de recursos para toda a educação básica de R$ 50,6 bilhões, beneficiando 48 milhões de alunos. E, seguindo a lógica do Fundef, só que agora extensivo aos professores da educação básica, pelo menos 60% destes recursos poderão ser usados para a remuneração dos profissionais do magistério.

Este novo alento para a educação surge num momento em que o país também acorda para a construção de um projeto de estado, e não de governo, para a sua educação pública. Este projeto, fruto de uma aliança de esforços da sociedade civil, que leva o nome Compromisso Todos Pela Educação, lançado em setembro de 2006, no Museu do Ipiranga em São Paulo, propõe as bases para a oferta de uma educação pública de qualidade para todas as crianças e jovens deste país.

É preciso agora consolidá-las, e o tempo máximo para isso já foi definido: setembro de 2022, quando o país completará 200 anos de sua independência. E o Fundeb é um passo decisivo para vencer este desafio, que deve ser, de fato, de todos os brasileiros!

Links

www.todos pelaeducacao.org.br
www.voluntariado.org.br
www.facaparte.org.br

Mozart Neves Ramos. Diretor-executivo do Compromisso Todos Pela Educação e autor de *Educação Sustentável* (Editora Altana 2006). Foi secretário de Educação, Cultura e Esportes de Pernambuco (2002/2006) e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (2006).

Voluntariado educativo

Depois da colheita, novos cidadãos

Acostumados com o contato com a terra e o plantio de espécies nativas, os estudantes da escola rural Felício Bastos, em Miguel Pereira (RJ), começaram a levar para a sala de aula dúvidas surgidas em casa. Freqüentemente eles perguntavam por que o solo empobrecia, por que a safra nem sempre vingava e por que as pragas atacavam a lavoura.

As questões motivaram o projeto As sementes do futuro, criado pela diretora da escola Ana Paula Ribeiro Merino. Este é um dos 12.872 projetos certificados pelo Selo Escola Solidária, promovido bianualmente pelo Instituto Faça Parte. "Diante das perguntas dos alunos, achei importante incrementar nosso plano político-pedagógico com o projeto", lembra a educadora. A ação surgiu em 2004 com a participação de 20 alunos da 4ª série do ensino fundamental.

As atividades começam em sala de aula, onde os estudantes esclarecem dúvidas e trabalham questões relacionadas ao meio ambiente em todas as disciplinas. Em português, reforça-se a leitura com textos sobre meio ambiente e redações sobre o tema. Em matemática, os problemas envolvem questões de agricultura, como quantas sementes são necessárias para plantar em uma área de 10 m². Em geografia, estuda-se topologia, tipos de solo, clima, desmatamento. Depois, esses conceitos são desenvolvidos na prática com o plantio de mudas na escola.

Após o projeto, os educandos passaram a se preocupar mais com o meio ambiente. Em casa o comportamento também mudou. Muitos pais afirmam que os filhos passaram a ajudá-los no cultivo das hortas familiares e passaram a ter facilidade para fazer novas amizades.

DIVULGAÇÃO

Alunos aprendem técnicas de cultivo de mudas

Projeto de voluntariado educativo e sua construção

Grupos sociais podem se estruturar e agir em benefício da aprendizagem

Beatriz Di Marco
biadimarco@uol.com.br

Um projeto de voluntariado educativo pode ser entendido como uma prática que possibilita a valorização dos saberes escolares à medida que são utilizados na resolução dos problemas do cotidiano social. Sua aplicação permite que valores éticos sejam vivenciados dentro da sala de aula.

A palavra projeto, originária do latim projectus, é sinônimo de propósito, intenção de fazer algo com objetivo e determinação. A capacidade de projetar é exclusiva dos seres humanos. Nós, como seres sociais, temos a necessidade de realizar planejamentos coletivos, talvez porque seja uma das maneiras de nos sentirmos parte de um grupo e de partilharmos sonhos e desejos.

Somos também os únicos capazes de modificar o meio ambiente, alterar o curso de uma vida e promover intencionalmente a felicidade ou o contrário dela. Graças a essa capacidade de planejar e executar o que pretendemos, é possível transformar a sociedade. Porém, todas essas prerrogativas possuem um contraponto: somos responsáveis por nossos atos e omissões e, por estarmos tão intimamente interligados uns com os outros, sofremos ou nos beneficiamos com as conseqüências das nossas ações.

Primeiro, faz-se necessário relembrar que o voluntariado educativo é uma estratégia facilitadora da aprendizagem e que proporciona ao voluntário, por meio da ação igualitária, a vivência da solidariedade, da tolerância, da aceitação e da compreensão do outro. Favorece uma dupla formação: pessoal e social.

O segundo ponto a ser ressaltado é que o projeto de voluntariado educativo deve representar a proposta educacional da instituição e precisa estar intimamente ligado à sua missão e peculiaridades. Pode-se dizer até que deve ter as marcas identificadoras da comunidade que o originou.

A terceira consideração refere-se à necessidade da construção coletiva do projeto, não podendo deixar de lembrar o cantor e compositor Raul Seixas quando, de maneira muito inspiradora, escreveu: "O sonho que se sonha só é só o sonho que se sonha só. Mas o sonho que se sonha junto é realidade". Propiciar ao outro um lugar de autoria, de sujeito participante, compromete e confere ao trabalho maior oportunidade de concretização.

As etapas de um projeto de voluntariado educativo podem ser divididas em convocação, diagnóstico, elaboração do projeto, ação, avaliação, registro e divulgação dos resultados. Reiteramos a importância do planejamento de todas as etapas, de maneira a possibilitar a participação de toda a comunidade no processo. Um projeto de voluntariado educativo só terá sentido se for fruto de uma ação participativa.

> O voluntariado educativo é uma estratégia facilitadora da aprendizagem e que proporciona ao voluntário, por meio wda ação igualitária, a vivência da solidariedade, da tolerância, da aceitação e da compreensão do outro

Convocação

Quase sempre a idéia de iniciar um projeto de voluntariado surge a partir de um sentimento de indignação. Paulo Freire diz que se indignar é o ímpeto contra a agressiva injustiça, e é ela que dá a legitimidade às atividades pelas quais lutamos. Amor, indignação, esperança e ação são as palavras para o refrão norteador da ação voluntária.

Para efetivação de um projeto, é necessário que a união de forças e desejos coletivos sejam estabelecidos. Com a presença e a colaboração de todos, a jornada será mais leve e produtiva. Desta forma, a escolha do tema e a elaboração do projeto não podem ser ações solitárias, resolvidas em um gabinete.

É fundamental perguntar até que ponto o projeto vai despertar e manter a atenção da equipe envolvida no processo educacional. Para cumprir essa tarefa, o ideal é conversar com todos que fazem parte do grupo. Sendo assim, é preciso convocar, convidar, conquistar o apoio e o interesse, comprometendo a escola e a comunidade com um único objetivo.

Diagnóstico

Em medicina, o diagnóstico é a parte da consulta ou do atendimento, voltado à identificação de uma eventual doença. A partir dele é feito o planejamento para a intervenção (tratamento) ou a previsão da evolução (prognóstico) do problema. Assim como na medicina, o diagnóstico é de suma importância na metodologia de projetos, pois

norteia toda a organização dos trabalhos. É neste momento que são identificados os problemas, as necessidades e os desafios da ação pretendida.

Para analisar o diagnóstico, é recomendável considerar dois aspectos. Primeiramente identificam-se as reais necessidades da pessoa ou grupo que receberá a ação voluntária. É preciso lembrar que quando observamos algo, o fazemos segundo um determinado ponto de vista. Por isso, o que consideramos importante muitas vezes não é exatamente aquilo que o outro necessita. Portanto, nada melhor do que ouvi-lo.

Outro fator preponderante é que, por se tratar de uma intervenção educativa, as questões referentes ao processo de aprendizagem dos alunos, que serão subsidiadas pelo projeto, também deverão ser consideradas. Perguntas sobre a contribuição do trabalho na ampliação do conhecimento dos estudantes, o que eles já sabem sobre o assunto e quais conteúdos e disciplinas devem pautar este momento.

É nesta etapa que o número e o perfil dos participantes são definidos: papéis/ habilidades, tempo necessário/ disponível etc.

Elaboração do projeto

Um projeto de voluntariado educativo possui duas intenções básicas: a pedagógica e a ação social. Desta forma, os dois objetivos devem nortear todo o processo, assim seu planejamento necessita compreender tanto as ferramentas didático-pedagógicas quanto às dos projetos sociais.

Essa metodologia sugere perguntas orientadoras para sua elaboração, como identificar os objetivos da aprendizagem e da ação social, local do desenvolvimento do trabalho, para quem se destina a atividade e a maneira que acontecerá a aplicação do voluntário educativo.

Ação

Depois de tudo planejado, de todos os preparativos estarem organizados, chegou a hora da ação. Animar, motivar, reunir, dialogar e pesquisar são palavras de ordem nesta etapa.

Avaliação

Neste caso, o termo avaliar significa pensar criticamente sobre fatos, situações, aprendizagens, tipos de ação etc. Tal processo pode ser feito de diferentes formas. Escutando, falando, questionando e escrevendo, entre outras. O importante é que aconteça tanto individual como coletivamente e que todos tenham oportunidade igualitária de expressão de idéias e de opiniões.

Registro

Aquilo que não é registrado acaba se perdendo no tempo. Os detalhes como dificuldades, conquistas e impactos normalmente se diluem na memória.

Há diferentes formas de registrar:

- Atas de reuniões, pautas, relatórios.
- Banco de dados e pesquisas feitas ao longo do processo.
- Fotografias do antes e depois das ações, eventos, campanhas, reuniões etc.
- Filmagens e gravações das palestras, entrevistas e apresentações.

Divulgação dos resultados

Como uma ação coletiva, os resultados do projeto devem ser comunicados constantemente. A participação é essencial, é a mola propulsora e alimentadora de todo o processo. As conquistas devem ser comemoradas e reconhecidas, a instauração de um clima de sucesso é imprescindível para a continuidade de todo o trabalho. Deixa no coração um gostinho de quero mais.

Beatriz Di Marco. Psicóloga, pedagoga, mestre em educação pela PUC-SP e docente da pós-graduação Projetos Educacionais do Centro Universitário Senac.

8º Congresso Brasileiro de Direito e Contabilidade do Terceiro Setor

Outubro de 2007 em São Paulo

Inscrições abertas

Mais informações
congresso@economica.com.br
www.economica.com.br
11 3161-5286

ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

Sobre peixes que aprenderam a nadar no ar

Existe um conto a ser contado. É o conto da Pedra de Caldé. Atenção!

Felipe Mello
programa@cantocidadao.com.br

Há muitos anos, no alto de uma montanha que tinha em sua base um grande lago, havia um povoado chamado Caldé, que desapareceu no século 15. Quando esta história aconteceu, o povoado estava assentado sobre um pedaço de pedra frouxa, que a cada dia deslizava um pouco rumo ao precipício. O povo que ali morava era esplêndido, e tinha um campanário, uma torre fortificada e um grupo de casas, uma depois da outra.

Certo dia, camponeses e pescadores começaram a alertar os moradores de Caldé que tudo estava deslizando, e que se eles não tomassem uma providência em pouco tempo despencariam precipício abaixo. Mas os habitantes lá do alto não queriam escutar ninguém, e ainda riram e fizeram troça daqueles que os tentavam alertar. Eles diziam que não eram bobos, e que estava claro que era um plano para assustá-los, fazendo-os abandonar o povoado. E então as suas casas e terras ficariam a mercê de quem quisesse tomá-las.

Eles continuaram a sua vida lá no alto, cultivando sua uva para o vinho, semeando seus campos, se casando e tendo seus filhos. A população aumentava continuamente, e eles sentiam a pedra se movimentando sob seus pés, mas estavam decididos a não pensar no assunto. O senso comum era que a pedra estava se assentando, e que isso era bastante normal. Entretanto, a grande placa rochosa estava prestes a se unir ao lago.

Os moradores vizinhos alertavam continuamente o povo de Caldé, apontando que a água já estava batendo em suas canelas, e que não cessaria até afundar completamente tudo e todos. Eles respondiam que toda aquela celeuma era tolice. Aquilo tudo deveria ser apenas um pouco de umidade. Insistiram nesta teoria até que tudo foi parar no fundo do lago, tragado pelo movimento que se apresentara sem cerimônia há tempos.

"Gurgle... gurgle... gurgle..."

Valente, o padre continuou recebendo a confissão de uma senhora: "Animus... Santi... Guurgle... Aame... Gurgle". A torre desapareceu, o campanário afundou integralmente. Tudo, sem exceção, foi por água abaixo.

Ainda hoje, conta a lenda, que se alguém olhar para dentro do lago, e, naquele momento, um relâmpago iluminar tudo, será possível ver o povo de Caldé, totalmente submerso, com as suas ruas intactas e os seus mesmos habitantes caminhando por todos os lados, repetindo que nada havia acontecido. Um peixe estaria nadando daqui para lá e de lá para acolá bem em frente aos seus olhos, mas eles diriam calma e assertivamente que não havia motivo para preocupações, pois aquele peixe deveria pertencer a alguma espécie que aprendeu a nadar no ar. Não era motivo para preocupações.

Aaaaaatchim! Alguém aí sente alguma umidade no ar?

Quantos de nós sentem o chão mexer sob os nossos pés? Quantos já criaram argumentos e teorias para justificar a movimentação que poderia gerar angústia e incômodo? Tem muita gente com a água para cima das canelas. E tem também gente gritando para nos avisar. O palhaço é um ser que grita continuamente.

No ano de 1221, o imperador Frederick II da Suábia – região histórica da Alemanha – publicou uma lei que declarava que qualquer pessoa poderia cometer violência contra os bufões – uma espécie de palhaço da Idade Média –, sem estar sujeito a castigo ou sanções.

> Tem muita gente com a água para cima das canelas. E tem também gente gritando para nos avisar. O palhaço é um ser que grita continuamente

A lei permitia até mesmo o assassinato impune de bufões. Qual a origem de tamanho desprezo e ódio, por parte de alguém que representava a classe dominante, pela figura do palhaço? O seu potencial transgressor.

A sua teimosia em apontar as hipocrisias da vida pública e privada, e tratar delas com uma linguagem acessível e irreverente, que cativava a atenção das pessoas. Afinal de contas, o palhaço vem acreditando (e praticando) ao longo dos séculos que o seu maior desafio é estar pronto para desconstruir tudo o que foi aprendido como certo e verdadeiro, estando permeável ao novo, ao contraditório, à alteridade, à possibilidade do ajuste da caminhada.

Poucas vezes na história da humanidade o diferente se faz tão necessário quanto nos dias em que vivemos. A Organização das Nações Unidas (ONU) informou neste início de ano que 34.542 civis foram mortos em 2006 na bestial invasão ao Iraque. Outros 36 mil civis ficaram feridos. Estatísticas menos precisas indicam que pelo menos 20 mil pessoas morrem todos os dias no mundo por falta de condições mínimas de sobrevivência.

Cálculos despretensiosos: somente os mortos no ano passado no Iraque representam mais de dez atentados ao World Trade Center. Aqueles que morrem todos os dias por falta de condições representam outros sete a oito atentados diários. Tudo bem em frente aos nossos olhos. São peixes que aprenderam a nadar no ar. Só que não nadam em ares estadunidenses, e talvez por isso não causem tanta comoção.

Quanto mais tenso o mundo fica, mais necessários são os palhaços

E para quem pensa que o papel do homem ou da mulher de narizes vermelhos, rostos coloridos e sapatos grandes é superficial e limitado, e ainda desprovido de interesse coletivo, muita atenção: por volta do ano 300 a.C., o imperador chinês Shih Huang-Ti promoveu a construção da Grande Muralha da China. Milhares de trabalhadores foram assassinados ou morreram de cansaço durante a sua construção. O imperador planejava também ordenar a pintura do muro, o que certamente provocaria outras milhares de mortes.

O bufão da corte, Yu Sze, foi o único que se atreveu a criticar o plano do imperador. Valendo-se de gozações e gracejos, conseguiu dissuadir o imperador de sua idéia de pintar o muro. Yu Sze é recordado até hoje na China como um herói nacional. Hoje são tantas muralhas construídas e em construção. Todas coloridas, enceradas e polidas. Está na hora dos heróis.

Casas, ruas, bairros, cidades, estados, países e planeta carecem de narizes vermelhos. E eles brotam de uma aliança entre alma, coração e cérebro. O Pequeno Príncipe de Saint-Exupéry é um pequenino palhaço. Sua receita é simples e transformadora: logo quando acordar, faça a sua toalete. Depois, saia para fazer a toalete do planeta.

Afasto de mim este cálice de vinho tinto de sangue. Coloco um nariz vermelho, a menor máscara do mundo, a que menos esconde e a que mais revela, e vou fazer a toalete do mundo. Vamos?

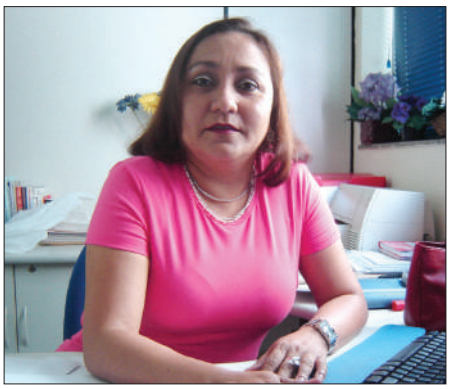
(Este texto é dedicado a Dario Fo, autor e palhaço, ganhador do prêmio Nobel de Literatura em 1997.)

Felipe Mello. Radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

Projetos sociais na perspectiva universalizadora da assistência social

Loas traz nova compreensão sobre a assistência social como política pública, sendo necessária sua prática como tal

Maria Liduína de Oliveira e Silva
liduoliveira@ig.com.br



Desde a Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), muitos profissionais e estudiosos têm concebido a assistência social como uma política pública, de caráter universal, constitutiva do tripé da seguridade social – composto pelas políticas setoriais de saúde, previdência e assistência social –, cujas ações devem assegurar a participação da sociedade civil organizada e serem direcionadas à emancipação do sujeito para o pleno exercício de sua cidadania.

Esses fundamentos estão no art. 1º da Loas, que explicita: "A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social, não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas".

Assim, a assistência social é compreendida como uma política pública, na qual não cabem práticas assistencialista, conforme paradigma da necessidade que marcou institucionalmente a trajetória da assistência social no Brasil até a promulgação da Loas e que, ainda hoje, é latente e presente na cultura política brasileira.

Com a Loas, passamos a identificar a assistência social como um direito do cidadão. Esse foi o grande discurso dos anos 1990, que estava acrescido de sentido universal da assistência social, o mesmo que englobava as políticas públicas. No entanto, ainda hoje o debate sobre a universalidade da política de assistência social gera polêmicas ou, no mínimo, ambigüidades, havendo a necessidade de um maior aprofundamento por estudiosos da área.

Não nos propomos a fazer esse debate, apenas queremos dar visibilidade a ele e, nesse sentido, temos observado que a questão da assistência social no contexto do neoliberalismo tem se mostrado complexa, ambígua, refratária e de difícil compreensão. Mais complicado ainda é quando se trata de sua execução, que, raramente, está integralizada intersetorialmente na perspectiva da universalização dos direitos sociais.

Apesar de vivermos em um Estado democrático de direito, com leis democráticas, a cidadania não está universalizada. É como diz Gilberto Dimenstein: "Somos cidadãos de papel", ou como expressa Alba Zaluar: "Os cidadãos não vão ao paraíso", haja vista o desmonte do Estado social, em que o Poder Executivo fragmenta a esfera pública e se desobriga de suas responsabilidades básicas como a universalização das políticas sociais.

Nesse termo, é visível a contradição essencial no caráter de universalização da assistência social, no sistema capitalista. A grande contradição que envolve a assistência social como política é que ela tem sido acionada contemporaneamente pelo Estado como uma das estratégias para enfrentar a questão social que caracteriza a sociedade de classes e, portanto, se configura como resposta às contradições geradas no âmbito da desigual relação capital e trabalho. Isso nos leva a refletir que a assistência social não é um campo autônomo, desvinculado

da questão social, mas, sim, originária da estrutura social capitalista.

Nessa lógica, parece ser, no mínimo, ambíguo o caráter universal da assistência social, que no neoliberalismo tem sido considerada como uma transferência de renda, de recursos, sem prioridade para a política universal do trabalho. Daí questiona-se: até que ponto a política de assistência social consegue assegurar direitos de forma universal? Qual é de fato a integralização operacional da política de assistência social com as demais políticas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas do cidadão? Como assegurar nas ações práticas a universalidade da proteção social para crianças, adolescentes, jovens e suas famílias? Como afiançar a universalidade do direito social em uma "sociedade providência", que vem desresponsabilizando a esfera pública de suas obrigações e, ao mesmo tempo, culpabiliza as pessoas e moraliza a questão social?

Posto isso, observa-se nos programas de atendimentos da área da assistência social que o corte de classe social persiste: não são para todos os cidadãos, mas para quem dela necessitar. Claramente, é o pobre que tem sido o usuário historicamente da assistência social, na perspectiva do controle social. É o que se pode identificar no Plano Nacional de Assistência Social, quando está pautado em uma visão considerada "inovadora", na perspectiva "ética" de incluir os "invisíveis" e os "desiguais". Assim, mais uma vez, é o controle social que se apresenta como alternativo para fazer o enfrentamento aos riscos e às vulnerabilidades gerados pela própria sociedade de classes.

Por fim, este artigo foi pensado apenas como uma reflexão introdutória sobre a política de assistência social, que por si só não vai garantir sua universalidade e, sim, reproduzir-se isoladamente. Mas, por outro lado, é preciso compreendê-la como uma conquista, como política pública, a qual deve se corporificar como parte integrante da seguridade social e do conjunto das políticas de proteção social, bem como se estruturar transversalmente no âmbito das demais políticas públicas para, assim, contribuir para assegurar a universalização dos direitos sociais ao usuário. Sob esta visão, o significado de universalização está diretamente associado à igualdade de direitos, a receber amplamente informações, possuir direitos, benefícios e inserção nos programas de atendimentos das políticas públicas, para que esta sociedade tenha alguma chance de transformação.

Portanto, torna-se necessário que, ao se propor um projeto social, sejam avaliadas as condições sociopolíticas para seu desenvolvimento. Isto quer dizer romper com ações compensatórias, que se propõem a oferecer o mínimo do mínimo, favorecendo, com isso, a sua dependência e subordinação às ações filantrópicas.

Maria Liduína de Oliveira e Silva. Pedagoga, assistente social, mestre e doutora em serviço social pela PUC-SP e coordenadora de estágio do curso de serviço social da Faculdade Mauá.

A assistência social não é um campo autônomo, desvinculado da questão social, mas, sim, originária da estrutura social capitalista

Transpondo limites

Adaptações a espaços físicos e ao mundo virtual facilitam inclusão de pessoas com deficiência

Por Thaís Mendes

É de conhecimento geral que uma das características mais fortes do Brasil é a diversidade de sua população. De acordo com dados do IBGE de julho de 2006, o país todo conta com 186.770.562 pessoas das mais diversas nacionalidades e crenças. Dentre esse total, segundo dados do último censo, 14,5% compõem-se de brasileiros com algum tipo de deficiência – locomotora, sensorial ou física.

A preocupação com a questão de facilitar o acesso aos locais é crescente, além da necessidade de cumprir a lei da acessibilidade, vigente desde dezembro de 2000. Porém, segundo a psicóloga Rosângela Barqueiro, da Laramara – Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual, a maior dificuldade enfrentada pelos deficientes é exatamente o não-cumprimento da legislação.

"Como exemplo, o que deveria acontecer é a inclusão de forma igualitária no processo educativo, no lazer, no esporte e no mercado de trabalho. A falta de informação e de conhecimento dos recursos utilizados pela pessoa com deficiência visual são os maiores obstáculos que a sociedade e, às vezes, a própria pessoa com deficiência, impõe", diz. A Laramara existe desde 1991 e já atendeu mais de 8.000 famílias e 700 crianças e jovens.

Outro problema enfrentado é a maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho, mesmo com a lei nº 8.213/91[1], que obriga as empresas com cem ou mais funcionários a contratarem pessoas com algum tipo de deficiência. Com o intuito de ajudar esta população no quesito empregabilidade, o Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) criou um programa voltado especialmente para este público. "Atuamos em duas frentes. Na primeira, buscamos propiciar capacitação ao estudante

Regras da ABNT para adaptação dos espaços

Rampa: largura mínima de 1,20m; inclinação longitudinal conforme percurso; inclinação transversal máxima de 2%; guias de balizamento com altura mínima de 5cm.

Escada: largura mínima de 1,20m; inclinação transversal máxima de 2%; degraus com espelho entre 16 e 18cm, e piso entre 28 e 32cm.

Patamar em frente à porta: medindo no mínimo 1,20m na direção do movimento; inclinação transversal máxima de 2%.

Corrimão e guarda-corpo: altura de instalação de 0,92m do piso; material rígido; firmemente fixado em barras de suporte. O corrimão deve prolongar-se por pelo menos 0,30m antes do início e após o término da rampa, sem interferir na área de circulação.

Piso início/término rampa e escada: faixa com textura diferenciada (tamanho mínimo de 28cm) ocupando toda a largura da rampa e da escada.

Piso externo: com superfície regular, firme, estável e antiderrapante, sob qualquer condição climática.

Árvores: sem ramos pendentes, garantindo altura livre mínima de 2m a partir do piso.

Porta de acesso principal: vão livre mínimo de 0,80m; sem desnível na soleira.

Indicação visual de acessibilidade: Símbolo Internacional de Acesso.

> **"Quando se trata de contratação, nota-se um desconhecimento de que o deficiente pode exercer qualquer atividade, desde que lhe sejam dadas as oportunidades e os recursos necessários"**
>
> *Fátima Fernandes, do Ciee*

Máquina braille 100% nacional fabricada pela Laramara

com deficiência para a obtenção de uma oportunidade de efetivação no trabalho. Na segunda, auxiliamos empresas a cumprirem a lei nº 8.213/91", conta Fátima Fernandes, responsável pelo programa Pessoas com Deficiência do Ciee.

Ao conseguir emprego, outra dificuldade é que são poucas as empresas que oferecem ambiente adequado para receber um cadeirante, um deficiente visual ou auditivo, por exemplo. "Orientamos a empresa sobre a necessidade de adequações, pois deverá assegurar a acessibilidade no ato da contratação do estagiário ou do funcionário efetivo com deficiência", completa Fátima.

Mundo virtual

O acesso às novas tecnologias também precisa passar por adaptações para atender a população com algum tipo de deficiência. "A internet é hoje o maior instrumento utilizado pela pessoa com deficiência visual no mundo", conta Rosângela. "O deficiente visual que acessa a internet possui recursos – softwares de voz ou de ampliação de tela – que dão a ele total independência para sua navegação, atendendo quase 100% de suas necessidades. O problema é que muitos sites não estão acessíveis, principalmente por falta de informação de quem os desenvolve", complementa.

Atualmente, apenas Austrália, Canadá, Estados Unidos e Portugal possuem normas técnicas de acessibilidade à internet. Em Portugal, por exemplo, a lei foi criada e as regras foram adotadas em 1999, quando cerca de 9.000 portugueses foram atrás de seus direitos e apresentaram a primeira petição eletrônica a um parlamento. Assim, o país foi o primeiro da Europa a ter em sua legislação normas em relação à acessibilidade eletrônica.

Acessibilidade

Os espaços físicos, quando adaptados às regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), melhoram muito a qualidade de vida das pessoas com deficiência ou necessidades especiais. No Brasil, a lei nº 10.098/00 regulamenta normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Um exemplo é o prédio do Serasa, em São Paulo, que recebeu a certificação NBR 9050:94 da Fundação Carlos Alberto Vanzolini por conta do sistema de acesso que a sede oferece aos portadores de deficiência. O edifício foi o primeiro do Brasil a receber esta certificação, pois atende a todos os requisitos da auditoria feita pela fundação.

Porém, nem todos os locais estão tão bem preparados. "O maior problema é exatamente a falta de acessibilidade e recursos para receber determinados tipos de deficientes. Além disso, quando se trata de contratação, nota-se um desconhecimento de que o deficiente pode exercer qualquer atividade, desde que lhe sejam dadas as oportunidades e os recursos necessários", explica Fátima.

De acordo com Rosângela, a pessoa com deficiência visual deve ser habilitada ou reabilitada aos poucos para se sentir segura no dia-a-dia. "Neste processo a pessoa aprende a usar ferramentas que contribuem com sua segurança, orientação, locomoção e mobilidade, como bengalas, cão-guia, agendas eletrônicas e celulares".

Outras dicas importantes dadas pela psicóloga englobam cardápios em Braille nos restaurantes, que indicam respeito pelo cliente; a não-utilização de objetos pontiagudos ou escadas no meio dos ambientes (sem a sinalização universal); elevadores com botoeira em Braille (interna e externamente). Todos esses são facilitadores no processo de independência da pessoa com deficiência visual. "Para que a pessoa com deficiência seja respeitada, ações básicas de convivência social deveriam ser praticadas por qualquer cidadão, seja ele deficiente ou não", complementa.

Serviços importantes

A Laratec – Tecnologia Assistiva, uma das unidades de negócios da Laramara, oferece serviços e produtos que dão assistência tanto para pessoas com deficiência visual como para educadores, estudantes, profissionais e empresas, além de oferecer assistência técnica para tornar os sites acessíveis e os produtos adaptados.

www.laramara.org.br
laramara@laramara.org.br
(11) 3660-6480

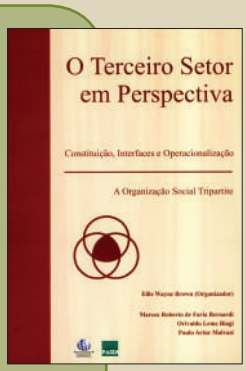
Links

www.abnt.org.br
www.ciee.org.br
www.laramara.org.br
www.serasa.com.br

[1] A lei não contempla estágio, somente vagas efetivas.

Livros

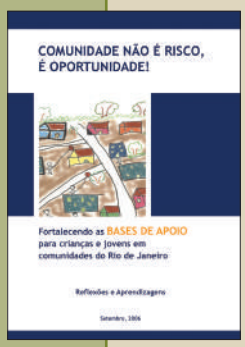
Terceiro Setor em Perspectiva



Ellis Wayne Brown (organizador), Marcos Roberto de Faria Bernardi, Paulo Artur Malvasi e Orivaldo Leme Biagi (autores), do Núcleo de Estudos e Serviços do Terceiro Setor (Nests) das Faculdades Atibaia (Faat), colocaram no papel algumas das idéias discutidas no núcleo. O resultado é o livro *O Terceiro Setor em Perspectiva: Constituição, Interfaces e Operacionalização – A Organização Social Tripartite* (240 págs., R$ 49,90), lançado pelas editoras Fiúza e Faat. A obra trata da construção do Terceiro Setor, chamado por eles de setor associativo.

www.editorafiuza.com.br
assinaturas1@editorafiuza.com.br
(11) 5587-1115

Comunidade não é Risco, é Oportunidade



O livro *Comunidade não é Risco, é Oportunidade!* (76 págs., distribuição gratuita) traz reflexões e aprendizagens sobre o desenvolvimento do projeto Bases de Apoio, que propõem uma mudança na ótica das ações sociais desenvolvidas em comunidades de baixa renda. Desenvolvido desde 2002 pelo Instituto Promundo e pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (Ciespi), o projeto atua em três comunidades do Rio de Janeiro e região metropolitana.

www.ciespi.org.br
ciespi@ciespi.org.br
(21) 2259-2908

Cultura de Paz

A Editora Peirópolis apresenta o livro *Cultura de Paz* (152 págs., R$ 36), de Cristina Von. A obra faz reflexões teóricas e práticas sobre princípios que garantem a dignidade humana, levando em conta o respeito às diferenças, a superação das situações de exclusão, a tolerância e a solidariedade entre os povos, a rejeição à violência, a preservação do planeta e o diálogo como instrumento de negociação, propondo ferramentas para sua aplicação nas escolas, nas empresas e na sociedade civil.

www.editorapeiropolis.com.br
atendimento@editorapeiropolis.com.br
(11) 3816-0699

Guia do Incentivo à Cultura

Apresentando tópicos importantes como leis federais, estaduais e municipais e benefícios fiscais para empresas investidoras, o *Guia do Incentivo à Cultura* (400 págs., R$ 54), de Fábio de Sá Cesnik, é uma contribuição para empresas, artistas, produtores e advogados. A segunda edição da obra, lançada pela Editora Manole, traz ainda todas as mudanças introduzidas com o novo decreto da Lei Rouanet, bem como os detalhes da MP que cria a Ancine, além dos diversos novos mecanismos de financiamento ao audiovisual.

www.manole.com.br
info@manole.com.br
(11) 4196-6000

INSCRIÇÕES ABERTAS:

- Prêmio Fundação Altran 2007

No ano em que completa 10 anos, a Altran oferece até 1 milhão de euros para o projeto vencedor do Prêmio Fundação Altran, cujo tema é "Tratando do corpo humano por meio da inovação tecnológica". Podem participar pesquisadores e empresas de tecnologia de todo o mundo, desde que apresentem um projeto viável relacionado ao tema, como reabilitação de funcionalidades perdidas em acidentes, por doenças ou por idade avançada. Inscrições até 27 de março.

www.altran-foundation.org
marketing@altran.com.br

- Festival de curtas-metragens

Entre 8 e 13 de maio será realizado, em São Paulo, o 1° Festival de Curtas-Metragens Entre Todos, promovido pela Comissão Municipal de Direitos Humanos (CMDH), da prefeitura de São Paulo, com a assessoria da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp). O festival, que incentiva a cultura e os direitos humanos, oferece um prêmio de R$ 34 mil, a ser dividido entre os vencedores das categorias: melhor curta-metragem, melhor direção estreante e melhor roteiro. Inscrições até 30 de março.

www.entretodos.com.br
info@entretodos.com.br

JÓZSEF HUBAY

- 3º Prêmio Cebds de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) vai distribuir um total de R$ 50 mil entre os vencedores do 3° Premio Cebds de Desenvolvimento Sustentável, divididos em cinco categorias: ONGs, Mídia, Setor Acadêmico, Governo e Pequena Empresa. Inscrições até 30 de março.

www.cebds.org
cebds@cebds.org

- Prêmio Alcan de Sustentabilidade 2007

A Alcan e o International Business Leaders Forum (IBLF) promovem o Prêmio Alcan de Sustentabilidade 2007, que pagará US$ 1 milhão ao vencedor. O concurso é aberto a ONGs de qualquer parte do mundo e que estejam trabalhando para o avanço da sustentabilidade social, ambiental e econômica. Inscrições até 31 de março.

www.alcanprizeforsustainability.com
alcanprize@iblf.org

Sites

- Top social ADVB 2007

Assim como nos anos anteriores, a 9ª edição do Top Social ADVB reconhece publicamente projetos que se destacam pela prática de ações socialmente responsáveis. Podem concorrer empresas e organizações sociais legalmente constituída no Brasil. Inscrições até 5 de maio.

www.advbfbm.org.br
eventos@advbfbm.org.br

Criação de arte gráfica para ONGs

A Insight Agência de Publicidade, localizada em São Paulo, oferece o serviço gratuito de criação de logotipia e layout de peças gráficas e sites para entidades sociais que não tenham condições de arcar com esses custos. Por ser um trabalho voluntário, há uma pequena lista de espera no atendimento, mas todos os pedidos são estudados em até 72 horas. As solicitações devem ser encaminhadas por meio de formulário disponível no site da agência.

www.insightpublicidade.com.br

MICHAEL BRETHERTON

Solução para informatização de entidades

A Movimentos em Rede e a Coordenação Central de Projetos de Desenvolvimento da PUC-Rio, com o apoio de IBM e Cisco, lançaram o Plurall – uma solução terminais-servidor (thinclient) que possibilita a montagem de redes locais de informática a partir de um servidor e de computadores antigos, sem disco rígido, reciclados como terminais. Esse empacotamento das etapas permite que pessoas com um conhecimento básico de rede e de informática possam criar e manter suas próprias redes de terminais. O sistema é ideal para as ONGs, por seu baixo custo.

www.plurall.net

DIVULGAÇÃO

Educação sobre diversidade

O portal Unidade na Diversidade – Tudo Começa na Escola oferece à comunidade educacional brasileira um ponto de encontro onde questões de preconceito e discriminação baseados no gênero, raça e etnia possam ser discutidas, buscando-se caminhos para a solução do problema. O projeto é desenvolvido pela Comunidade Bahá'í do Brasil, Geledés – Instituto da Mulher Negra e o Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos, com apoio do Unicef e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do MEC.

www.unidadenadiversidade.org.br

Apadrinhamento pela internet

O Fundo Cristão para Crianças disponibilizou um site para facilitar o processo de apadrinhamento de crianças e adolescentes em risco social. Com o mínimo de R$ 37 por mês, qualquer pessoa pode se tornar um padrinho ou madrinha e conhecer as histórias de vida de quem está à espera de apoio. O valor é encaminhado para os programas sociais geridos pelas entidades conveniadas, nas áreas de educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, conscientização socioambiental e desenvolvimento comunitário.

www.apadrinhamento.org.br

Atendimento voluntário em saúde

O site Indique Saúde é um buscador e uma vitrine para promover e tornar disponível o acesso às informações de profissionais de todas as áreas e especialidades, como também dos estabelecimentos de saúde e do bem-estar: hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, spas, academias, entre outros. Além disso, todos os profissionais e estabelecimentos são convidados a participarem do projeto Atendimento Voluntário, doando consultas e serviços para ONGs cadastradas.

www.indiquesaude.com.br

Empreendedorismo na rede

O novo site da Aliança Empreendedora traz ainda mais conteúdo, como notícias, resumo de projetos, grupos comunitários, entre outros assuntos. O objetivo é dar suporte a microempreendedores e grupos produtivos de comunidades e públicos de baixa renda, a fim de inspirar mudanças e transformações que gerem e promovam o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

www.aliancaempreendedora.org.br

Perguntas do Terceiro Setor

Entidades sem fins econômicos são obrigadas a apresentar a Rais?

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) deve ser apresentada por todo o empregador ao Ministério do Trabalho e Emprego no início de cada ano, com as devidas informações referentes a cada um de seus empregados, de acordo com o decreto nº 76.900/75. As entidades, apesar de não possuírem finalidade econômica, são empregadoras, razão pela qual também devem fornecer a Rais. Entidades inscritas no CNPJ do Ministério da Fazenda que não mantiveram empregados ou tenham permanecido inativas no ano-base são obrigadas a entregar a Rais Negativa. Devem ser relacionados todos os vínculos ocorridos ou em curso no ano-base, como empregado urbano e rural, contratado por prazo indeterminado ou determinado; trabalhador temporário; diretor sem vínculo empregatício (para os quais houve recolhimento do FGTS); trabalhador avulso; menor aprendiz; entre outros.

Entidades sociais podem adotar o regime de banco de horas diretamente com seus empregados?

Por serem empregadoras, as entidades podem adotar o regime de banco de horas, vigente a partir da lei nº 9.601/98. Trata-se de um sistema de compensação de horas extras mais flexível, mas que exige instrumentos formais de negociação coletiva, possibilitando à empresa/entidade adequar a jornada de trabalho dos empregados às suas necessidades de produção e demanda de serviços. Não se admite que tal regime seja pactuado pela empresa/entidade diretamente com o empregado, uma vez que é essencial acordo ou convenção coletiva, conforme recente entendimento da 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que considera que o banco de horas atende mais ao interesse da empresa do que ao do trabalhador. A 3ª Turma entende que o mecanismo de compensação de horas, se usado por um período muito longo, pode provocar danos à saúde e à segurança do profissional, ao contrário das ferramentas de compensação imediata, de impacto mais favorável ao trabalhador.

Uma entidade que atua com a promoção de educação superior, com alunos pagantes, pode deixar de renovar a matrícula de inadimplentes?

No caso da inadimplência, a instituição de ensino pode negar a renovação de matrícula. Entretanto, o período de inadimplência suficiente para tanto é discutível. Em recente decisão, a renovação da matrícula foi permitida no caso de o aluno atrasar o pagamento da mensalidade por mais de 90 dias, mesmo que seja de apenas uma parcela. A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) seguiu, por unanimidade, o ministro relator Herman Benjamin. De acordo com a legislação, as instituições de ensino não podem suspender provas, reter documentos escolares ou aplicar quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor e com o Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de 90 dias. Para o ministro Hermam Benjamim, a lei nº 9.870/99 afirma que o atraso de até 90 dias configura impontualidade, mas a insistência na falta do pagamento permite que a faculdade recuse a renovação de matrícula. O ministro também destacou que o desligamento do aluno por inadimplência somente poderá ocorrer ao final do ano ou semestre letivo.

O que é envelopamento? Ele é suficiente para suspender a exigibilidade do crédito e proporcionar a obtenção da CND com mais rapidez?

Envelopamento é um formulário padrão, obtido nas repartições da Procuradoria da Fazenda Nacional, utilizado para o pedido de revisão de débitos inscritos em dívida ativa da União. Deve ser endereçado à Delegacia da Receita Federal, em São Paulo, especificamente ao Grupo Intersistêmico da Dívida Ativa da União. As revisões são necessárias para se obter Certidão Negativa de Débito (CND) ou Certidão Positiva de Débito, com Efeito de Negativa (CPD-EN). Entretanto, há controvérsias se tais questionamentos administrativos são ou não habilitados a suspender a exigibilidade do crédito tributário. O advogado Adolpho Bergamini conclui, em estudo do tema, que o envelopamento, como reclamação administrativa, é eficaz na suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, com isso, autoriza a emissão de certidões de regularidade fiscal. Isso porque o art. 151, inciso III, do Código Tributário Nacional regula a suspensão da exigibilidade do crédito tributário quando da interposição de reclamações e recursos administrativos, nos moldes das leis reguladoras do processo administrativo tributário.

Qual é o entendimento do TST a respeito da jornada em turnos ininterruptos?

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) recentemente publicou a súmula nº 423, quando a 3ª Turma confirmou a validade de acordo coletivo que transformou a jornada em turnos ininterruptos de revezamento de seis para oito horas nas empresas. A decisão reconheceu a inexigibilidade do pagamento das sétima e oitava horas como extras. Ao mesmo tempo, o órgão do TST, segundo voto da ministra Maria Cristina Peduzzi, afirmou a impossibilidade de redução do intervalo intrajornada, mesmo que por meio de norma coletiva. Assim, houve a transformação da então vigente orientação jurisprudencial nº 169 da Seção de Dissídios Individuais-1 (SDI-1) na súmula nº 423. O novo item da jurisprudência tornou expresso o entendimento majoritário do TST, que exclui o pagamento das horas extras em caso de ampliação da jornada de trabalho em turnos ininterruptos, no limite de duas horas, desde que haja respaldo em negociação coletiva válida.

Leitor pergunta

Eu trabalho na Petrobras e estou precisando de uma relação de empresas vinculadas ao Terceiro Setor. Gostaria de saber se podem me ajudar a identificar as mesmas. Desde já agradeço qualquer ajuda.

Isaura de Fatima Moreira
isauraf@petrobras.com.br

A **Revista Filantropia** não possui um mailing de empresas ligadas ao setor social. Aconselhamos que você procure orientação do Instituto Ethos, do Gife e do Ires/ADVB, entidades que atuam em responsabilidade social corporativa.

www.ethos.org.br
www.gife.org.br
www.advbfbm.org.br

Fonte: Marcos Biasioli e Tatiana Magosso Evangelista – Escritório M. Biasioli Advogados Associados.
Pergunte à **Revista Filantropia**: filantropia@revistafilantropia.com.br.

Agenda 2007

Março

Dia 20 – Direito do Trabalho: Vínculo Empregatício no Terceiro Setor
Realização: Diálogo Social Eventos • Local: Sesc Centro • Rua Alberto Bins, 665 • Porto Alegre/RS • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11) 6281-9643 / 7186-9906

Dia 20 – Captação de Recursos
Realização: Perspectiva Social • Local: Prime Office Espaço de Negócios (Rua Sena Madureira, 163) • São Paulo/SP • perspectivasocial@uol.com.br • (11) 6283-5838

Dias 28 a 30 – 3º Encontro Catarinense do Terceiro Setor
Realização: Fundação Casan • Local: Hotel Cambirela • Florianópolis/SC • www.terceirosetor-sc.org.br • audrey@fucas.org.br • (48) 3216-6900

Dia 29 – Produção de Eventos Para o Terceiro Setor
Realização: Criativa Social Local: • Av. Treze de Maio, 13, sala 1.709 • Rio de Janeiro/RJ • www.criativasocial.com • contato@criativasocial.com • (21) 3979-5472

Dia 30 – Responsabilidade Social Empresarial: Conceitos e Polêmicas
Realização: Diálogo Social Eventos • Local: Centro de Eventos e Negócios de São Paulo • Rua 13 de Maio, 717 • Bela Vista • São Paulo/SP • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11) 6281-9643 / 7186-9906

Abril

Dia 4 – Direito do Trabalho para profissionais de RH e DP de empresas
Realização: Diálogo Social Eventos • Local: Auditório da Revista Filantropia (Rua Dr. César 530) • São Paulo/SP • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11) 6281-9643 / 7186-9906

Dia 12 – Administração e Gestão de Oscips
Realização: Diálogo Social Eventos • Local: Centro de Convenções Inácio de Loyola (Av. Dr. Nelson Noronha Augusto Filho, 1.601) • Campinas/SP • www.dialogosocial.com.br • dialogo@dialogosocial.com.br • (11) 6281-9643 / 7186-9906

Dia 14 – Pós-graduação: Gestão de Projetos de Comunicação e Artes
Realização: UniverCidade • Local: Av. Epitácio Pessoa, 1.664 • Rio de Janeiro/RJ • www.univercidade.edu • eula_cabral@yahoo.com.br • (21) 2536-5000

Dia 15 – MBE em Responsabilidade Social e Terceiro Setor
Realização: Instituto de Economia/UFRJ • Local: Av. Pasteur, 250 • Rio de Janeiro/RJ • www.ie.ufrj.br/rts • rts@ie.ufrj.br • (21) 9763-942

Dia 28 – 4º Seminário Gestão do Terceiro Setor
Realização: Adets • Local: Av. Paulista, 1.009, 5º andar • São Paulo /SP • www.adets.com.br • terceirosetor@adets.com.br • (11) 5539-0066

Maio

Dias 17 a 19 – 1º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos
Realização: Instituto Venturi • Local: Rua dos Andradas, 1.781, cj. 1.805 • Porto Alegre/RS • www.institutoventuri.com.br • institutoventuri@institutoventuri.com.br • (51) 3286-1704 / 3225-7403

Dias 5/5 a 2/6 – Elaboração de Projetos Sociais
Realização: Perspectiva Social • Santos/SP • perspectivasocial@uol.com.br • (11) 6283-5838

Junho

Dias 17 a 21 – 5º Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação
Realização: Fundação O Boticário • Local: Rafain Palace Hotel & Convention Center • Foz do Iguaçu/PR • www.fundacaoboticario.org.br/cbuc • congressouc@fundacaoboticario.org.br • (41) 3340-2636

Julho

Dias 4 a 7 – 6ª Mostra de Ação Voluntária: Cidadania e Responsabilidade Social
Realização: Centro de Ação Voluntária de Curitiba • Local: Av. 7 de Setembro, 2.775 • Curitiba/PR • www.acaovoluntaria.org.br • comunicacao@acaovoluntaria.org.br • (41) 3322-8076

Para ver a agenda completa ou cadastrar o seu evento, acesse: **www.revistafilantropia.com.br**.

ARA-ATUALIZA

Grupo Arilton Portella

- Contabilidade entidades do 3º setor
- Assessoria no Setor de Recursos Humanos inclusive na elaboração de folhas de pagamentos
- Assessoria e Consultoria Jurídica para entidades do 3º Setor

Rua Izidoro Chanoski, 157 - Vista Alegre
Curitiba - Paraná - CEP 80820-580
Tel. (41) 3335-3437
Fax. (41) 3336-2814

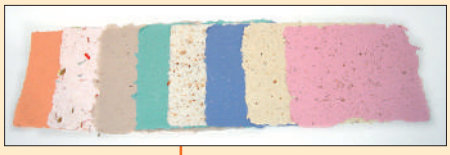
www.ara-atualiza.com

Vitrine social

Associação Pestalozzi de Osasco

Inclusão social de adolescentes e adultos com deficiência mental pela capacitação profissional na área de reciclagem de papel e encadernação.
CNPJ: 51.437.861/0001-72

Rua Thomaz Spitaletti, 159
Centro — Osasco/SP
CEP 06010-140
www.pestalozziosasco.org.br
pestalozziosasco@terra.com.br
(11) 3682-2158



Papel Reciclado
Diversos padrões
Tamanho A4.

R$ 0,50 (cada folha)

Bloco de anotação
Capa em papel reciclado, 80 folhas.
Acabamento opcional na técnica de *quilling*.
10,5 x 7,5 cm.

R$ 5

Grupo Primavera

Investe na formação de jovens mulheres, tornando-as multiplicadoras no processo de transformação social, com foco na construção de uma sociedade igualitária.
CNPJ: 67.995.969/0001-10

Rua Dr. Luiz Aristeo Nucci, 30
Jd. São marcos – Campinas/SP
CEP 13082-210
www.gprimavera.org.br
artesanato@gprimavera.org.br
(19) 3246-0021/0832

Bonecas artesanais
Vários modelos e tamanhos.

Preço sob consulta

Núcleo de Apoio à Criança com Câncer (Nacc)

Presta assistência a crianças e adolescentes carentes com câncer e aos seus familiares que não dispõem de meios para custear o tratamento de câncer. Atuação na cidade de Recife, no interior de Pernambuco e em estados vizinhos.
CNPJ: 10.554.426/0001-40

Rua do Futuro, 855
Aflitos – Recife/SP
CEP 52050-010
www.nacc.org.br
nacc@nacc.org.br
(81) 3267-9200/9063

Camisetas
Vários modelos e tamanhos.

R$ 15 a 24,90

Sandálias
Tamanho 33/34
a 39/40

R$ 20

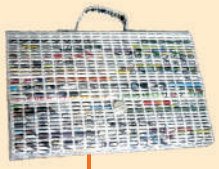
A partir de R$ 25

Luminária
Diversos modelos
e tamanhos.

Missão Ramacrisna

O projeto Futurarte – Cooperativa de Jovens promove o crescimento do ser humano por meio da educação, da profissionalização e do desenvolvimento sustentável da comunidade.
CNPJ: 17.283.532/0001-86

Rua Mestre Ramacrisna, 379
Santo Afonso – Betim/MG
CEP 32501-970
www.ramacrisna.org.br
missao@ramacrisna.org.br
(31) 3596-2828

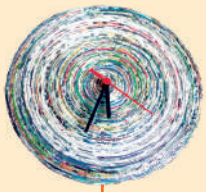


R$ 25

Pasta
Material reciclado e
impermeabilizado.
dois modelos: alça de mão
ou alça de ombro.
73 x 38 x 24 cm

Bloco de anotação
Kit com dois blocos
Material reciclado (jornal)
50 folhas

R$ 11



R$ 30

Relógio
Material reciclado e impermeabilizado
26 cm de diâmetro.

Entidades interessadas em participar desta seção devem entrar em contato pelo e-mail imprensa@revistafilantropia.com.br.

Saiba mais sobre o Terceiro Setor

Uma revista voltada a todos que militam em prol do Terceiro Setor, estreitando a relação entre entidades beneficentes, voluntários, doadores, governo e pessoas carentes

Mobilização de recursos

Dicas de como mobilizar recursos para sua entidade.
Como e onde conseguir verbas privadas e públicas, técnicas de controle e relacionamento com doadores.

Leis, tributos e gratuidades

Tudo sobre legislação aplicada ao Terceiro Setor. Leis específicas e suas alterações comentadas por especialistas, controle de gratuidades, imunidade fiscal e tributária, incentivos fiscais e um canal direto com o MPAS e CNAS.

Gestão do Terceiro Setor

Contabilidade, administração e metodologias aplicadas à gestão de entidades sem fins lucrativos. Controles financeiros, certificações públicas e recursos humanos.

Projetos sociais

Modelos de gestão que deram certo. Do Oiapoque ao Chuí, exemplos de entidades sociais e ambientais, com históricos, números e conselhos úteis de seus dirigentes.

Responsabilidade social

O papel exercido pelas empresas na composição do cenário social brasileiro. Responsabilidade corporativa e projetos sociais de diversas empresas.

Voluntariado

Dicas, direitos e deveres para um bom voluntariado.
Onde, como e porque atuar voluntariamente em algum projeto social ou entidade não-governamental.

Assinaturas:
(11) 3124-3005
assinaturas@revistafilantropia.com.br
Redação/Publicidade:
(11) 6978-6686
filantropia@revistafilantropia.com.br

www.revistafilantropia.com.br

filantropia
Voluntariado & Terceiro Setor

Leia e assine!

Assinatura anual (6 edições): R$ 49,00
Exemplares avulsos e anteriores: R$ 7,50 a R$ 8,90

Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito. Aprimore-se lendo a Revista Filantropia.

Para a Asplan o Terceiro Setor está sempre em primeiro lugar.

As soluções e a confiabilidade dos sistemas da Asplan são referência entre as principais organizações do terceiro setor, pois atende organizações de pequeno, médio e grande porte, com o completo gerenciamento de associados, total controle financeiro e todas as obrigações fiscais específicas.

A Asplan entende as suas necessidades e tem uma política diferenciada para um setor tão especial. Entre em contato conosco para obter mais detalhes sobre as nossas soluções.

asplan

Soluções Inteligentes na Gestão de Informações

Asplan Softwares de Gestão • Rua Loefgreen, 1387 • Vila Mariana • São Paulo/SP • Brasil
Fone: +55 11 5081-9800 / FAX +55 11 5081-9804

www.asplan.com.br comercial.sp@asplan.com.br

Organizações que utilizam Asplan:
Instituto Ethos • Fundação Abrinq • Fundação Bienal • instituto HP • Fundação Diaconia